

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

**AS CONDIÇÕES E O SENTIDO DO
TRABALHO DOMÉSTICO REALIZADO POR
ADOLESCENTES QUE RESIDEM NO LOCAL
DE EMPREGO**

Munich Vieira Santana

Natal/RN

2003

Munich Vieira Santana

AS CONDIÇÕES E O SENTIDO DO TRABALHO DOMÉSTICO REALIZADO POR ADOLESCENTES QUE RESIDEM NO LOCAL DE EMPREGO

**Dissertação elaborada sob orientação da Profa. Magda
Diniz Bezerra Dimenstein e apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à
obtenção do título de mestre em psicologia.**

Natal
2003

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação " As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego", elaborada por Munich Vieira Santana, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 24 de Fevereiro de 2003

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Magda Diniz B. Dimenstein

Profa. Dra. Neuza de Farias Araújo

Prof. Dra. Mary Yalle Rodrigues Neves

Àos meus pais amados, Tônia e Bruno

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre me incentivaram aos estudos e me dedicaram muito amor.

À minha orientadora que me acompanhou com muita paciência e dedicação ao longo destes últimos anos, com a qual os campos de orientação vão além do espaço acadêmico e entraram em minha vida com bastante força.

Aos professores do programa de pós-graduação em psicologia, pela rica e prazerosa experiência nestes dois anos de estudo, em especial, Rosângela Francischini.

Aos meus amados amigos de mestrado Izabel Feitosa, Jäder Leite, Lúcia Carvalho e Maria Valquíria pelos momentos de incentivo, trocas de idéias e muita diversão.

Às alunas de graduação Monique Leitão e Ana Karina Vasconcelos, pela colaboração e acompanhamento em alguns momentos deste trabalho.

Às jovens que estão trabalhando no serviço doméstico e que participaram desta pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por viabilizar o desenvolvimento dos meus estudos pós-graduados.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

SUMÁRIO

Lista de Siglas	viii
Lista de figuras e tabelas	ix
Resumo	x
Abstract	xi
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: O TRABALHO DOMÉSTICO DE ADOLESCENTES	18
1.1. O Trabalho Infanto-Juvenil: abrindo um campo de discussão	20
1.2. Trabalho doméstico de adolescentes	33
1.3. Como entender a adolescência	39
CAPÍTULO II: HISTÓRIA DA MULHER E DO TRABALHO DOMÉSTICO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.	48
2.1. Gênero como uma categoria de análise do trabalho doméstico	49
2.2. O papel da mulher e sua relação com o espaço doméstico	61
2.3. Caracterizando o trabalho doméstico remunerado como atividade feminina	72
CAPÍTULO III: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA COM TRABALHADORAS DOMÉSTICAS ADOLESCENTES	86
3.1. Considerações teóricas	86
3.2. A pesquisa propriamente dita:	95
A. Participantes	95

B. Campo de Investigação	95
C. Procedimento de Investigação em Cada Escola	99
D. Instrumentos Utilizados	101
3.3. Análise dos Dados	107
CAPÍTULO IV: AS CONDIÇÕES E O SENTIDO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	108
4.1 Quem são as adolescentes que participaram desta pesquisa	110
a) Subgrupos	110
b) Idade	111
c) Escolaridade	112
d) Local de moradia	113
e) Com quem vivem	114
4.2. Trabalhadoras domésticas que residem com os patrões	114
a) Idade e escolaridade	115
b) Condições de moradia	116
c) Atividades desempenhadas	117
d) Condições de Trabalho	119
e) Profissão futura	121
4.3. Quem são estas trabalhadoras domésticas que residem com os patrões e de onde vieram	124
A) as condições do trabalho doméstico	127
B) O que pensam sobre o trabalho	131
C) Escola como lugar de socialização e formação	139
D) Eu sou um bicho de sete cabeças	142
E) Trabalho doméstico pode ter dois sexos?	148
F) O que querem para o futuro	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
Referências Bibliográficas	161
Apêndice	
Anexo	

LISTA DE SIGLAS (ordem Alfabética)

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FOCA – Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho de Crianças e Proteção ao
Trabalhador Adolescente

GEDISST – Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho do Centre
National de Recherche Scientifique - França

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio
Grande do Norte

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NESCIA – Núcleo de Estudos Socio-Culturais da Infância e da Adolescência

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01 – Atividade de trabalho no grupo de adolescentes	110
Figura 02 – Grupo geral de adolescentes distribuídos por idade	111
Figura 03 – Escolaridade	112
Figura 04 – Trabalhadoras domésticas residentes por idade	115
Figura 05 – Tipos de atividade de trabalho desempenhadas	118
Figura 06 – Variação Salarial por idade	120
Tabela 01 – Número de trabalhadores domésticos entre 10 e 17 anos	36
Tabela 02 – Anos de atraso escolar	116
Tabela 03 – Atividades desempenhadas por turnos trabalhados	118
Tabela 04 – Profissões	121
Tabela 05 – Idade das entrevistadas	124

Santana, M. V. (2003). *As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego*. Dissertação de mestrado não publicada. Departamento de Psicologia. UFRN: Natal/RN

RESUMO

O trabalho doméstico é uma realidade para as meninas de classe populares e uma das formas mais encontradas entre as adolescentes trabalhadoras. Além disso, é um modo de trabalho que reproduz a pobreza e as relações de gênero na sociedade. Esta presente dissertação tem por objetivo entender o trabalho doméstico na vida das adolescentes trabalhadoras, dando ênfase ao sentido produzido por estas jovens acerca do trabalho que executam. Para tanto foram aplicados questionários em 332 jovens com menos de 18 anos de escolas públicas (no ensino de EJA-supletivo) do município de Natal com a finalidade de mapear o registro desta atividade entre as jovens estudantes. Depois, foram entrevistadas 14 adolescentes com o objetivo de conhecer o sentido deste trabalho e as repercussões do mesmo em muitos aspectos da vida das jovens, como na escolarização, socialização, nas relações com os patrões e na auto-imagem da adolescente. Percebeu-se então que o maior grupo de trabalhadores entre as estudantes de escola pública é o de empregadas domésticas. Além disso, este trabalho é percebido como uma forma de ascensão social e contribui na busca de melhores oportunidades na capital do estado para as jovens que saem do interior buscando aceder aos estudos e a uma remuneração. Este trabalho tem uma importante função de reproduzir relações de gênero, na medida em que uma mulher trabalha para manter o espaço privado como um espaço feminino e mantém o homem fora desta relação. Ainda reproduz relações de classe, etnia e os conflitos geracionais, nos quais a patroa substitui o controle que os pais têm na vida da adolescente. Em suma, destaca-se que o trabalho doméstico estudado pode ter aspectos negativos, relacionados a exploração, humilhações e maus tratos, e positivos, quando permite que a adolescente possa melhorar as condições de vida. O mais importante é buscar uma forma de trabalho na qual sejam respeitados tanto os direitos trabalhistas quanto os humanos.

Palavras-chave – gênero, trabalho juvenil, adolescente, trabalho doméstico

Santana, M. V. (2003). The conditions and the meaning of house work performed by adolescents who live at the work establishment. Master's degree essay not published. Psychology Department. UFRN: Natal/RN

ABSTRACT

The house work is a reality for girls of humble class and one of the most found forms of work among adolescent workers. Moreover, it is a mean of work which reproduces poverty and gender relations within the society. The purpose of this essay is to understand the house work in the life of adolescent workers, emphasizing the meaning produced by these teenagers concerning the job they perform. In order to achieve such goal, questionnaires were applied to 332 adolescents, under 18 years old from public schools (from *EJA-supletivo*) in Natal, with the purpose of mapping the registration of this activity among young students. Next, 14 adolescents were interviewed in order to recognize the meaning of this work and its repercussions over the teenagery, such as school education, socialization, relations with employers and adolescent's self-image. Later we have noticed most workers among the students from public schools are housemaids. Furthermore, this work is used as a form of social ascension and it contributes for the search for better opportunities in the state capital for adolescents who leave the countryside trying to agree to education and remuneration. This work plays an important role, which is to reproduce gender relations, as a woman works to maintain the private space as a female space and maintains the man out of this relation. Besides it reproduces class relations, ethnicity and generation conflicts, in which the employer replaces the control the parents have in the adolescent's life. Summing up, this study about house work has negative aspects, related to exploitation, humiliation and mistreatment, as well as positive ones, for it permits the adolescent to improve his life conditions. The most important thing is to look for a mean of work in which human and workers' rights are respected.

Key-words: gender; juvenile work; adolescent; house work.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma investigação acerca do trabalho doméstico remunerado exercido por adolescentes do sexo feminino que vivem com os patrões na cidade do Natal/RN. Ela objetiva conhecer as condições sob as quais o trabalho efetiva-se e o sentido que é produzido pelas jovens pesquisadas acerca dessa atividade em suas vidas.

O trabalho doméstico realizado por adolescentes é uma forma de inserção precoce¹ no mundo laboral, muito comum entre as jovens do sexo feminino, principalmente, as que têm idade entre 15 e 16 anos, representando 71% das trabalhadoras domésticas com menos de 18 anos (IBGE, 2002).

Há alguns estudos sobre a influência do trabalho doméstico na vida de mulheres que o executam (Melo, 1998; Preuss, 1990; Teles, 1998; Santana & Almeida Filho, 1994), porém, poucos investigam o trabalho doméstico realizado por adolescentes. É sabido que muitas trabalhadoras domésticas começaram a trabalhar numa idade tenra, por volta dos 10, 12 anos (Saboia, 2000), e na fase adulta já acumulam muitos anos de atividade laboral em seu currículo. Como será para a adolescente a vivência dessa forma de trabalho em seu cotidiano? Qual o sentido que ela atribui ao seu trabalho? Como compreender essa forma de trabalho que implica saída de casa e moradia com os patrões, ou seja, de um contexto familiar para outro em que ela precisa submeter-se às normas da família empregadora? Essas e outras questões é o que se busca esclarecer ao longo desse trabalho.

¹ Quando refere-se a palavra precoce, estar se aludindo aos indivíduos com menos de 18 anos de idade

A importância de desenvolver um estudo dessa ordem deve-se à sua frequência entre as meninas das camadas mais populares, pois é uma das principais formas de iniciação do mundo feminino em atividades laborais. Além disso, essa temática conta com poucos estudos que se propõem a discuti-la do ponto de vista do próprio trabalhador. Há mais estudos no âmbito de censos e análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – do que os que se destinam a dar voz à trabalhadora doméstica adolescente, e junto dela, construir um conhecimento que amplie a compreensão sobre essa forma de trabalho.

Uma das maiores dificuldades apresentadas por esse tipo de inserção laboral refere-se ao fato de ser realizada no interior dos domicílios, o que dificulta sua investigação e fiscalização pelos órgãos competentes. Em função dessa dificuldade, decidiu-se realizar este estudo em escolas públicas do município de Natal na medida em que o acesso às adolescentes ficaria mais viável, ao invés de buscá-las nas residências de seus patrões.

O interesse por essa temática surgiu a partir de um estudo anterior realizado no curso de Especialização em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Santana, 2000). Nessa ocasião, foi realizada uma primeira aproximação com a questão do trabalho doméstico infanto-juvenil a partir de uma pesquisa feita com crianças e adolescentes no bairro de Felipe Camarão (distrito oeste da capital). Naquela pesquisa, o foco da investigação foi o trabalho realizado por crianças e adolescentes em suas casas, no qual também não se deixou de reconhecer a importância do trabalho doméstico remunerado, questionando possíveis repercussões dessa forma de inserção laboral na saúde, na educação nas inter-relações pessoais e na auto-percepção de quem o executa.

O interesse, portanto, do presente estudo foi aprofundar essas questões e ampliar o foco de análise, incorporando novos questionamentos ao problema do trabalho doméstico de adolescentes, uma vez que ele é uma realidade muito presente no contexto cultural do Brasil.

Além disso, esse estudo é mais uma das produções do Núcleo de Estudos Sócio-Culturais sobre a Infância e a Adolescência – NESCIA - o qual tem como um dos eixos de investigação o trabalho precoce no Rio Grande do Norte, visando contribuir para as discussões que aí se efetuam. Abrir um espaço para estudar o trabalho doméstico na região seria algo proveitoso no sentido de poder gerar conhecimento que possa subsidiar as políticas de combate à exploração de crianças e adolescentes, sabendo que, atualmente, o emprego dessa espécie de mão-de-obra vem aumentando cada vez mais, especialmente nos países latino-americanos.

Tendo em vista que a perspectiva do trabalho doméstico de adolescentes está inserida no mundo das trabalhadoras, muitas vezes, de forma precoce, dedica-se o primeiro capítulo da dissertação à questão da mão-de-obra infanto-juvenil, fazendo um levantamento geral das diversas formas de trabalho e, especificamente, o emprego doméstico, articulando a produção de alguns autores sobre os possíveis determinantes e conseqüências do trabalho de adolescentes.

É comum no Nordeste brasileiro, ainda como resquício de uma sociedade patriarcal, que meninas saiam do interior e migrem para a capital a procura de trabalho em “casas de família” como empregadas domésticas, ajudantes e babás (Melo, 1998). Isso faz com que o trabalho doméstico sirva, muitas vezes, de ponte para outras atividades futuras.

Assim, o emprego doméstico é uma das formas de trabalho precoce mais exercida pelas meninas, sendo a primeira forma de inserção no mundo produtivo para

aquelas que não possuem mão-de-obra especializada. Elas acabam reproduzindo um papel socialmente delegado à mulher. Existiam, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – de 2001, 491.441, empregadas domésticas entre 14 e 17 anos no Brasil, sendo 6.859 encontradas apenas no Rio Grande do Norte em que 71% são jovens de 15 a 17 anos (PNAD, 2001).

Por fim, faz-se considerações acerca do trabalho na vida do adolescente, levando em conta uma caracterização dessa fase como sendo aquela em que o jovem passa por transformações em diversos aspectos de sua vida, sejam elas biológicas, psicológicas e sociais, não sendo uma forma única de ser vivenciada. Além disso, não há uma adolescência ou juventude universal, mas adolescências que variam conforme a classe social, a etnia ou o gênero. Nesse sentido, trabalha-se com um grupo específico a saber: meninas de camadas populares, que habitam a cidade de Natal e realizam o trabalho doméstico remunerado, residindo no local de emprego.

O trabalho doméstico remunerado é uma das formas mais comuns de inserção da mulher das camadas populares no mercado laboral. É uma forma de trabalho reconhecida socialmente como sendo feminina e muito ligada à condição de gênero. Por essa razão, no segundo capítulo, é feita uma discussão sobre as relações de gênero, relacionando-o com a temática das trabalhadoras domésticas. Logo após, busca-se entender o papel da mulher na sociedade, resgatando formas de dominação patriarcal que contribui com a ideologia de que o lugar de mulher é em casa, na unidade privada, bem como com a idéia de que o trabalho fora do lar é uma extensão da casa. Nesse sentido, a mulher deve executar tarefas ou assumir profissões que são consideradas próprias do universo feminino. São trabalhos que, de um modo geral, envolvem dedicação, paciência e cuidados.

Além disso, traz-se, nesse capítulo, considerações acerca do trabalho doméstico tais como a relação que ele promove entre patroas e empregadas, marcada, principalmente, pela ambigüidade. Resgata-se, também, outras fontes que buscam entender suas características de representar essa forma laboral desvalorizada, invisível e inerentemente feminina.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo de campo propriamente dito, no qual é feita uma discussão sobre os procedimentos metodológicos adotados e do referencial escolhido para analisar a fala dos sujeitos. A pesquisa de campo foi realizada com adolescentes entre 12 e 17 anos que freqüentam escolas públicas estaduais e municipais, no ensino de Educação para Jovens e Adultos – EJA – Supletivo, na cidade de Natal/RN. Para tanto, utilizou-se dois instrumentos na construção do corpus de análise: um questionário respondido por todas as alunas encontradas nas escolas e uma entrevista semi-estruturada com 14 adolescentes que são trabalhadoras domésticas e residem com os patrões. Para entender o significado do trabalho na vida dessas jovens, optou-se pela metodologia das práticas discursivas proposta por Mary Jane Spink (2000), numa abordagem qualitativa de entender e fazer pesquisa científica.

Nessa perspectiva metodológica, busca-se responder a questão de como damos sentido ao mundo em que vivemos. Parte-se do pressuposto de que a realidade é construída socialmente e, portanto, o sentido dado às coisas é também produzido no momento de interação dialógica entre entrevistador e entrevistado, sendo, então, uma prática discursiva. No discurso, entendido enquanto linguagem em ação, o indivíduo pode descrever, explicar e dar sentido ao mundo em que vive, seja ele interno ou externo. São produzidas nesse momento diversas vozes que mantêm relação com a história (história de uma classe social, da mulher, etc) ou individual (tempo da socialização primária e secundária de cada um na família e em outras instituições

sociais), assim como, pode ter relação com o momento da entrevista (história atual), que compõem os diversos aspectos do sentido de um discurso (Spink, 2000). Assim, na fala das adolescentes serão analisados esses diferentes tempos históricos que se entrelaçam e produzem um sentido particular acerca do trabalho doméstico.

O capítulo quatro destina-se a discutir os resultados dessa pesquisa, apresentando o levantamento do grupo geral construído a partir dos questionários, realizando, em seguida, a análise dos discursos produzidos na interação entrevistador-entrevistado (prática discursiva). Nesse momento, busca-se pensar teoricamente a temática do trabalho doméstico de adolescentes e produzir um conhecimento que seja fruto das articulações realizadas no momento da pesquisa.

O estudo dessa questão visa possibilitar um entendimento melhor da temática do trabalho doméstico na vida de adolescentes, analisando até que ponto ele é um modo de trabalho construtor ou explorador da mão-de-obra.

Espera-se que, ao final da leitura, seja alcançado o objetivo de repensar a prática do trabalho doméstico remunerado, partindo do ponto de vista das próprias trabalhadoras e do sentido que elas atribuíram a esse trabalho em suas vidas, contribuindo para um maior entendimento dessa temática. E, ainda, para se pensar em novas políticas públicas que conscientizem as jovens, a fim de que seus direitos trabalhistas sejam respeitados e exigidos.

CAPÍTULO I

O TRABALHO DOMÉSTICO DE ADOLESCENTES

Este capítulo está destinado a discutir as questões referentes ao trabalho doméstico de adolescentes caracterizado como uma das atividades que vem sendo combatida pelos órgãos nacionais e internacionais voltados para o problema do trabalho infanto-juvenil. Para tanto, inicia-se essa discussão ressaltando o trabalho precoce na sociedade moderna e como ele está sendo entendido pelos órgãos responsáveis pela sua erradicação e/ou proteção dos trabalhadores.

Existem alguns estudos que apontam para a situação da trabalhadora doméstica no Brasil. Há aqueles que analisam dados do IBGE acerca das condições de trabalho doméstico, seja em relação à trabalhadora de um modo geral (Melo, 1998), seja no caso de meninas trabalhadoras (Saboia, 2000). Outros buscam conhecer a relação estabelecida entre a trabalhadora e sua patroa, analisando o meio ambivalente em que estão inseridos patrões e empregados domésticos que, de um modo geral, é marcado por um anti-profissionalismo (Preuss, 1990, Preuss, 1996). No campo da saúde, Santana & Almeida Filho (1994) apontam que essas trabalhadoras, principalmente as adolescentes, estão mais susceptíveis ao sofrimento emocional que outras de categorias de profissionais diversas. Santos-Stubbe (1995) afirma que esse é um grupo profissional em que o risco de suicídio é alto. Essa fragilidade emocional é justificada pelos autores através das desfavoráveis situações de trabalho que contribuem para difíceis condições de vida. Um outro estudo interessante é aquele que analisa o quarto de dormir da trabalhadora. Teles (1998) afirma que tal espaço é um lugar a mais que contribui para a

segregação e desvalorização desse tipo de trabalho, tendo em vista que os quartos ou dependência de empregadas estão localizados nos lugares, da casa, mais desconfortáveis, sem privacidade e de pequeno porte. Há, ainda, aqueles estudos que enfatizam a importância de pesquisar e conhecer melhor a temática do trabalho doméstico infantil tanto para mapeá-lo como para entendê-lo dentro de um contexto mais geral (Black, 1997; Saboia, 2000). Poucos são os que contemplam a realidade de adolescentes trabalhadoras domésticas de modo específico. Essa discussão aparece, na maioria das vezes, quando se está caracterizando o trabalho doméstico em geral, tendo em vista que muitas mulheres começaram a trabalhar na infância ou adolescência.

Quando a temática do trabalho doméstico é discutida, de um modo geral, ocorre em estudos que o enfatizam na infância ou enfocam suas repercussões na vida adulta. Poucos se dedicam a estudar essa forma de atividade na fase da adolescência propriamente dita, período caracterizado pela transição entre a infância e a vida adulta.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1994), os adolescentes estão proibidos de trabalhar até os 14 anos. A partir de tal idade, podem trabalhar na condição de aprendizes até os 16 anos, e só após essa idade entram na categoria de profissionais. Porém, serão trabalhadores que têm uma proteção específica não podendo participar de trabalhos noturnos, perigosos e insalubres (Art. 60 e 67 do ECA, 1990).

O trabalho doméstico é uma realidade para crianças e adolescentes no Brasil e no mundo inteiro, principalmente nos países de terceiro mundo, já que ele se constitui como uma das formas em que se encontra o maior número de trabalhadoras precoces e serve às jovens migrantes da zona rural como porta de entrada para o

trabalho, configurando-se um refúgio dos trabalhadores de baixa escolaridade, sem treinamento e considerado à margem do circuito mercantil de produção (Melo, 1998).

Antes, porém, de passar a especificar as condições das adolescentes trabalhadoras domésticas, será mostrado um panorama do que a literatura e dados oficiais apontam sobre o trabalho infanto-juvenil, principalmente, no Brasil e no Rio Grande do Norte. E, dentro desse quadro, serão introduzidas questões e implicações próprias do trabalho doméstico.

1.1 - O TRABALHO INFANTO-JUVENIL: ABRINDO UM CAMPO DE DISCUSSÃO²

O trabalho infanto-juvenil constitui-se como um problema preocupante e de ordem mundial, principalmente, pelo elevado número de crianças e adolescentes envolvidos e pelas possíveis conseqüências negativas associadas às más condições a que o trabalho executado está, muitas vezes, vinculado.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (Unicef, 1997) reconhece duas formas de perceber o trabalho infanto-juvenil: uma que ressalta os aspectos benéficos, “contribuindo para o desenvolvimento físico, espiritual, moral ou social da criança, sem interferir em sua educação escolar ou em sua recreação e descanso” (p.3) e outra que coloca o trabalho precoce como destrutivo na medida em que está associado à exploração. Ressalta, ainda, o perigo de colocar todo tipo de trabalho como inaceitável, podendo levar a uma vulgarização

² Uma discussão similar é trazida pela autora em Santana, M. V. (2000) O trabalho doméstico: uma questão de gênero. Monografia de especialização em psicologia.

do problema, dificultando o combate dos abusos sofridos pelas crianças e adolescentes.

Tendo em vista isso, deve-se associar o trabalho a um contexto sócio-cultural-econômico específico de uma determinada região, assim como ao tipo de atividade executada e, em função desse contexto e dessa atividade, identificar se ele é explorador e o quanto é prejudicial a quem o executa.

Para elucidar melhor quais as formas consideradas como destrutivas, o próprio Unicef (1997) aponta algumas características essenciais para a classificação do trabalho precoce como explorador. Ou seja, o trabalho explorador refere-se àquelas atividades que: ocorrem em período integral, dificultando ou impedindo a escolarização; quando utiliza, como mão-de-obra, o indivíduo ainda muito jovem; provocam excessivo estresse físico, emocional ou psicológico; realizam-se nas ruas, em más condições; possuem remuneração inadequada; exigem responsabilidade excessiva; comprometem a dignidade e a auto-estima da criança ou do adolescente, como a escravidão, o trabalho servil e a exploração sexual e, por fim, são prejudiciais ao pleno desenvolvimento social e psicológico. Sendo assim, é importante ver bem qual a forma de trabalho doméstico que está sendo realizada para saber se ele é explorador ou não.

Conceituar trabalho infanto-juvenil tem sido uma tarefa difícil na visão dos especialistas, pois implica definir o que seja infância e adolescência. Além disso, um trabalho realizado por crianças tem sempre uma conotação diferente daquele que é exercido pelos adolescentes, tendo em vista que estes podem trabalhar, segundo a legislação brasileira, a partir da idade de 14 anos (como aprendizes), enquanto que a criança é proibida de tal ação sob quaisquer condições. Portanto, optou-se, aqui, por uma definição bem próxima da que Diniz (1994) aponta em seu livro “Correndo Atrás

da Vida”. Para ela, o trabalho infanto-juvenil é toda e qualquer atividade útil executada por indivíduos com menos de 16 anos, com certa regularidade (mais de 15 horas por semana) e que tenha resultado econômico, conferido tanto na modalidade de renda direta às crianças e aos adolescentes quanto apropriada por terceiros na forma de força físico-mental aplicada à função econômica.

A partir do século XIX, com a consolidação do capitalismo como modo de produção, a mão de obra infanto-juvenil torna-se mais presente. Isso não quer dizer que esse tipo de trabalho só tenha começado a existir a partir de então. O capitalismo não inventou o trabalho infanto-juvenil, mas criou as condições para que as crianças e os adolescentes fossem transformados em adultos precoces, em trabalhadores “livres” que não mais executavam um trabalho por uma tradição familiar em que o ofício passava de pai para filho (Gomez & Meirelles, 1997). Com a passagem precoce à idade adulta, esses indivíduos ficavam submetidos às mesmas características do trabalho do adulto, que é marcado pela exploração e pela alienação do trabalhador.

A utilização da mão-de-obra de trabalhadores com menos de 18 anos está associada a uma série de fatores. Entre eles estão a pobreza e a falta estrutural de emprego, que é altíssima no Brasil. A criança que trabalha hoje, por uma necessidade familiar de ampliação de renda, agrava a pobreza, incrementa o desemprego e o sub-emprego do adulto, aumentando a possibilidade de ser o adulto desempregado de amanhã, por não ter tido a oportunidade de qualificar-se (OIT, 1996). Além disso, o Unicef (1997) aponta como causas da utilização da mão-de-obra infanto-juvenil a deficiência da educação, as tradições e os padrões sociais de um grupo.

Rizzini, Rizzini & Holanda (1995) também relatam que a pobreza não é causa única e isolada para o envolvimento de crianças e adolescentes com o trabalho. Apontam que fatores de ordem sócio-cultural e as escolhas individuais como “ser

livre”, “gostar de trabalhar”, “para não ficar em casa”, “se qualificar” podem influenciar, principalmente, o adolescente urbano. Cervini & Burger (1996) colocam dois macrofatores que levam crianças e adolescentes à incorporação precoce no mercado de trabalho: a pobreza, que obriga as famílias oferecerem a mão-de-obra de seus filhos e o mercado de trabalho, que oferece espaços apropriados para incorporação dessa mão-de-obra. Sabemos, entretanto, que por mais que a pobreza não seja o único determinante, ela é uma razão muito forte para a incorporação de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

Madeira (1997) aponta, em uma pesquisa com adolescentes trabalhadores, que eles trabalhavam para serem mais “livres” e que essa liberdade diz respeito ao maior poder de negociação junto à família para ganhar autonomia e, sobretudo, no poder de decisão de seu próprio consumo. Continua ainda afirmando que:

Tal constatação, naturalmente, minimiza, e muito, a noção amplamente divulgada de que a necessidade de trabalho é algo imposto pela família, seja por problemas materiais objetivos, seja por ideologias e crenças no trabalho como “escola de vida”, ou como um processo importante na formação profissional do futuro trabalhador (p.106).

Isso aponta para o fato de que as causas do trabalho precoce podem estar relacionadas à pobreza da família, à socialização dentro de um grupo ou às necessidades de consumo do próprio trabalhador adolescente. É necessário analisar cada caso para não se generalizar causas e repercussões do trabalho infanto-juvenil.

Para identificar fatores que possam justificar a utilização de mão-de-obra precoce, Spindel (1985, citado por Rizzini, 1999) realizou entrevistas com empresários da zona urbana brasileira. Tais empresários relataram que o trabalho de crianças ocorre porque elas se submetem aos baixos salários, trabalham sem proteção e sem benefícios, não possuem sindicato para reivindicar seus direitos e têm baixo poder de contestação,

ou seja, possuem muitos deveres e poucos direitos, o que torna a exploração mais fácil e eficaz. A mesma situação foi identificada na zona da cana-de-açúcar, em Pernambuco, onde “as características de docilidade, agilidade, baixo poder de contestação, sentimento de impotência e facilidade de demissão” contribuíram para essa utilização ilegal da mão-de-obra precoce (Jornal de comércio, 1996 citado por Dourado, Dabat & Araújo, 1999, p. 409). Em outras palavras, o trabalho infanto-juvenil é utilizado para aumentar os lucros de quem se vale dele, o beneficiário do capitalismo. Pois, crianças e adolescentes são pagos com menores salários, trabalham uma carga horária igual ou maior que a dos adultos e, nesse sentido, cada vez mais, ocupando os lugares que anteriormente eram preenchidos por eles. Dessa forma, a criança passa a ser considerada, pela sociedade, como produtora de riquezas, não importando em que condições essa realidade materializa-se, ou seja, as mesmas de qualquer trabalhador explorado (Araújo, 1996).

Na verdade, no âmbito do trabalho infanto-juvenil, a maioria das atividades desenvolvidas não é vista, pela família, como trabalho. Há um incentivo ao trabalho como alternativa aos “vícios” da sociedade (Neves, 1999). Isso faz com que seja mais difícil a efetivação das políticas de combate e controle do trabalho precoce, pois não há, por parte dessas famílias, a mesma percepção em relação às atividades desenvolvidas por seus filhos e, dessa forma, não aderem e nem apoiam as ações preconizadas pelos órgãos competentes. Esses pais, possivelmente, estão imersos nesse contexto em que o trabalho precoce faz parte de sua realidade cotidiana, sendo difícil “desnaturalizá-lo”.

Quanto à relação entre escola e trabalho infanto-juvenil, ela é muito estreita, já que um trabalho pode afetar a escolarização. Países como Brasil, Gâmbia, Índia, Senegal e Turquia apresentam taxa de 30% a 50% de abandono da escola pelas

crianças que trabalham, sendo, essa ocorrência, maior entre os adolescentes. Uma questão que ainda está em aberto é saber se saem da escola porque são “obrigados” a trabalhar ou a deixam por outros motivos, ou, ainda, ambas as coisas. Essa escolarização precária reforça os altos índices de analfabetismo existente nos países em desenvolvimento e propicia a não qualificação da mão-de-obra adulta futura, forçando o mercado a recorrer à prática do trabalho infanto-juvenil (OIT, 1996). Madeira (1997) aponta um aspecto diferente do acima exposto, refletindo que “uma parcela cada vez mais significativa de adolescentes e jovens tem acesso a um nível de educação primária mais elevado e, até, à educação secundária, mas não pode permanecer no sistema educativo a não ser que esteja exercendo, ao mesmo tempo, uma atividade remunerada” (p.108) e que somente trabalhando é que os adolescentes conseguem se manter na escola, especialmente no curso noturno.

Muitas das políticas de combate ao trabalho infantil defendem a idéia de que “lugar de criança é na escola”, entretanto não enfrentam a problemática da falência do nosso sistema de ensino e sua inadequação à população de crianças e adolescentes que trabalham.

Porém, conforme apontam Campos, Dimenstein e Francischini (2001), nas elevadas taxas de evasão e repetência escolares, registradas no sistema público de ensino no Brasil e no Rio Grande do Norte, especialmente da 5^a. à 8^a. séries, é provável que haja um percentual considerável de crianças e jovens que estejam inseridos no mundo do trabalho, revelando, por um lado, a supervalorização do trabalho em relação à educação por parte das famílias e, por outro lado, o custo da educação, sua baixa qualidade e pouca acessibilidade, o que termina afastando essa população da escola. Dessa forma, a escola termina configurando-se como um mecanismo de reprodução das

desigualdades sociais, atribuindo, perversamente, a responsabilidade, de tal abandono, às crianças e aos jovens.

Outro fator preocupante, trazido pelo Unicef (2000), é o registro da existência, nos países em desenvolvimento, de mais de 130 milhões de crianças, em idade escolar, fora da escola, sendo, 60% delas, meninas que assumem as obrigações domésticas de suas casas e os cuidados com sua família.

Para os adolescentes que estão no ambiente de trabalho, a alternativa de estudo é a do período noturno, tendo em vista que eles, em geral, trabalham durante o dia. Para tanto, há uma legislação que rege o ensino noturno, o único adequado às condições do trabalhador adolescente. De acordo com a Emenda Constitucional nº 20 de 1988, que alterou o art. 7º da XXXIII Constituição Federal, é proibido o trabalho noturno, perigoso e insalubre para menores de dezoito anos. É dever do Estado garantir a escolarização, oferecendo o espaço institucional para formação desses jovens, considerando que, segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é obrigatório para todos (MEC, 2000). Sendo assim, o EJA (Educação para Jovens e Adultos, antigo supletivo) aparece, no cenário, como a alternativa do Estado para oferecer escola a todos, inclusive aos adolescentes trabalhadores e diminuir, com isso, as taxas de analfabetismo, aumentando, dessa forma, a escolarização.

O número mundial de crianças e adolescentes que trabalham é impreciso, pois, além da falta de dados dos diversos países, muitos ofícios não são considerados, na contabilização de atividades de trabalho, por serem “invisíveis”, ou seja, há uma dificuldade de identificá-los, uma vez que são realizados no setor informal da economia. Esse é o caso do emprego doméstico, da prostituição, do tráfico de drogas, etc.

É certo que existem milhões de crianças e adolescentes trabalhando no mundo inteiro. Segundo o Unicef (1997), a quantidade gira em torno de 75 a 400

milhões de trabalhadores precoces. Essa grande variação numérica ocorre de acordo com as formas de trabalho que podem ser consideradas na contagem. Esses trabalhadores estão espalhados, principalmente, pelos países da Ásia, África e América Latina, sendo o Brasil um de seus representantes, denunciando, portanto, que o trabalho infanto-juvenil está presente, principalmente, nos países pobres e em desenvolvimento. Entretanto, esse fenômeno não afeta apenas esses países pobres, mas é uma realidade presente, também, nos desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, apesar de em menor proporção.

Dentre as crianças e os adolescentes que trabalham no mundo, o maior percentual encontra-se na zona rural, desenvolvendo atividades agrícolas. Na zona urbana, o comércio, os serviços (sobretudo o doméstico) e a manufatura são os setores que mais utilizam a mão-de-obra infanto-juvenil. No Brasil, os números em relação aos trabalhadores precoces são preocupantes também. O PNAD/2001 aponta que há mais de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos trabalhando, principalmente, no setor primário da economia (agricultura), seguido do setor secundário (indústria) e terciário (comércio). Assim, inscrevem-se nas ruas (engraxate, vendedores de sinal), no emprego doméstico, no trabalho forçado, na prostituição e no tráfico de drogas (Unicef, 1997). Rizzini (1999) aponta que as crianças e jovens que trabalham no Brasil estão mais concentrados na área rural (42,6%) do que na urbana (23,9%), repetindo uma tendência mundial.

Em sua grande maioria, são jovens que trabalham sem uma remuneração direta. Geralmente são usados para auxiliar o trabalho dos pais. Começam a trabalhar por volta dos seis anos de idade. Mas a maior parte encontra-se com idade entre dez e quatorze anos, em sua maioria, meninos. A tendência entre os gêneros (IBGE, 2002) é de 65% de meninos para 35% de meninas trabalhando. Tal tendência foi constatada

tanto no campo quanto na cidade. Isso também é observado por Cervini & Burger (1996) quando afirmam que 2/3 dos trabalhadores precoces são meninos. Porém, é importante ressaltar que a taxa de meninas trabalhadoras é subestimada, pois a maioria delas se ocupa de atividades domésticas (afazeres domésticos) não consideradas, pelas estatísticas, como trabalho. Esses mesmos autores sugerem que é possível adicionar à taxa de atividade o “trabalho doméstico exclusivo”, isto é, como uma das formas de trabalho e não como afazer doméstico. Para que, assim, possa haver uma medida mais completa a ser denominada como taxa ampla de atividade, ou seja, tornar possível abarcar mais essa forma de trabalho para crianças e adolescentes. Caso o afazer doméstico fosse considerado como trabalho, o número de crianças trabalhadoras aumentaria de 30%, na faixa de 10 a 14 anos, e em 18%, na faixa de 15 a 17 anos (Burger & Cervini, 1993, citado por Rizini et al, 1995).

No Brasil, cada região parece ter seu perfil na estrutura produtiva que demanda uma forma de trabalho mais que outra. Assim, em São Paulo, a concentração está nas indústrias; já na cidade do Recife, há um maior engajamento na prestação de serviços. Dessa forma, o contexto sócio-cultural-econômico de cada região influencia no perfil do trabalhador precoce e nas atividades desenvolvidas (Cervini & Burger, 1996).

O trabalho infanto-juvenil também é uma realidade no Rio Grande do Norte (RN), Estado localizado no nordeste brasileiro, cuja população está estimada em 2.826.112 habitantes, no qual encontram-se 81.311 crianças e jovens trabalhando entre 10 e 17 anos (IBGE, 2002). Tem como atividades básicas a agricultura, o turismo, a produção de sal e a pesca.

Alguns estudos apontam a presença de crianças e adolescentes trabalhando nas mais variadas atividades. Segundo o Instituto de Desenvolvimento

Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA, 1999), foram registradas crianças nas atividades de tecelagem (fabricação de redes e similares), nas casas de farinha, na cana de açúcar, no sisal, na cerâmica, na pesca da lagosta, nas salinas, além do trabalho nas pedreiras, fumicultura e bonelaria. O Estado registra um percentual de 16,7% dos jovens entre 10 e 17 anos com atividades de trabalho (IBGE, 2002).

Em pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho (1999), realizada em três Estados nordestinos, foi constatado um grande percentual de problemas de saúde nas crianças e adolescentes trabalhadores, não especificamente em atividade doméstica, tais como desnutrição, doenças respiratórias, déficit do crescimento, problemas de coluna e até problemas mentais. Dessa forma, acredita-se ser necessário desenvolver estudos que possam, também, investigar melhor o trabalho doméstico e suas repercussões na saúde e na educação de crianças e jovens que o executam.

Em Natal, cuja população está estimada em 712.317 habitantes (IBGE, 2002), encontram-se crianças e adolescentes trabalhando nas atividades situadas, principalmente, no serviço de transporte alternativo, venda de jornais, ambulantes, nas panificadoras, lixão e emprego doméstico (IDEMA, 1999).

Atualmente, toda uma discussão vem sendo desenvolvida pelo Unicef (1997) e OIT (1996) sobre o trabalho infanto-juvenil em busca da delimitação de políticas públicas, visando seu combate, bem como promovendo estudos em diversas áreas, levantando informações acerca da situação mundial do trabalho infanto-juvenil e subsidiando programas de controle e combate no mundo. É ao Ministério do Trabalho, do governo brasileiro, assim como às Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), a quem compete garantir o cumprimento da legislação, quanto ao combate do trabalho infanto-juvenil. As DRTs contam com GECTIPAs – Grupos Especiais de Combate ao

Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente – que por sua vez compete, através de seu coordenador, “promover articulação, estabelecer parcerias e representar o Ministério do Trabalho e Emprego junto às organizações ligadas à criança e ao adolescente, acompanhar, avaliar e supervisionar a execução das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, prestar informações, esclarecimentos e fornecer subsídios aos interessados em obter dados sobre a realidade de trabalho da criança e do adolescente e sobre a legislação a eles destinada, supervisionar a execução do planejamento das ações fiscais de combate ao trabalho infanto-juvenil, encaminhar às organizações governamentais e não governamentais relatórios de ações fiscais que necessitem de providências de suas respectivas competências” (Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2000, p.2).

No âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, existe o FOCA - Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho de Crianças e Proteção ao Trabalhador Adolescente, um atuante órgão na discussão dessa temática. Entretanto, vem exercendo pouco controle em relação ao trabalho doméstico de jovens. Encontram-se, também, as organizações não governamentais e setores privados envolvidos com a temática do trabalho precoce. Os programas de controle e proteção ao trabalhador partem do princípio de que o trabalho infanto-juvenil prejudica o desenvolvimento físico e psicológico da criança e do adolescente, assim como sua escolarização. Eles são baseados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A constituição de 1988 modificou a idade mínima para o trabalho que voltou aos 14 anos, resguardando as garantias trabalhistas e proibindo o trabalho noturno, insalubre e perigoso a menores de 18 anos (Passeti, 1996 citado por Neves, 1999).

As discussões sobre a infância, levando em consideração diversos aspectos (saúde, educação, proteção, direitos, deveres, trabalho, etc) tiveram seu ápice em 1989, com a convenção sobre os direitos da criança, culminando em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que revogou o Código de Menores de 1979, trazendo detalhadamente os direitos das crianças e dos adolescentes e as diretrizes para políticas dentro dessa área do trabalho infanto-juvenil, tornando-se um marco, devido o reconhecimento da criança como “sujeito de direito” e como pessoa em desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1994, p.11) aponta, em seu Art. 60, que “é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Em 1998, surge a emenda constitucional número 20, alterando o artigo 60 do ECA, e o sétimo da Constituição Federal, que reformula a idade mínima para o trabalho, a qual passa para 16 anos, para acompanhar a exigência solicitada pela OIT, sendo essa a legislação vigente nos dias atuais. Isso quer dizer que, dos 14 aos 16 anos, o trabalho só é permitido na condição de aprendiz, no qual seja garantido aos jovens todos os direitos trabalhistas de sua categoria de trabalho.

De acordo com a Convenção 182 da OIT (1999), somente com um crescimento econômico sustentado, conduzindo a um progresso social e à eliminação da pobreza, assim como por uma educação universal, poder-se-á eliminar o trabalho infanto-juvenil. Porém, o que tal Convenção quer tornar possível é, principalmente, a eliminação das piores formas de trabalho precoce, por serem todas formas de escravidão como, por exemplo, a prostituição e produção pornográfica infantis, a utilização de crianças em atividades ilegais – como tráfico de drogas – e todo aquele trabalho que, em sua natureza, provoque provável dano à saúde, à segurança e à moralidade das crianças e dos adolescentes (Unicef, 1999; OIT, 1999).

Observando as Constituições Federais dos anos de 1934, 1956, 1988 e emendas constitucionais de 1966 e 1998, percebe-se uma oscilação nas leis quanto a idade mínima para o trabalho infanto-juvenil, ora aumentando para 14 e 16 anos, ora diminuindo para 12 anos. Essa variação de idade parece atender aos interesses de possíveis tomadores de serviços, para os quais a contratação de mão-de-obra de crianças e adolescentes ainda é benéfico, já que acabam por não conceder, às crianças e aos jovens, os mesmos direitos de um trabalhador adulto, fazendo, assim, uma economia com base na exploração do trabalhador precoce.

A empregada doméstica adolescente tem, pois, os mesmos direitos de uma trabalhadora doméstica adulta, que, com a Constituição de 1988, adquire o "status" de categoria profissional reconhecida pelo Estado brasileiro (Sindicato dos trabalhadores domésticos de Recife, 1996), com a proteção adicional garantida pela proibição do trabalho noturno e insalubre. A proibição do trabalho noturno é o direito fundamental mais infringido do trabalhador doméstico com menos de 18 anos que vive com os patrões, tendo em vista ser comum realizarem algumas tarefas para a família no período noturno quando há alguma festa na casa ou quando os patrões chegam tarde do trabalho.

A especificidade para a adolescente que trabalha no serviço doméstico remunerado, quanto à legislação, é que para muitas delas não está sendo assegurada a escolarização, tendo em vista que 61% das trabalhadoras domésticas residentes estão fora da escola (Saboia, 2000), por, muitas vezes, estenderem o horário de trabalho até o período noturno e, ainda por isso, ficarem mais sujeitas a desrespeitos morais que vão desde comentários grosseiros até abusos sexuais (Anderfuhren, 1999). Como são menores de idade e vivem com os patrões, deveriam ser registradas junto à vara da infância de sua cidade para que pudessem ter alguém responsável pelo seu direito de ir à

escola e pelos seus cuidados, pois estão longe da família de origem. O certo seria a família que contrata a jovem solicitar a guarda judicial, dando, inclusive, mais garantias para que a menina, que vem do interior, não esteja completamente solta ou abandonada na cidade, caso perca o emprego. Isso costuma acontecer quando elas não servem mais para o trabalho, por não se adequarem às normas de uma casa, estando assim, sujeitas a outros perigos sociais como prostituição e tráfico de drogas. Assim, guarda judicial dada aos patrões é uma forma de respaldar a jovem. (Dantas, 2000).

1.2 - TRABALHO DOMÉSTICO DE ADOLESCENTES

A realização de atividades domésticas na casa de terceiros por adolescentes é uma forma de trabalho muito encontrada em diversos países do mundo e, também, no nordeste brasileiro, cujas famílias das cidades grandes buscam crianças da zona rural para “ajudar” nas atividades domésticas ou para “brincarem” com seus filhos, exercendo a função de babás. Na maior parte das vezes, essas crianças ou adolescentes não recebem remuneração ou, quando recebem algum salário, está abaixo do mínimo nacional, funcionando como empregados irregulares. Nesse caso, as condições de moradia e de horas de trabalho dependem de seus empregadores e, muitas vezes, são impróprias. As crianças dormem onde podem, comem o que determinam seus patrões, estão sujeitas a humilhações, além de, quase sempre, terem o direito de freqüentar a escola negado (Unicef, 1997). Isso é considerado causa de risco psicológico e social, já que priva a criança de seu ambiente familiar e dos amigos, muitas vezes, sujeitando-a a maus tratos e até ao abuso sexual, podendo tornar-se uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil, segundo a Convenção 182 da OIT (1999), por esses indivíduos estarem

expostos a situações de risco em sua segurança, saúde e moralidade (OIT, 1996; OIT, 1999).

Em um debate ocorrido com empregados domésticos em Fortaleza/CE, promovido pela Campanha de Combate ao Trabalho Infanto-Juvenil (1998), constatou-se, pelas falas dos adolescentes trabalhadores, que esse tipo de trabalho caracteriza-se como sendo aquele em que se está sempre à disposição dos empregadores (maioria mora com os patrões), o que é cansativo e repetitivo; nele “existem maus tratos, carões e ninguém respeita”; “até os namorados terminam o namoro quando sabem que a menina é empregada doméstica”; causa isolamento, quando, por exemplo, “os membros da casa pouco conversam com elas”; é desconfortável, pois “tudo que não pode aparecer para as visitas é colocado no quarto da empregada”, dizem os adolescentes ouvidos. Além disso, há um desconhecimento acerca dos direitos que possuem como trabalhadores domésticos.

Arais (1994), ao investigar a relação entre trabalho e escolas noturnas, aponta que, na cidade de Fortaleza, a maioria das meninas empregadas domésticas vem do interior e trabalham para ajudar suas famílias. 21% delas começam a trabalhar com 10 anos e 46,5%, entre 10 e 15 anos de idade. Além dessa precoce iniciação, muitas delas abandonam os estudos para dedicarem-se ao trabalho, não recebendo cuidados especiais, podendo adoecer e terem sua iniciação sexual na família para a qual trabalham. Fatores, esses, que por si só, contribuem para o questionamento dessa forma de trabalho. Esse modo de trabalho pode até, inicialmente, não ser considerado como perigoso ao desenvolvimento da criança ou do adolescente, como já debatido em fóruns internacionais, mas, geralmente, as jovens estão sob situação de risco à saúde física ou mental e, muitas vezes, sujeitas às péssimas condições de trabalho (Unicef, 1997).

Além dos riscos descritos acima, essas crianças e adolescentes encontram-se, muitas vezes, em situação irregular na casa de seus patrões, já que elas, quando transferidas de um lugar para outro, de jurisdição diferente, não têm consigo a regularização de sua situação de guarda junto à Vara da Infância e Adolescência, o que seria exigido conforme a legislação vigente no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Dantas, 2000).

É claro que nem sempre o trabalho doméstico é sinônimo de exploração da mão-de-obra, tendo em vista servir como uma ponte para outras formas de trabalho mais valorizadas socialmente. A menina pode ter acesso a seu primeiro emprego e dar continuidade à educação, desde que lhe seja garantida as condições de trabalho tanto juridicamente quanto humanamente, sendo tratada e respeitada como uma profissional.

O trabalho doméstico de adolescentes é encontrado em famílias cuja condição de pobreza as expulsou da zona rural na busca de melhores condições de vida na capital. De acordo com a pesquisa realizada por Neves (1999), sobre os trabalhadores infantis da Zona da Mata pernambucana, muitas meninas, dessas famílias, são enviadas para a capital do Estado para o trabalho “nas casas”, pois, segundo os pais, elas não queriam “nada” no interior, não “agüentavam” trabalhar na roça e nem tinham “jeito” para a escola. Esse trabalho é, portanto, uma forma encontrada pelos pais para que as meninas tenham mais chances de vida na Capital.

No Brasil, segundo PNAD/2001, existem mais de 491.441 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos como empregadas domésticas (IBGE, 2002), sendo que, 71% desses trabalhadores têm entre 15 e 17 anos e 93% são meninas. Porém, esse número pode estar camuflando uma quantidade bem maior, tendo em vista não ser comum a sociedade assumir a utilização dessa precoce mão-de-obra em suas casas principalmente quando não há uma remuneração efetiva.

Esse trabalho atrai um grande número de meninas sem escolarização e perpetua os problemas da pobreza e da falta de oportunidades. Psicólogos do Haiti, país em que há um índice altíssimo de crianças empregadas domésticas, constataram alguns sintomas relacionados às condições de trabalho como depressão, passividade, distúrbios alimentares e de sono, ansiedade e medo. Os adjetivos mais comuns para descrever tais meninas eram “tímidas e desatentas”, concluindo, então, que a infância lhes foi roubada devido a essa forma de trabalho (Unicef, 1997). No Brasil, há carência de estudos que apresentem dados mais amplos e consistentes nessa área.

O emprego doméstico cresce de importância na medida em que a menina torna-se mais velha. Isso é apontado por Saboia (2000) ao analisar dados da PNAD/1998, em que, dentre as meninas com 10 anos, apenas 4% das trabalhadoras são domésticas. Na idade de 12 anos, esse percentual sobe para 11,2% e, aos 14, atinge 25,5%. Com 16 anos, chega-se a um ápice em que 31,9%, das trabalhadoras, são empregadas domésticas. A mão-de-obra feminina, na faixa dos 10 aos 16 anos, é composta por 22,6% de trabalhadoras domésticas, demonstrando a importância desse emprego para as mulheres e meninas pobres do Brasil.

No Rio Grande do Norte, foram registradas 6.859 crianças e adolescentes, todas mulheres, trabalhando como empregadas domésticas, representando 8,4% da população de trabalhadores com menos de 18 anos, principalmente, na faixa etária de 15 a 17 anos (71%). Essa mesma faixa etária tem 29% da população economicamente ativa destinada ao serviço doméstico. Não há registro, dentro dessa faixa etária, de meninos que exerçam atividades no emprego doméstico (IBGE, 2002). Sem dúvida, o trabalho doméstico entre adolescentes preocupa, por fazer parte de uma realidade comum às várias camadas sociais, merecendo ser tema de futuros estudos que pretendam conhecer melhor essa temática.

Atualmente, o número de trabalhadores domésticos menores de 18 anos, no Estado, decresce consideravelmente, como aponta a tabela abaixo:

Ano de referência (PNAD)	Número de trabalhadores domésticos entre 10 e 17 anos
1992	24.971
1995	16.792
1999	9.360
2001	6.959

Tabela 01 - Fonte: IBGE (1992, 1996, 1999, 2001)

Porém, não se sabe as causas que levam à diminuição da contratação de jovens para o trabalho doméstico. Lança-se a hipótese de que isso ocorre pela diminuição da contratação da mão-de-obra de empregadas domésticas de um modo geral, ou pela sensibilização na contratação de crianças e adolescentes para o serviço doméstico, ou também, porque as pessoas podem estar deixando de contratar mão-de-obra precoce dentro de suas casas.

Apesar disso, o trabalho doméstico é uma realidade no Estado do Rio Grande do Norte, porém, é um campo pouco estudado, que merece destaque pela sua abrangência e frequência nas famílias locais, bem como pelo possível impacto significativo sobre a saúde e educação de crianças e adolescentes. Para tanto, é necessário entender qual o sentido que esse trabalho tem na vida das jovens que o executam.

Ainda é observado sobre as meninas trabalhadoras domésticas, que a situação escolar delas é muito preocupante, pois, quando são comparadas com as meninas que trabalham em outra forma de atividade, percebe-se que 32,8% não estudam, enquanto que, entre as outras trabalhadoras, apenas 17% estão fora da escola.

Esse quadro agrava-se ainda mais no nordeste brasileiro, em que 39,2% das trabalhadoras domésticas, entre 10 e 16 anos, estão fora da escola (Saboia, 2000). Além disso, as empregadas domésticas possuem uma tendência de apresentar menos anos de estudos do que as não trabalhadoras ou as que exercem outras atividades. Saboia (2000) afirma, com base de dados no PNAD-1998, que aos 14 anos, quando a jovem deveria estar concluindo o ensino fundamental, apenas 9,8% das trabalhadoras domésticas o conseguem, enquanto as que trabalham em outras atividades e as que não trabalham estão respectivamente com índices de 20% e 26% de conclusão do ensino com 7 anos de escolarização.

Das trabalhadoras domésticas, 64,5% têm mais de um ano de atraso escolar, demonstrando ser comum encontrar adolescentes desniveladas nas escolas públicas. É sabido que o atraso escolar é um fenômeno comum no Brasil, mas é nítido também, afirma ainda Saboia (2000), que o trabalho é um dos responsáveis pela redução do nível de escolaridade, principalmente, entre as adolescentes.

Outro dado importante de ser ressaltado é com relação à escolarização de trabalhadoras domésticas, tendo em vista que muitas delas estão fora da escola e com atraso escolar. 61% das meninas, que residem com os patrões, estão sem freqüentá-la, enquanto apenas 28,5% das não residentes estão nessa mesma situação. Isso, possivelmente, ocorre devido a uma jornada de trabalho excessiva entre as que residem, chegando até a 50 horas de trabalho semanais, o que impede diretamente as atividades escolares. É comum encontrar trabalhadoras domésticas com alta jornada de trabalho no Rio Grande do Norte, as quais (52%) podem chegar a trabalhar mais de 44 horas semanais (IBGE, 2002).

Este estudo, ora apresentado, talvez, possa contribuir no sentido de dar um pouco mais de visibilidade à atividade de trabalho doméstico remunerado realizado

por adolescentes, tão freqüente em nossa realidade, porém pouco estudada e conhecida em termos de sua extensão e impactos psicossociais.

O trabalho na adolescência tem um caráter diferente daquele vivido durante a infância ou durante a vida adulta, pois tem implicações e repercussões distintas em função das transformações dessa fase de vida. A fim de compreender melhor tal fase, no próximo tópico buscar-se-á entender as questões que permeiam essa fase do desenvolvimento e como o jovem insere-se no mundo do trabalho.

1.3 - COMO ENTENDER A ADOLESCÊNCIA.

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano na qual os conflitos com o corpo, com o social, com os pais e instituições sociais aparecem com mais força. Ela é descrita como um caminho entre a infância e a idade adulta, como um período de transições e adaptações que depende de variações sócio-políticas e culturais (Mauro, Giglio & Guimarães, 1999). Porém, nem sempre a adolescência foi vista ou percebida dessa forma, já que é uma construção sócio-histórica, vinculada ao início da revolução industrial (Becker, 1999). Pode-se dizer que houve uma “descoberta” da adolescência no século XX. Semelhante processo ocorreu com a descoberta do sentimento de infância no século XIX e o de juventude no século XVII (Ariès, 1981). Há pouco mais de 300 anos, ninguém identificava o que era a adolescência, pois o seu surgimento e enaltecimento estão fortemente vinculados à formação da burguesia e das cidades, que são, também, frutos do desenvolvimento industrial (Cavalcanti, 1988). Segundo Becker (1999), até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. Os limites entre a infância e a vida adulta estavam mais ligados à dependência econômica ou psicológica do que à puberdade.

Não há uma única definição do que seja adolescência, pois as diversas abordagens privilegiam aspectos diferentes. Umas enfatizam a questão cronológica/biológica, outras, os aspectos sociais, havendo, ainda, as que ressaltam os aspectos psicológicos. Desse modo, não se pretende esgotar a discussão sobre o tema da adolescência, mas sim poder refletir sobre alguns tópicos e ressaltar os aspectos mais importantes para este estudo.

O aspecto biológico refere-se à própria puberdade e às transformações do corpo físico gerado por mudanças hormonais, bem como uma preparação e maturação para a reprodução humana (sexualidade). As diferenças entre masculino e feminino começam a ficar mais presentes nessa fase, e o aparelho reprodutor se especializa. Sócio-culturalmente, o adolescente está mais envolvido com questões de ordem social. Então, o trabalho passa a ser considerado como realidade ou como perspectiva de futuro próximo, para o qual deve preparar-se. Também se preocupa com novos conceitos sociais e de ordem abstrata e filosófica. Envolve-se com grupos nos quais possa sentir-se mais seguro para experimentar novos ambientes, longe do paterno e está mais questionador de normas e condutas sociais. Quanto ao aspecto psicológico, faz parte dele uma vasta gama de fatores que se entrelaçam com o aspecto biológico e o social, sendo esse um momento de descoberta de si mesmo e do mundo (Becker, 1999).

A grande importância dada à adolescência ocorre no pós-guerra (1945), com o movimento de contra-cultura ocorrido em todo o mundo, tendo o ano de 1968 como marco, devido às movimentações estudantis em vários lugares do mundo. A valorização da adolescência, nessa época, condizia com as transformações sociais pelas quais a humanidade passava, demonstrando insatisfação no trabalho e na política. Foi um período em que as mulheres fortaleceram o movimento feminista e diversos grupos sociais protestaram contra as guerras e ditaduras militares na América do Sul e Central,

fortalecendo suas bases de apoio, como grupos étnicos que lutavam pela raça negra. Era como se toda a sociedade estivesse borbulhando de insatisfações, questionando os conceitos conservadores e necessitando encontrar-se, passando por conflitos que foram definidos como fazendo parte da adolescência e, ao mesmo tempo, favorecendo a construção de uma imagem estereotipada do jovem.

Calvalcanti (1988) afirma que a cultura gera, de tal forma, um padrão de uniformidade e de unidade de pensamento e ação que acaba criando nos indivíduos de um mesmo grupo social, traços de condutas comuns como, por exemplo, a questão da moda que é tão importante e flagrante na adolescência. Por esse motivo, o adolescente configura-se como o grande consumidor dos tempos modernos. Porém, é também por essa possibilidade de encontrar algumas características ditas como típicas da adolescência e juventude, que é possível enumerá-las. Entretanto, deve-se ter o cuidado de não crer que essas características gerais, que definem e descrevem tal fase, são universalmente vividas por todos os adolescentes.

Vitiello (1988) aponta essa fase como sendo aquela em que o indivíduo passa por transições bio-psico-sociais, caracterizando-se por transformações biológicas em busca de uma definição do seu papel social, influenciado pelos padrões culturais do meio no qual está inserido.

Muitas vezes, há uma visão estereotipada do adolescente que, comumente, é chamado de aborrecente, pois são vistos como instáveis, rebeldes e geradores de conflitos (Günther, 2000). No entanto, o conceito *adolescere* tem sua origem no latim e está dividido em duas partes *ad + olescere*, ou seja, “para + crescer” (Becker, 1999), demonstrando que é um período no qual o crescimento físico, mental e intelectual ainda está se efetivando. Na sociedade em que vivemos, para ser alguém maduro ou adulto, segundo Becker (1999), tem-se que estar adaptado às normas e às

condutas sociais. Se há uma divergência quanto a essas normas é porque ainda não se alcançou a maturidade para entendê-las. Nesse ponto, há de se fazer uma crítica a essa percepção, pois ser adulto não é, necessariamente, estar bem adaptado às normas e condutas sociais, visto que, muitas vezes, faz parte de uma maturidade divergir de normas que são abusivas e promovem a degradação humana. Perceber o adulto como um ser bem adaptado é uma forma de enclausurá-lo e negar-lhe a possibilidade de viver crises e questionar conceitos numa idade maior (Guatarri & Rolnik, 1996). Ou, talvez, o fato dos adolescentes estarem passando por transformações em vários âmbitos de sua vida abra a possibilidade deles estarem mais susceptíveis, que os adultos, às formas singulares de produzir subjetividade.

Quando se recorre aos teóricos clássicos, Knobel (1983) define adolescência como um conjunto de características que ele chama de “síndrome da adolescência normal” (p.112). Essas características giram em torno de: busca de identidade, tendência de estar em grupos, necessidade de fantasiar, crises religiosas, deslocamento temporal, evolução sexual – passando de um auto-erotismo a uma genitalidade heterossexual – atitudes sociais reivindicatórias, contradição nas condutas, separação progressiva dos pais e flutuação de humor.

Denominar esse período como um momento de “síndrome da adolescência normal” é uma forma que a sociedade tem de incorporar os comportamentos conflituosos, os quais rompem com o social, gerando angústia e incertezas na vida de um adolescente, como sendo um comportamento esperado, ou seja, com isso, concede-se um lugar ao adolescente em que ele possa ser controlado. Quando essas características síndrômicas se exarcebam, o indivíduo pode estar passando para um quadro mais patológico que normal (Knobel, 1983).

Além disso, esse mesmo autor chama a atenção para o fato de que, nessa fase, o que mais ocorre é uma busca por uma identidade adulta. Nesse caminho, afirma Knobel, o indivíduo passa por três lutos fundamentais que se referem à perda do corpo infantil, à perda dos papéis desempenhados na infância e à perda dos pais da infância. O conceito de luto, para essa fase, é muito importante, pois é a partir da vivência das perdas de conquistas infantis e da indefinição corporal e social que se provoca uma instabilidade própria dessa etapa do desenvolvimento. Apesar disso, essa instabilidade e desequilíbrio são considerados, por esse autor, como necessários para que o adolescente possa encontrar uma estabilidade na formação da identidade futura. No caso da trabalhadora doméstica residente com os patrões, esses lutos podem ocorrer de uma forma simbólica ou real na medida em que elas realmente perdem os pais da infância, pois saem de casa e estão lançadas à sorte na casa de estranhos, longe de sua família.

Erikson (1987), um outro autor importante da psicologia do desenvolvimento, constrói uma teoria na qual o indivíduo atravessa crises desestabilizadoras e organizadoras rumo ao equilíbrio. Essas crises passam por todas as fases do desenvolvimento libidinal e, na adolescência, consistem na formação da identidade do ego. Essa época de vida tem uma característica de recapitular os estágios anteriores e antecipar os que virão, ou seja, o jovem revive os conflitos infantis, principalmente os que foram mal resolvidos, ao mesmo tempo em que se projeta para o futuro. Ele considera, então, esse período, como “uma crise de identidade normativa à idade da adolescência e começo da vida adulta.” (p.15).

Dentro dessa perspectiva, a adolescência pode ser percebida como um período de crise normal que deve ser restaurado e solucionado com a idade adulta, ou com a chegada à maturidade. Isso ocorre, primordialmente, porque o sistema social

funciona sempre em busca de uma preservação de uma reprodução constante de seus conceitos.

Apesar dessa tentativa de englobar a adolescência dentro de parâmetros comuns e universais, é importante ressaltar, como afirma Becker (1999), que não existe uma adolescência, e sim, várias.

O mesmo é dito por Margulis (2001) que afirma não haver uma adolescência ou juventude universal. São adolescências que variam conforme classe social, etnia, gênero, aludindo a uma identidade social do sujeito envolvido.

Tendo em vista isso, toma-se uma citação de Becker (1999) para entender melhor as várias adolescências:

É preciso lembrar também que, mesmo dentro dessa sociedade, a adolescência pode assumir formas diversas. Uma criança pobre, por exemplo, será empurrada para a vida adulta muito mais precoce e abruptamente do que um jovem de classe mais privilegiada, que pode prolongar sua adolescência indefinidamente...

...num contexto que atuam fatores sociais, culturais, familiares e pessoais, os jovens assumem idéias e comportamentos completamente diferentes (p.13).

Com isso, não se deixa de reconhecer que nessa fase existe a influência do aspecto biológico, mas procura-se desvincular tal fase apenas das transformações físicas, ressaltando que aspectos sociais e psicológicos são importantes na construção da adolescência, na medida em que podem estar sendo experimentadas de várias formas entre os adolescentes.

Um ponto delicado de definir é o que se refere à faixa etária da adolescência, pois pode-se encontrar adolescentes desde os 10 anos até a idade de 25 anos (Mauro et al, 1999), dependendo da teoria adotada. Por exemplo, a Organização Mundial de Saúde define a adolescência na segunda década de vida, na faixa dos 10 aos 19 anos. Zagury (1999) ressalta que está havendo um movimento de retardo dessa fase

de vida, já que muitos jovens, principalmente de classe média e alta, estão retardando a saída da casa dos pais e a entrada no mundo laboral. Aqui, neste estudo, preferiu-se recorrer e adotar a definição etária de adolescência acompanhando o que prega o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1994) – ou seja, a adolescência vai dos 12 aos 18 anos incompletos.

Cavalcanti (1988) aponta que a idade não é um fator determinante da adolescência e sim um ponto de referência. Seu início está vinculado à puberdade, com suas transformações biológicas referentes à reprodução da espécie, com a menarca nas meninas e o início de produção de esperma nos meninos. Seu término não tem um marco biológico e sim, muito mais, cultural, acabando quando um grupo social atribui um *status* equivalente ao papel e funções sociais do mundo adulto, num momento em que o indivíduo passa a ser responsável por seus atos.

Percebe-se que essa etapa é caracterizada como de transição entre dependência e autonomia. O jovem está voltado para uma auto-descoberta e uma descoberta do mundo, experimentando sair do núcleo familiar primário e inserir-se nele. Neste momento, o indivíduo dessa cultura ocidental tem que aprender a manipular impulsos sexuais recém adquiridos e desenvolvidos, adaptando um corpo diferente às diversas situações, assim como adaptar-se aos novos papéis sociais, tomando decisões vocacionais que podem influenciar o resto de sua vida.

Para o jovem trabalhador, além dos conflitos que o desestabilizam física, social e psicologicamente, existe sua inserção no mundo do trabalho, cheio de conflitos que o jovem tem que carregar, o que pode contribuir como uma forma de agravo à saúde psíquica do indivíduo. Mauro et al (1999) afirmam que a frustração diante da exploração no mundo do trabalho – como os baixos salários, realização de tarefas

repetitivas, estar diante de uma carga horária inespecífica, não possuir carteira assinada – pode acabar contribuindo para um sofrimento emocional.

Além disso, o trabalho pode provocar sérias repercussões na vida pessoal e escolar desse jovem, impedindo-o de freqüentar a escola, já que podem ter dificuldade de conciliar trabalho e estudo, devido ao cansaço acumulado depois de um dia de atividade.

Esses mesmos autores defendem que o trabalho pode ter repercussão na saúde psíquica de quem o executa:

Nos parece também que o trabalho, que pode trazer sofrimento ao homem, não deve ser menos penoso para o jovem que, cheio de projetos de vida, de expectativas, frustra-se diante do primeiro salário que recebe ou diante das tarefas repetitivas, da falta de oportunidade para poder descobrir seu potencial criativo e até sua própria vocação (p.143)

Ressaltam ainda, que dentre os adolescentes trabalhadores acometidos de transtornos mentais, estão os indivíduos executantes de serviços domésticos e os ajudantes (Mauro et al, 1999).

Porém, nem sempre o trabalho é causador de sofrimento psíquico ou social. Ele também pode ser um fator de proteção à saúde mental na medida em que é capaz de dar uma identidade ao adolescente, inserindo-o no espaço da cidadania e permitindo o auto-conhecimento, a socialização, a aprendizagem e a criação de novas perspectivas, sendo, então, positivo à saúde.

Além disso, um aspecto que chama atenção, na atividade de trabalho de adolescentes empregadas domésticas, é o conflito que pode surgir entre patroas e empregadas, o qual pode ser um reflexo dos conflitos geracionais vividos pelos adolescentes com seus pais. Por estarem vivendo na casa dos patrões, longe de suas famílias, elas podem acabar reproduzindo, nesse novo ambiente, as situações próprias

da adolescência como a descoberta da sexualidade e da autonomia, podendo exacerbar um conflito, principalmente, com a patroa que, muitas vezes, ocupa o lugar de guardiã da sexualidade das jovens empregadas que estão sob sua responsabilidade (Preuss, 1996).

Em função disso, buscou-se traçar um panorama acerca das condições em que o trabalho doméstico é realizado por adolescentes e verificou-se essa atividade vinculada a questão de risco ou, da proteção à saúde. Dessa forma, o mais importante não é a negação do trabalho na vida do adolescente, mas, a luta para que sejam respeitados os direitos e a dignidade do jovem trabalhador, promovendo um reconhecimento social pela sua atividade laboral.

O próximo capítulo girará em torno da questão exclusivamente feminina que existe no trabalho doméstico, tendo em vista que mais de 90% de seus trabalhadores, independentemente da faixa etária considerada, são mulheres. Portanto, serão ressaltadas as relações de gênero que podem ser reproduzidas nessa forma de trabalho.

CAPÍTULO II:

A HISTÓRIA DAS MULHERES E DO TRABALHO DOMÉSTICO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Os estudos sobre mulheres vêm sendo ampliados ao longo da história, principalmente, a partir do movimento sócio-político pós-Revolução Francesa e das discussões feministas (pós década de 70) nas quais a mulher foi inserida, gradualmente, como atuante social na história, e não apenas como um apêndice do homem (Meyer, 1996). Essa necessidade de se contar uma história da mulher surgiu frente às limitações da ideologia embutida nas teorias androcêntricas, que colocavam um homem contando a história de outros homens, ao invés de registrar a história da humanidade.

Falar do trabalho doméstico remunerado desde a perspectiva da mulher e das relações de gênero é uma forma de resgatar a história do trabalho doméstico, colocando sua principal protagonista em lugar de destaque, pois, de acordo com o PNAD/2001, 94,5% dos casos de emprego doméstico é exercido por mulheres (IBGE, 2002). Nada mais interessante que as próprias trabalhadoras sejam protagonistas dessa história, permitindo, através delas, especificar suas realidades e o contexto em que estão inseridas.

Neste capítulo, buscou-se fazer uma revisão histórica da relação mulher - trabalho doméstico, mostrando como tal relação, por mais modificações que tenha sofrido, continua sendo marcadamente feminina. Para tanto, resgatou-se a dimensão de gênero, entendendo-a como uma importante categoria de análise da questão da trabalhadora doméstica por ser muito mais ampla do que as que se baseiam nas

diferenças entre os sexos, que são estritamente biológicas. Quando se fala de gênero, incluem-se as dimensões psicológica e social para o entendimento das características atribuídas à feminilidade e masculinidade e os papéis desempenhados por mulheres e homens em uma dada sociedade (Madeira, 1997). O conceito de gênero é relacional e diz respeito ao sexo social. Dessa forma, buscou-se entender essa concepção dentro das teorias feministas e como ela pode ser articulada com o trabalho doméstico e de adolescentes.

Um aspecto importante a ressaltar é que o trabalho doméstico reforça a teia mantenedora do espaço privado reservado à figura feminina, reproduzindo relações de gêneros.

2.1 - GÊNERO COMO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO

O conceito de gênero é novo e, muitas vezes, vago e impreciso, mudando de significado de acordo com a abordagem do estudo e, por isso mesmo, não se configura como uma unanimidade dentro dos estudos feministas. A construção desse conceito vem ganhando mais força e precisão a partir dos anos 70 nas ciências sociais, após o “boom” das discussões sobre as mulheres. Mesmo assim, busca-se, neste estudo, entendê-lo à luz de algumas perspectivas teóricas para poder articulá-lo com o trabalho doméstico.

Na gramática, o gênero é uma “categoria que indica por meios de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas (Há os gêneros masculino, feminino e neutro)” (Ferreira, 1995, p. 321), sendo, portanto, de acordo com essa visão, uma forma de classificar. Porém, essa

definição, tal como é trazida no dicionário, não é suficiente para entender esse conceito dentro das perspectivas feministas.

Na verdade, quando se fala de gênero, caminha-se num sentido diferente do conceito de sexo. Falar de sexo masculino ou feminino é reduzir a análise apenas ao aspecto biológico/fisiológico da questão.

O gênero possui uma perspectiva relacional que vai além da gramática. Ele existe para dar conta dos atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, partindo do princípio que os lugares sociais e culturais, de cada um, são construídos como a relação de poder entre homens e mulheres, ou seja, hierarquicamente. Usar o termo gênero, é, por princípio, rejeitar o biologismo determinista implícito no termo sexo, rompendo, dessa forma, com conceituações essencialistas (Oliveira, 1999). Ou, como diz Hirata & Kergoat (1994), o gênero é o sexo social que tem no aspecto relacional a sua maior característica.

É uma perspectiva limitadora e descritiva dizer que um estudo de gênero refere-se, somente, a um estudo sobre mulheres. O conceito de gênero não é sinônimo da palavra mulher, e Scott (1989) afirma que percebê-lo dessa forma, é limitador por relegar aspectos sociais dessa temática, pois seu uso de uma maneira descritiva não tem a força para analisar e interrogar os paradigmas históricos existentes.

Da mesma forma, é limitador entender o gênero levando em conta apenas o aspecto biológico ou social, masculino ou feminino. O que se pretende ressaltar, a partir da análise dessa autora, é que para entender gênero necessita-se considerar aspectos sociais e culturais que intervêm na formação da masculinidade ou da feminilidade de cada ser humano, independente do sexo biológico (Saffioti, 1994).

Dentro do entendimento dessa categoria como sendo social e relacional, resgata-se algumas perspectivas teóricas, para clarificar esse conceito, numa mescla de compreensão e costura de discursos de autoras que, não necessariamente, pertencem a mesma abordagem teórica. Dentre essas perspectivas, busca-se retomar a divisão sexual do trabalho que fala das relações sociais de sexo, assim como da perspectiva teórica que entende o gênero como o sistema de poder resultante de um conflito social. Aqui, também, resgata-se autoras como Joan Scott (1989) que percebe o gênero como uma forma primordial de articular o poder, e Saffioti (1992) que ressalta as relações de poder e, também, a importância de se entender gênero e classe social como sendo construídos simultaneamente ao longo da história das relações sociais.

Revisitando o conceito de gênero, inicia-se recuperando-o a partir da divisão sexual do trabalho. Essa divisão não se data no capitalismo. Ela antecede esse modo de produção, porém, vale destacar que foi a partir dele que adquiriu *status* diferenciados e passa a ser entendida e valorizada tal como é hoje em dia. Enfim, de um lado está o espaço de produção, que é o público, exclusivamente masculino e responsável pela produção de bens; e do outro, o espaço da reprodução, o qual se faz na esfera privada, sendo feminino e apropriado para a produção de seres humanos (Combes & Haicault, 1986).

Na divisão sexual do trabalho, o homem fica com o espaço externo, o da rua e a mulher, com a casa e a manutenção da família. Dentro dessa concepção, o trabalho doméstico remunerado está implícito na divisão sexual do trabalho no momento em que se contrata uma mulher (a empregada) para substituir outra mulher (a patroa) que entrou no mercado de trabalho, na produção de bens, e saiu da domesticidade do lar. Dessa forma, mesmo quando a mulher ocupa algum posto de

trabalho do espaço masculino, ela continua, por intermédio da empregada, mantendo o espaço privado destinado à figura feminina.

As teóricas do grupo francês de estudos sobre as mulheres (GEDISST³), entendem a divisão sexual do trabalho como o motor das desigualdades entre os sexos, ou seja, a partir da divisão social e sexual do trabalho aparecerão, com mais clareza, as diferenças entre homens e mulheres (Oliveira, 1999). Esse grupo tem uma forte herança marxista, utilizando termos comuns dessa teoria, mesmo que, muitas vezes, estejam deslocados e adaptados a um novo contexto. Entre esses termos, estão: produção de bens (produção), produção de seres humanos (reprodução), classe social (sexo social), divisão social e sexual do trabalho, relações de mercado e conflitos trabalhistas (Combes & Haicault, 1986).

As teóricas do GEDISST preocupam-se com o trabalho das mulheres, qualquer que seja o executado, desde o trabalho em fábricas, com carteira assinada, até o trabalho doméstico que exercem para suas famílias e na criação de seus filhos (Kartchevsky-Bulport et al, 1986). Dentro dessa mesma perspectiva teórica, recentemente se introduziu a concepção foucaultiana de poder para explicar o que permeia as relações sociais de sexos. Elas associam as relações sociais de classe às relações sociais de sexo, entendendo que sexo é uma categoria social por excelência (Saffioti, 1992).

Aqui, toma-se emprestado esse termo de relação social de sexo, aproximando-o do conceito das relações de gênero, muito embora ele seja um termo mais particularmente ligado à questão do trabalho, ao contrário das relações de gênero que abrangem outros e diversos aspectos do campo social masculino e feminino.

Kergoat (1996) aponta para o fato de as relações sociais de sexos romperem com a explicação puramente biológica e com os modelos universais, apoiando-se numa base material, possíveis de serem apreendidas historicamente, fazendo com que essas relações sociais repousem numa hierarquia entre os sexos, sendo, então, relações de poder. Ela relaciona as categorias de sexo e de classe social, dizendo que as duas são coexistentes, ou seja, ocorre simultaneamente tanto para o homem como para a mulher, portanto devem ser analisadas conjuntamente. Afirma, ainda, que “a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal, como a relação de classes não se esgota na relação de produção ou salarial” (p.91). Kergoat (1986) defende, também, que toda relação social é sexuada e as relações sociais de sexos são perpassadas por outras relações sociais, como classe e raça.

O trabalho doméstico é fruto da divisão sexual e social do trabalho. Falar de divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (1996), é articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos. A sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades. Essa divisão está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Porém, a própria Kergoat, ao introduzir a idéia de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, afirma que não se deve considerar apenas a perspectiva de dominação dos homens sobre as mulheres para entender a complexidade das práticas sociais, como propõe as questões defendidas pela teoria sociológica do patriarcado que prioriza as diferenças baseadas nos aspectos biológicos.

A divisão sexual do trabalho, tal como é vista no capitalismo, promove uma ruptura do local de produção e reprodução, fazendo com que essa divisão seja percebida com mais rigidez que a anterior, pois absorve a idéia de que essa divisão é

³ Grupo de estudos sobre a divisão social e sexual do trabalho do Centre National de Recherche Scientifique.

algo natural e próprio da biologia de cada sexo (Bruschini, 1990). Nesse momento, percebe-se os mecanismos de poder amparados numa ideologia que produz um discurso com efeito de verdade. Um discurso que afirma que “lugar de mulher é em casa”, ou ainda, que as mulheres estão mais preparadas para postos específicos de trabalho, seja na indústria, seja como profissional liberal, ou no serviço doméstico. A habilidade manual da mulher no trabalho doméstico, apreendida no próprio processo de socialização feminina, faz com que ela ocupe lugares de trabalho com características mais reconhecidas socialmente como femininas como trabalhos que requeiram maior atenção, sensibilidade, entre outras (Castro & Lavinas, 1992).

A divisão sexual do trabalho não esgota a problemática dessas relações sociais entre homens e mulheres na medida em que elas comportam construções culturais e históricas independentes e complementares. Isso quer dizer que as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas como sendo relações entre o que é definido entre o masculino e o feminino, ou seja, relações de gênero. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos *locus* das relações de gênero (Lobo, 1992) chamadas, pelas autoras Hirata & Kergoat (1994), de relação social de sexo.

Outra perspectiva teórica também resgatada, para entender essa temática de trabalho, é aquela que considera a relação de gênero como um sistema de poder resultante de um conflito social. Essa abordagem incorpora as teorias de conflito e de poder de pós-estruturalistas como G. Deleuze, J. Derrida e M. Foucault, no qual os fenômenos sociais definem-se a partir das relações travadas entre si (Oliveira, 1999).

Dentro dessa perspectiva, quando se entende um sistema de gênero como sistema de poder resultante de um conflito social, abre-se espaço para entender o gênero para além do sexo feminino ou masculino, em outras palavras, pode existir uma relação

de gênero entre dois grupos que estejam reproduzindo conflitos entre o masculino e o feminino e, esses dois grupos, podem ser representados por seres humanos do mesmo sexo. Quando se afirma que pode estar existindo uma relação de gênero entre duas mulheres, como no caso de patroas e empregadas, ou entre dois homens, numa relação homossexual por exemplo, na realidade o que impera é a reprodução das desigualdades entre o masculino e o feminino. No caso da trabalhadora doméstica, que está ocupando o lugar que outrora foi da mulher/esposa, ela, além de reproduzir um papel reconhecido como feminino, trava relação, muitas vezes, conflituosas com suas patroas.

A perspectiva do trabalho doméstico destaca a heterogeneidade entre mulheres e homens e os conflitos nas relações patroas/empregadas. Simultaneamente, é construída uma identidade profissional da empregada que passa por conflitos entre os gêneros e classes sociais, produzindo um modo específico de subjetivação.

Quando se fala em modo específico de subjetivação, entende-se como é discutida por Felix Guatarri (Guatarri & Rolnik, 1986). A subjetividade não pertence a um indivíduo biológico, assim como não faz parte de uma instituição social. É um processo que envolve tanto a natureza extra-pessoal, extra-individual quanto a natureza intra-humana e infra-pessoal. Esse mesmo autor acrescenta, ainda, que a subjetividade não se situa no campo do individual, estando em circulação nos conjuntos sociais diferentes e é assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares.

Existem diversos modos de viver a subjetividade. Eles oscilam entre dois extremos: em um pólo está a alienação e noutro, a singularização. O indivíduo humano configura sua subjetividade dentro deste *continuum*, podendo, inclusive, oscilar, tendo alguns momentos de vida e relações mais alienados e outros mais singulares.

Então, busca-se problematizar as condições da empregada doméstica adolescente, percebendo o indivíduo como construído em um meio social e, ao mesmo tempo, produto sócio-histórico e produtor de subjetividade.

Dentre as perspectivas teóricas apresentadas acima, utilizadas para o entendimento da temática da trabalhadora doméstica, busca-se uma aproximação entre a que trata das relações sociais entre os sexos e a que percebe o sistema de gênero como sistema de poderes resultante do conflito social. Isso se deve ao fato de ambas estabelecem uma relação em que o poder está presente. Enfim, para entender a temática de gênero existente entre as trabalhadoras domésticas, tanto se recorreu à divisão sexual do trabalho (Kergoat & Hirata, 1994) quanto se analisou o sistema de poder resultante do conflito social entre patroas e empregadas. Isso quer dizer que, apesar dessas duas mulheres pertencerem ao mesmo sexo, são classificadas em gêneros diferentes, em função dos poderes que circulam entre elas. A patroa reproduz um papel que outrora era do marido no momento em que controla o funcionamento da empregada/mulher. Esse entendimento de que a mulher pode manter relações de gênero com outra mulher é compartilhado por Saffioti (1994).

Essa mesma autora chama a atenção para o que entende como relações de gênero e de poder, que, aqui, encaixa-se com o tratamento, até então, dispensado ao trabalho doméstico e às relações sociais estabelecidas nele:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante da relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher. Deste modo, a violência cometida por uma mulher contra

outra é tão produzida pelo gênero quanto a violência perpetrada por um homem contra uma mulher (p. 275-276).

Dessa forma, fica claro que uma mulher pode manter com outra uma relação de violência e dominação, e com isso, estabelecer uma relação de gênero, articulando, então, relações de poder, ou seja, há conflitos e exploração entre uma mulher-patroa e mulher-empregada doméstica que acabam se mesclando com os conflitos de classe social. A dona da casa, ao contratar uma empregada doméstica para realizar as tarefas mais pesadas enquanto está trabalhando fora de casa ou estudando, pode estar transferindo as relações e conflitos que desenvolvia, anteriormente, com o marido, ou com os pais, para a figura da empregada. É evidente que a continuidade da utilização dessa mão-de-obra perpetua-se, pois, na medida que as mulheres entram com mais força no mercado de trabalho e precisam contratar uma mão-de-obra que as auxiliem enquanto não estão em casa.

De acordo com a revisão de Joan Scott (1989), o gênero é uma categoria de análise que serve para explicar os fenômenos sociais entre o masculino e o feminino. É definido não como um sinônimo de mulher ou de diferenças apenas biológicas ou sociais, mas como um elemento que constitui as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, ainda, como a primeira forma de significar as relações de poder.

Como elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, Scott (1989) aponta que para entender a formação de um gênero social é necessário articular os símbolos culturalmente disponíveis na sociedade que falam da mulher através dos conceitos normativos associados às doutrinas religiosas, econômicas, científicas e jurídicas, enfim, as instituições e organizações sociais que exercitam o poder (escola, empresas, Estado). Esses símbolos,

que falam da mulher, estão disseminados no mercado de trabalho, na educação e no sistema político. Essa articulação, entre os símbolos explicados por doutrinas localizadas em organizações sociais, é o que permite construir uma identidade de gênero (Scott, 1989), ou seja, é no meio social, político e educacional que se perpetuam formas identitárias do que é masculino e do que é feminino. Com base nisso, para se mudar uma relação de gênero é necessário entender e promover modificações nos símbolos que são sustentados por organizações sociais e doutrinas teóricas. Essa mesma autora diz que é preciso pensar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais, pois essas são as instâncias formadoras e disciplinadoras de uma sociedade.

Scott (1989), em uma máxima, afirma que o gênero é a primeira forma de significar as relações de poder. É o primeiro campo, é o seio em que o poder articula-se, sendo, portanto, um espaço de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. É por isso, que, na compreensão do trabalho doméstico, estão inseridas as relações de poder entre o universo masculino e feminino (gênero) e entre patroas e empregadas (gênero e classe).

Meyer (1996) concorda com Scott sobre o gênero ser uma primeira forma de articular o poder, pois entende que a relação hierarquizada com a diferença sexual antecede e atravessa todas as relações sociais. É uma primeira forma porque a diferença sexual estabelece limites e indica possibilidades desde o nascimento e, também, porque, em algumas sociedades, se reconhece, inicialmente, o estado de menina ou de menino antes do estado de classe ou de etnia, apesar de admitir que todas essas categorias como raça e classe social estão imbricadas com o gênero na construção das subjetividades humanas. No caso da trabalhadora doméstica adolescente, mais uma categoria entra na balança junto à classe social e ao gênero. É a relação entre gerações que se forma entre a

patroa adulta e a empregada adolescente que, além de passar por conflitos referentes a classes sociais, reproduzem questões de gênero, por pertencerem a gerações distintas.

Uma forma menos radical de considerar as relações de poder no conceito de gênero é defini-lo não como a primeira ou mais importante forma, mas, como sendo, um eixo a partir do qual o poder é articulado. É importante ressaltar que essa articulação é feita em conjunto com mais dois outros eixos, que são raça/etnia e classe social. Esses três eixos estão na mesma posição para Saffioti (1994), e ela diz que cabe ao cientista ordená-los de acordo como ele percebe a realidade imbricada em seu objeto de estudo.

Percebe-se que no trabalho doméstico remunerado esses três aspectos – gênero, raça/etnia e classe social – estão, especialmente no Brasil, intimamente relacionados, devido sua herança escravagista e, portanto, essa definição, apontada por Saffioti (1994), integra-se melhor com o propósito deste estudo, isto é, o conceito de gênero no trabalho doméstico está intimamente relacionado com a questão de classe social, pois a mulher que trabalha como empregada exerce essa tarefa para outra mulher com um poder aquisitivo maior que o seu. E como já foi dito, quando se considera o trabalho doméstico de adolescentes, uma outra forma de relação de poder entra em cena: a relação geracional.

Ao estudar as relações de gênero no trabalho doméstico como sendo uma forma de significar o poder, pretende-se compreender o modo como esse poder manifesta-se em meio aos gêneros presentes, partindo das formas de dominação entre o feminino e o masculino, ou ainda, entre a empregada e a patroa.

Toma-se como base de análise, para entender o poder, o teórico Michel Foucault (1979). Para ele, o poder relaciona-se com o direito e com a verdade, configurando um triângulo em que se estabelece uma relação triangular com regras de

direito para legitimar os mecanismos, e as relações de poder e os discursos como efeitos de verdade (Foucault, 1979). O poder não pertence a um indivíduo, perpassa-o. É através do indivíduo que o poder se transmite. O poder para exercer-se, em mecanismos sutis, é obrigado a por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que são construções ideológicas com efeito de verdade. Dessa forma, é importante estudar o poder a partir das técnicas e táticas de dominação.

No caso da empregada doméstica, das jovens que vêm do interior para trabalhar em casas nas cidades maiores, pode-se dizer que elas estão perpassadas por um saber, o de que na capital, numa casa de família, estão mais protegidas, tendo mais acesso a bens de consumo e materiais do que teriam no interior. Esse saber difundido faz com que um poder desigual se estabeleça entre patroa e empregada, sendo esta submetida a formas de dominações daquelas como, por exemplo, receber um menor salário e não ter folgas ou férias.

O que se quer apontar aqui, é que o poder exercido nas relações de gênero não é um poder único nas mãos de um só pólo da relação. Ele está localizado na própria relação e supõe um fluxo contínuo entre poderes provenientes de múltiplos pontos, e, são, simultaneamente, produtores e produzidos em tais interações. Não é só repressor e nem é só controle de um conjunto de instituições, mas um exercício produtivo no jogo das relações sociais (Meyer, 1996).

Tal autora aponta que o gênero “é a instância onde e no meio da qual os seres humanos aprendem a se converter em e a se reconhecer como homens e mulheres, nos diferentes contextos históricos, culturais e sociais” (p.48). Afirma, ainda, que discutir gênero é ir além do lugar onde as subjetividades sexuais são produzidas. Como discurso, o gênero produz e é produzido, organiza e é organizado e, por isso,

atravessa, modula e regula o próprio contexto social. Ele está intrínseco na constituição e na operação de símbolos, de doutrinas, das instituições e organizações sociais e, também, nos processos de construção da subjetividade.

Aqui, busca-se fazer uma discussão acerca do trabalho doméstico das adolescentes, aproximando as questões de gênero. Para tanto, tira-se a mulher do lugar oculto, de sujeito não participativo da construção da história social, inserindo-a, dessa forma, no corpo da mesma. Sendo assim, essas trabalhadoras domésticas são sujeitos-objetos na constituição das análises teóricas aqui pretendidas (Louro, 1996).

2.2 - O PAPEL DA MULHER E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO DOMÉSTICO

A mulher sempre foi citada, na história, como a esposa, a irmã, a filha, a mãe, “um apêndice da raça humana”, e sua definição está intimamente vinculada à relação que mantém com o homem (Hufton, 1991). A mulher independente é antinatural e detestável. Dentro de uma leitura Rousseauriana, a mulher é a fêmea do homem, e sua natureza é servir. Ela é um ser de razão inferior, um ser da paixão e da imaginação como se estivesse constantemente na infância e, por isso, precisasse ser controlada pelos homens – adultos e racionais –, devido a sua incapacidade de viver além da domesticidade (Grampe-Casnabet, 1991).

Os discursos sobre as mulheres até o século XVIII são, na verdade, discursos masculinos, já que os historiadores, cientistas e analistas sociais eram homens. Eram eles que decidiam as normas e as leis tanto religiosas quanto políticas e

científicas, as quais, na verdade, funcionavam como um mecanismo de poder masculino para que a mulher tivesse pouca voz e menor ação social. Por causa dessa leitura masculina do mundo, que define o que é o bem e o mal, o positivo e o negativo, trabalho valorizado e não valorizado, é que o trabalho feminino está ligado a ocupações menos valorizadas que as masculinas na manutenção da sociedade como, por exemplo, em funções de professoras, de empregadas domésticas ou de enfermeiras (Grampe-Casnabet, 1991). Enfim, como o espaço público foi dominado pelo homem, ele ocupa, desde sempre, os lugares mais valorizados social e economicamente.

A domesticidade é um componente associado à mulher e a sua história. É um componente tão fortemente vinculado à figura feminina, por sua importância no espaço doméstico, que se confundem e se fundem num mesmo aspecto, ou seja, ao analisar a história das mulheres, o espaço privado mostra-se como uma condição indispensável de análise; o mesmo ocorre quando se estuda a unidade privada em que o papel da mulher mostra-se fundamental (Andrade, 2000).

A idéia de que o espaço doméstico é destinado à mulher é uma construção sócio-histórica em que o aspecto biológico e essencialista deu um suporte ideológico para essa afirmação. A mulher foi reconhecida como a “rainha do lar” e ainda o é. Basta observar as propagandas que se faz acerca do papel feminino na família e na sociedade. A mídia divulga a mulher como a que sabe, entre outras coisas, escolher a melhor comida e o melhor sabão. Essa forma midiática de se falar da mulher está impregnada de um saber que vem sendo construído há algum tempo, colocando a mulher associada a uma domesticidade difícil de ser modificada, não sendo suficiente, para isso, apenas olhar o que ocorre na unidade doméstica e o modo como o poder simbólico masculino perpetua-se nesse campo (Bourdieu, 1996). Bourdieu chama

atenção para a necessidade de olhar, também, para a escola e para o Estado, visto que são os lugares onde os princípios de dominação são elaborados e impostos. Dessa forma, diz que é possível efetivar uma luta mais completa contra a violência simbólica, invisível e suave exercida pelas vias de comunicação e conhecimento.

A domesticidade nem sempre foi vista como desvalorizada. Essa concepção construiu-se ao longo da história humana. No período em que homens e mulheres eram nômades, eles viviam em busca de locais onde pudessem conseguir alimentos para sua subsistência e, para isso, caçavam e colhiam os frutos das árvores. Não existia separação entre o mundo público e privado. A divisão sexual do trabalho não tinha as características rígidas de hoje. Apesar de caber à mulher a maternidade e a amamentação, homens e mulheres trabalhavam e buscavam juntos os alimentos, ficando em uma região até que os suprimentos, ali existentes, acabassem. Essa forma de apropriação de um espaço começou a mudar quando surgiu a agricultura, aumentando a possibilidade para que as pessoas da comunidade permanecessem mais tempo em uma determinada região, estando, assim, mais ligadas à terra.

Foi a mulher quem introduziu a cultura agrária como modo de produção. Notou que as sementes dos alimentos podiam se reproduzir e dar novos frutos. Esse aspecto mudou toda uma forma de vida e propiciou o sedentarismo humano. A agricultura permitiu que as pessoas de uma mesma família, ou tribo, fixassem, não apenas as raízes de uma planta, mas também, as suas próprias em um mesmo lugar (Beauvoir, 1949).

Com o desenvolvimento histórico, outro importante modo de organização instaurou-se, sendo fortemente associado à época do Feudalismo. Na Idade Média, tudo ocorria no âmbito privado, na unidade doméstica. Homens e mulheres trabalhavam em

casa, seja no artesanato, no cultivo ou nos cuidados com os filhos. A divisão sexual de tarefas ocorria de acordo com suas capacidades e forças corporais. Porém, ninguém era mais ou menos valorizado por isso. Até as crianças participavam das atividades de trabalho e ajudavam dentro de casa de acordo com o sexo e com as habilidades de cada uma, havendo, aí, já uma divisão sexual do trabalho, porém com um caráter menos rígido do que a atual. (Donzelot, 1986).

Com o Mercantilismo e o posterior avanço tecnológico que promoveu a Revolução Industrial, o espaço da rua passou a ser dedicado ao homem, já que deixavam de trabalhar em casa para tornarem-se operários e comerciantes. Mulheres e crianças também trabalhavam, porém, não eram reconhecidas em seus direitos e, muitas vezes, usava-se essa mão-de-obra para justificar salários mais miseráveis. Como não possuíam força física, podia-se pagar menores salários.

Desse modo, público e privado separaram-se e distanciaram-se, sobretudo, ideologicamente, atribuindo valores diferentes aos dois, visto que o capitalismo deixa de valorizar o trabalho em si, passando a valorizar seu produto, ou seja, o bem produzido que tem valor de troca. A partir desse novo modo de produção, que separa público e privado, a divisão sexual do trabalho começa a enrijecer-se e cristalizar-se, passando a ser vista de forma natural como se fosse a própria biologia de cada sexo (Bruschini, 1990). Por isso, não é correto afirmar que o capitalismo criou a divisão sexual do trabalho; foi o responsável por transformar essa divisão numa norma desigual em que homens são mais valorizados pelas atividades de trabalho que executam e por estarem no mundo da produção de bens que têm o poder de troca na sociedade.

No momento em que o capitalismo separou a unidade de produção de bens da unidade de reprodução da família, coube aos homens o trabalho produtivo (extra-lar) e por ele recebiam uma remuneração. A eles era reservado o trabalho que tinha valor de troca e, por isso mesmo, mais valorizado. Quanto às mulheres, coube a elas a esfera do privado, do lar, sem remuneração. Mesmo quando saíam para o trabalho externo, acabavam exercendo as tarefas que eram extensões dos afazeres de suas casas. Assim sendo, quando necessitavam trabalhar fora do lar, não estavam livres de seus encargos e das tarefas da casa, cabendo, a elas, os cuidados de manutenção da família, fosse através de tarefas de ordenação do lar, ou através de cuidados ligados diretamente aos membros da família. Dessa forma, acumulavam funções em casa e na rua, efetivando uma dupla jornada de trabalho. Aliás, isso ainda é um dos aspectos que mais afligem as mulheres nos dias atuais.

O trabalho exercido em sua própria casa está no cerne da opressão feminina, pois está incluído num mecanismo através do qual os serviços são prestados gratuitamente, tendo a mulher como responsável (Pena, 1981, citado por Bruschini, 1990). Ele faz parte do cotidiano feminino e está na base das relações entre o masculino e o feminino. Esse trabalho doméstico, não pago, ocorre dessa forma, pois não é reconhecido como trabalho pelo modo de produção capitalista, e sim como uma atribuição feminina para reprodução da sociedade (Gouveia & Camurça, 1997).

O sanitarismo⁴ do final do século XIX constrói um pensamento propício para manter as mulheres no lar. As mulheres tinham a responsabilidade de conservar a infância e a família, buscando concentrar seus membros em casa. Elas auxiliavam as políticas sanitaristas, aliando-se aos médicos e atuando como agentes de saúde. Assim,

tanto as mulheres do povo (que proibiam as idas dos homens aos cabarés e as crianças de ficarem nas ruas) como as mulheres burguesas (que também eram guardiãs do lar, por manterem a continuidade de atividades familiares e sociais) garantiam a ordem em seus lares. De modo geral, exerciam funções que mesclavam proteção e educação (Donzelot, 1986).

Freire (1970) afirma que antes o espaço doméstico era determinado como sendo da mulher, por ela ser o “sexo frágil”, necessitando ser protegida no lar. Hoje, isso ocorre por outros motivos, já que, segundo as políticas higiênicas, elas têm que garantir a perpetuação da família e garantir o poder do Estado.

Esses discursos são, em parte, marcados pelo patriarcado que, segundo Badinter (1986), é um sistema em que a forma familiar está baseada no parentesco masculino e no poder paterno, ou seja, esse termo designa toda estrutura social que nasce de um poder do pai. Dessa maneira, o patriarcado não é apenas um sistema de opressão sexual, mas, também é um sistema político apoiado na teologia, sendo a forma de relação homem/mulher inscrita num sistema geral de poder que comanda as relações dos homens entre si. Durante muito tempo essa foi a teoria explicativa das diferenças entre os sexos, fundamentada no essencialismo.

Aguiar (1997) afirma, em uma discussão sobre a perspectiva feminista e o conceito de patriarcado, que ele é caracterizado por:

...um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada forma, porque isto sempre ocorre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além do que é devotada à tradição (p. 171).

⁴ O movimento sanitarista surgido, nessa época, estava comprometido com os ideais de saúde pública, voltado para o controle das epidemias, porém com o tempo, ampliou-se para o controle disciplinar dos comportamentos sociais.

Para Freyre (1933/1984), o patriarcalismo se estabeleceu no Brasil como uma estratégia de colonização com bases institucionais no grupo doméstico rural e no regime de escravidão.

O primeiro papel da mulher no patriarcado, segundo a perspectiva de Badinter (1986), é o de mãe. Assim, ela é a responsável pelas tarefas de sobrevivência e pelo poder doméstico. Além disso, a mulher era reconhecida como frívola, tagarela, luxuriosa, lúbrica e respondia por mazelas sociais como aborto, infanticídio e prostituição. Ela era considerada como um depósito em que ocorria a gestação para reprodução da espécie, uma vez que, durante muito tempo, até a descoberta do óvulo, havia a crença de que era o homem quem depositava o sêmen na mulher para gerar um filho que seria carregado por ela. A justificativa de controlar a mulher é dada com base em um controle da prole precedente. Controlar a sexualidade feminina foi a forma encontrada de garantir que os herdeiros fossem filhos legítimos do pai, o todo poderoso da casa. A concepção a respeito da mulher começará a modificar-se com a superação do patriarcado. O marco da modificação do papel da mulher na sociedade e na forma como elas se subjetivam ocorreu depois que elas começaram a controlar sua própria sexualidade e fecundação e com a entrada no mercado de trabalho produtivo, supostamente, dos homens. Hoje, apesar dessa divisão do trabalho ter avançado no sentido de introduzir a mulher no mercado, ela ainda é desigual e baseia-se no essencialismo das diferenças biológicas para justificar a presença de mulheres em alguns setores laborais mais do que em outros.

Esse sistema, chamado patriarcado, nos tempos modernos não é mais uma explicação única para os fenômenos de diferença entre os sexos. Sua queda começa a acontecer à época da Revolução Francesa com a questão da desigualdade entre os

seres humanos. É evidente que a luta pela igualdade não ocorre da mesma forma para homens e mulheres. Primeiro, a igualdade de direitos veio para os homens, independente de sua camada social, e, somente depois, de aproximadamente 200 anos, pode-se dizer que essa igualdade estende-se para o mundo feminino (Badinter, 1986).

A teoria que defende o pensamento de que o poder deveria estar nas mãos dos homens mostrou-se errada com a superação do patriarcado. Para tanto, perceber o poder, nas relações de gênero, como algo que está na relação entre homens e mulheres, como é proposto por Foucault (1979), é o que permite entender as conquistas galgadas pela mulher na esfera da sexualidade e no campo social, promovendo um outro entendimento para as questões relacionadas às diferenças sociais entre os dois sexos (Saffioti, 1992).

Aguiar (1997) afirma que a superação do patriarcado ocorreu porque a empresa capitalista e a esfera administrativa, ao se separarem da unidade doméstica, também criam um sistema de regras impessoais, que tanto vale para homens como para mulheres. Essas regras regulam as decisões de investimento ou de fixações, bem como o recrutamento eficiente da força de trabalho.

Isso quer dizer que o capitalismo faz com que uma explicação puramente patriarcal, para as diferenças entre os gêneros na tomada de mão-de-obra, não seja mais suficiente, apesar de se apropriar desse sistema de pensamento quando lhe é conveniente. A partir de então, é o sistema econômico que regula decisões relativas, também, à divisão sexual do trabalho.

Para Saffiotti (1984), ocorre uma combinação entre o capitalismo e o patriarcado na construção social da submissão feminina necessária à reprodução da sociedade de classe. A relação entre capitalismo e patriarcado marcou tão fortemente a

sociedade que, apesar deste último parecer superado, ainda a influencia significativamente.

Cada conquista feminina, rumo à emancipação, tem um impacto na sociedade: o direito ao divórcio (mulheres separadas), a aquisição da pílula anticoncepcional (mulheres controlando sua prole), os discursos frente à sexualidade e, a inserção da mulher no mundo do trabalho, ou seja, no mundo supostamente masculino. Essas mudanças levaram homens, mulheres e crianças a buscarem novos papéis na família, e assim, fazer com que ela continue perpetuando-se. As mulheres, cada vez mais, foram saindo do âmbito privado para estudar, ter uma formação profissional e, acima de tudo, trabalhar. Todavia, quando delegam o papel reprodutor do lar, ao contratarem trabalhadoras para repassarem as tarefas que outrora eram delas, estão reproduzindo a forma comum de legitimar, o lugar doméstico como feminino.

O trabalho doméstico atribuído às mulheres foi muito bem descrito por Bruschini (1990) ao analisar o papel da mulher na unidade familiar, apontando que ele tem pouca valorização na sociedade moderna, e, é, praticamente, ocultado pela produção social, uma vez que sua circunscrição é no domínio do privado. Essa análise serve para o trabalho doméstico realizado tanto pelas donas de casa quanto pelas mulheres que o exercem como um trabalho remunerado, carregando a herança de desvalorização social que sofre essa atividade laboral.

A história da mulher no Brasil reflete a herança que veio do velho mundo, pois começa com seu papel muito bem articulado com o espaço privado.

A miscigenação é uma presença forte no Brasil, devido a mistura das raças indígena, branca e negra. Sendo assim, pretende-se mostrar um pouco a relação que a mulher de cada uma das raças desenvolve com o espaço doméstico, detendo-se,

com mais detalhes, à mulher negra/escrava, por ela ser a ancestral mais representativa da empregada doméstica de hoje. Isso é o que aponta Bento (1995) ao dizer que nos serviços domésticos, as negras estão representadas quase três vezes mais que as brancas.

As índias foram encontradas no Brasil e descritas em 1587, pelo cronista Gabriel Soares de Souza, como mulheres que tinham, em seu cotidiano, o hábito do cuidado com o corpo, com os filhos e com a sobrevivência. Desde pequenas, executavam tarefas diárias com as mães até a época do casamento, momento a partir do qual desenvolviam afazeres domésticos dentro da nova unidade familiar. Muitas dessas índias descritas por Gabriel Soares de Souza, casaram-se com europeus e seguiram seus maridos dentro da mata. Suas tarefas eram: fiar algodão, confeccionar redes, amassar barro para fazer vasilhames e panelas, fabricar farinha e vinhos, cuidar da roça e preparar a refeição diária dentro de uma unidade de produção ainda doméstica (Del Priore, 2000).

As mulheres portuguesas – muitas de origem humilde – viviam de suas costuras, de seu comércio, da prostituição ou eram casadas com funcionários do reino português. Desde o início da colonização, elas lutavam, de uma maneira ou de outra, para manter seus parentes. A mulher branca da nobreza não trabalhava, mas era uma especialista em receber e dar banquetes. As meninas, desde cedo, eram ensinadas a bordar e tecer. Eram educadas para serem baronesas ou adquirir conhecimentos básicos para obter um bom marido. Assim sendo, quanto mais prendada, mais preparada para o casamento, ou seja, a mulher era educada para saber desempenhar as tarefas esperadas para uma dama da sociedade da época, que vivia muito mais em casa, no espaço privado (Del Priore, 1997).

As escravas, apesar de reduzidas à condição de privação de seus direitos civis, trouxeram uma importante contribuição para a cultura brasileira, pois executavam

todo e qualquer tipo de trabalho, apesar de serem apontadas como menos produtivas que os homens. No engenho, eram encarregadas de moer cana e cozer o melado, de manufaturar o açúcar, de desencaroçar o algodão e de descascar a mandioca (Del Priore, 2000). A mulher escrava, antes de tudo, não era considerada gente, porém, não pode ser esquecida, já que fazia parte da raiz do povo que compõe as camadas populares de hoje. Ela, geralmente, tornava-se mucama e trabalhava na casa grande, realizando tarefas domésticas e cuidando de crianças da casa. Todavia, também podia trabalhar com os homens e crianças na lavoura de seus proprietários (Góes & Florentino, 1999).

O que fica evidente é que a história das mulheres no Brasil está associada ao lar, reproduzindo o que ocorre no mundo. Isso é o que mostra Fonseca (1997), quando se refere às mulheres, do início do século passado, que deviam ser resguardadas em casa, ocupando-se dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família, trabalhando no espaço da rua.

As mulheres, dependendo de sua etnia/raça e sua camada social, têm uma forma diferente de lidar com o trabalho doméstico, tendo em vista que as das camadas populares podem estar, também, vendendo sua mão-de-obra para reproduzir a domesticidade de outro lar que não é o seu.

No trabalho doméstico, em geral, travam-se relações entre duas mulheres: a contratante e a contratada. A história dessas duas mulheres, de camadas sociais distintas, desenvolvem-se paralelamente. Cada uma com características próprias, com suas lutas e conquistas, até se encontrarem no interior de uma casa.

A relação entre essas duas mulheres no espaço doméstico ocorre desde o advento do capitalismo. Ele promove uma separação entre a unidade de produção e a doméstica, passando a outorgar à mulher a reprodução do espaço doméstico e, ao

homem, a responsabilidade com a produção no mundo público. O trabalho que é socialmente construído como sendo de responsabilidade da mulher, da dona de casa, pode ser transferido para as mãos de outras mulheres, em geral, contratadas para as atividades menos valorizadas e mais pesadas, tais como a limpeza da casa.

Contratar o trabalho doméstico de uma outra mulher, muitas vezes, é transferir os conflitos entre homens e mulheres, para patroas e empregadas, reproduzido, dessa forma, além dos atritos relacionados ao gênero, os conflitos de classe e, por isso, também, é que se afirma, com base em Saffioti (1994), que a questão de gênero e classe social forma-se, simultaneamente, o que está bem caracterizado no trabalho doméstico de mulheres.

2.3 - CARACTERIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO COMO ATIVIDADE FEMININA

O trabalho doméstico remunerado existe desde que se torna possível contratar uma mão-de-obra para executar as tarefas de reprodução de uma casa. Essa realidade pode ser associada ao trabalho servil na Europa, e ao trabalho escravo no Brasil.

Na Europa do século XVIII, 80% das mulheres do campo deixavam suas casas por volta dos 12 anos para trabalharem nas cidades com a finalidade de angariar fundos para o dote de seus casamentos. Essa migração ocorria em virtude da precária vida no campo e da falta de perspectiva de conseguirem bons casamentos. Por irem à cidade em tenra idade, acabavam encurtando suas infâncias. Essas meninas procuravam

o trabalho de criadas. Contudo, era uma atividade muito concorrida, devido haver mais oferta que procura. As criadas domésticas constituíam o maior grupo de trabalhadores na sociedade urbana, chegando a cerca de 12% da população total de vilas ou cidades européias dos séculos XVII e XVIII (Hufton, 1991). No Brasil de 1900, vê-se a reprodução de algo parecido: mulheres pobres exercendo atividade de trabalho doméstico extra-lar como uma forma de sobrevivência. Nesse período, a População Economicamente Ativa (PEA) era composta em 42% por mulheres, principalmente, nos serviços domésticos, trabalhando para fora, desenvolvendo atividades reconhecidas como tipicamente femininas no espaço privado de outrem (Fonseca, 1997).

Hufton (1991) afirma – em sua análise sobre as mulheres, o trabalho e suas famílias a partir do século XVIII na Europa – que o trabalho das criadas consistia em lavar e trazer trouxas pesadas de roupas, limpar latrinas, transportar caixas de legumes; podiam ser, ainda, cozinheiras ou criadas de limpeza. Dentro da hierarquia do trabalho doméstico dessa época, estavam, em primeiro lugar, os cozinheiros, seguidos dos lacaios, mordomos, damas de companhia, criadas de quarto, lavadeiras, ajudante de cozinha. Com isso, nota-se que mesmo dentro do serviço doméstico, muitos trabalhos femininos situavam-se nos níveis inferiores.

No Brasil, o sentido que o trabalho doméstico possui atualmente tem uma íntima relação com a história das mulheres que, outrora, foram escravas e mucamas nas casas grandes da época colonial, época essa, marcada por um sistema patriarcalista (Freyre, 1933/1984).

Nas casas grandes, as escravas ocupavam-se das tarefas domésticas. Lá, cozinham, lavavam, arrumavam e ao voltarem para a senzala, responsabilizavam-se pela manutenção do marido e dos filhos. No entanto, as mulheres que trabalhavam

como mucamas, acabavam morando na casa grande. Elas também podiam ser parteiras e benzedadeiras (Del Priore, 2000), estando relacionadas a atividades de trabalho que envolviam, de um modo geral, os cuidados. A questão da trabalhadora escrava está vinculada à domesticidade nas casas grandes e sobrados da era patriarcal, demarcando um importante traço étnico da trabalhadora doméstica de hoje. Com isso, pode-se associar a senzala ao quarto/dependência de empregada, visto que eram os espaços destinados àquela mulher (Teles, 1998). Sobre a dependência da empregada e a área de serviço, DaMatta (1990) afirma que é um dos locais da casa que se relaciona com o espaço da rua, com o trabalho, com a pobreza e com a marginalidade. Dessa forma, fica ressaltada a diferença entre as trabalhadoras domésticas e patrões.

Segundo Freyre (1933/1984), as escravas como possuidoras de corpos quentes e sensuais contrariavam o comportamento das mulheres do período colonial, que viviam a sexualidade de forma recatada. Muitas vezes, a iniciação sexual dos meninos da família dava-se com as mucamas – as negras que viviam na casa grande. O fato desse abuso sexual poder ocorrer também no ambiente das trabalhadoras domésticas da atualidade é apontado no trabalho de Anderfuhren (1999). Ela diz que o assédio sexual vai desde observações grosseiras até a tentativas de estupro e, além disso, afirma que as mais jovens estão em situação de maior risco. Esse é um dos problemas mais graves pelos quais pode passar uma jovem empregada doméstica na casa dos patrões.

Um aspecto interessante da adoção da mão-de-obra, principalmente de crianças e jovens, para o trabalho doméstico, é uma herança que data do final da colonização. As mulheres pobres e provedoras dos recursos do lar tinham uma dupla jornada de trabalho: a doméstico e a extra-lar. Devido a falta dos maridos ou companheiros, essas mulheres eram obrigadas a distribuir os filhos entre parentes e

compadres com melhores condições materiais. Essas crianças “adotadas” eram criadas para tornarem-se aptas a prestarem afazeres como, entre outras coisas, ocupar-se do serviço doméstico, tratar de animais de pequeno porte e buscar água, pontuando, assim, a herança de aquisição de meninas pequenas para criar e ajudar na casa, ou seja, delas serem criadas da casa. Del Priore (2000) mostra, em seu livro sobre a história das mulheres no Brasil colônia, que esse interesse de criar, possivelmente, encobriria um interesse em ter uma mão-de-obra barata, muitas vezes, existindo um rodízio de crianças que eram criadas pelas famílias. Dessa forma, começa a delinear-se um antecedente da prática de se adotar criança, ou seja, criar com o propósito de, em troca, receber “ajuda” nos serviços da casa.

O trabalho doméstico remunerado é, pois, uma prática laboral em que as mulheres, com baixas qualificações profissionais, exercem atividades que, de um modo geral, sempre foram destinadas às mulheres independentemente de sua classe social. Isso denuncia a perspectiva patriarcalista que, mesmo não sendo a forma de dominação predominante no mundo contemporâneo, ainda impõe, fortemente, suas marcas (Badinter, 1986), sobretudo, na sociedade do nordeste brasileiro.

Contratar empregadas para realização dos trabalhos domésticos, que é uma prática quase extinta em alguns países do mundo como na Suécia (Milkman, Reese & Roth, 1998), ainda é encontrada no Brasil. No nordeste brasileiro, região que está atrelada a conceitos antigos do patriarcalismo e tem uma clara herança escravagista. Essa forma de contratação de serviços ainda é muito disseminada. Inclusive, é nessa região que se encontra o maior percentual de crianças e adolescentes no trabalho doméstico (Saboia, 2000).

Para discutir o trabalho doméstico propriamente dito é importante alertar para a denominação que se pode dar à trabalhadora doméstica. Nem sempre ela é chamada pelo seu nome próprio, ou seja, existem muitas formas de se referir à empregada. Conforme Camargo (1993), os termos: “secretária doméstica”; “auxiliar do lar”; “mocinha que trabalha lá em casa”, são tentativas de amenizar o preconceito embutido na denominação de empregada doméstica. A autora afirma, ainda, que “este desconforto não se limita à pessoa da empregada, ele é socialmente difundido. A palavra empregada virou ofensa” (p.15) e, por isso, muitas vezes, essa denominação é evitada.

Na verdade, aqui neste estudo, faz-se referência à figura da trabalhadora doméstica também como empregada doméstica. Porém, não se quer, com isso, desmerecer ou desvalorizar tal categoria profissional. Utiliza-se esse termo por entender que este tipo de trabalhador está num emprego doméstico.

Percebe-se um pouco de preconceito na própria fala de Camargo (1993) quando afirma que “substituir a palavra empregada por termos menos pejorativos não elimina o vexame de exercer esta profissão” (p.15). Isso por ela considerar a denominação de empregada um termo pejorativo. Assim, exercer essa profissão é um vexame. Na verdade, o que parece ser mais importante não é o nome que se atribui à trabalhadora doméstica, mas qual a postura que se assume diante dessa profissão. Alguns termos como “peniqueira” – que está historicamente ligado a limpeza dos penicos da época colonial e outros similares – estão impregnados de preconceitos e humilhações.

O trabalho doméstico, retomando um pouco a discussão sobre trabalho produtivo e reprodutivo (Saffioti, 1979), é, na verdade, uma forma de trabalho que não

produz bens de valor de troca, mas bens de valor de uso. É um reprodutor da vida em sociedade, sendo portanto, um produtor indireto do capitalismo.

O trabalho doméstico é uma forma não-capitalista de trabalho, por não produzir mais-valia e representar uma válvula de escape na absorção da mão-de-obra que não é suprida pelo capitalismo, amenizando, assim, a crise do desemprego (Saffioti, 1979). Essa autora afirma ainda que:

Os trabalhadores dos setores não-capitalistas não usufruem das pequenas vantagens oferecidas pelo capitalismo. Neste sentido, pode-se afirmar que estão à margem do capitalismo. Estão à margem também do modo de produção capitalista, já que suas atividades, não organizada nestes termos, caem fora de tal esquema. Contudo, na medida em que tais trabalhadores desempenham tarefas necessárias à reprodução ampliada do capital, não somente estão integrados no sistema capitalista como permitem a este alcançar uma taxa mais acelerada de acumulação (p. 26).

É uma falácia afirmar que o trabalho doméstico não é um trabalho, pois, como discute a própria Saffioti (1994), a produção e a reprodução fazem parte do mesmo sistema produtivo, uma vez que nenhum modo de produção pode prescindir-se da produção de meios de subsistência, ou seja, da reprodução dos seres.

Aqui, serão abordadas as características do trabalho doméstico remunerado, suas implicações, em termos de prática trabalhista, carregadas de ambigüidade em sua relação com o tomador de serviço que, em geral, é outra mulher.

O trabalho doméstico remunerado costuma ser uma forma de ocupação para a mão-de-obra feminina e, no Brasil, está diretamente relacionado com a etnia negra. Diante da história de escravidão na época colonial, Melo (1998) informa que após a abolição da escravatura (final do século XIX), o trabalho doméstico tornou-se uma das maiores fontes do trabalho feminino. Entretanto, é uma atividade desvalorizada e de pouca importância na maioria das sociedades modernas. É subestimado por não ser

reconhecido como um trabalho, é isolado, por ser realizado na unidade doméstica e invisível do ponto de vista econômico, psicológico e ideológico; sendo também consumido na mesma proporção em que é realizado, ou seja, a todo momento a empregada está realizando tarefas que precisam ser constantemente refeitas, corroborando com sua desvalorização, como é o caso de lavar louça e varrer a casa (Preuss, 1996).

Andrade (2000) coloca que para estudar o trabalho doméstico é necessário ter que se considerar três perspectivas. A primeira é a de que ele ocorre no âmbito privado, num local de construção de identidade, num espaço de segurança e dos sentimentos, o qual é de pouco reconhecimento, de pouco prestígio e de pouca valorização social e econômica, devido as evidentes diferenças com o âmbito público que é o espaço das tarefas sociais reconhecidas historicamente como geradoras de riquezas. O segundo aspecto, a ser abordado, é o do trabalho doméstico como atividade e o espaço privado são inerentemente femininos. Essa autora afirma que a casa e a mulher são os elementos que mantêm a sociedade funcionando em comum acordo com as sociedades patriarcais, resgatando o gênero como a construção de uma identidade social.

O terceiro aspecto, apontado por Andrade (2000), é que o serviço doméstico não é considerado trabalho e tem a qualidade de ordenador das sociedades, sendo, isso, para subsistência dos indivíduos, pois é produzido na mesma medida em que é consumido e é executado a partir de tarefas que possibilitam a manutenção, a reposição, a reprodução dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Percebe-se que as características apontadas por Andrade (2000) podem ser associadas às defendidas por Preuss (1990) quando identificou o trabalho doméstico,

principalmente, por sua desvalorização social, por não estar diretamente ligado à produção de bens, mas à reprodução de valores e da família, sendo invisível, isolado, subestimado e relacionado à figura do sexo feminino, apontando para a sua relação com a categoria de gênero.

Esse caso singular, de uma mulher trabalhando para outra mulher, é uma forma clara de manter as relações de gênero dentro de uma casa, pois, como diz Preuss (1996):

O emprego doméstico serve como um amenizador de crises na medida que, enquanto as mulheres se complementam na execução do trabalho doméstico, fica garantido o pequeno envolvimento do homem nessas tarefas, mantendo-se a tradicional divisão sexual do trabalho e o concomitante domínio masculino no espaço público (p.55).

Esse ambiente entre as duas mulheres, patroa e empregada é, muitas vezes, desprovido de fronteiras, favorecendo uma vinculação ambivalente que dá uma característica de anti-profissionalismo ao trabalho doméstico. Preuss (1996) continua apontando os aspectos contraditórios dessa relação entre patroas e empregadas. Num primeiro ponto, fala da relação assimétrica que as duas mantêm, pois uma é a empregada e a outra tem uma empregada. Essa relação de posse estabelecida entre as duas já foi motivo de *status*, em épocas passadas, como reforça Hufton (1991) ao destacar que o poder de uma família do século XVIII era medido, também, pelo número de criados que possuía.

Outro ponto destacado é que há um engajamento da empregada na família empregadora sob condições de dependência filial. A empregada vai identificando-se com a patroa e, às vezes, confunde seu papel na relação. Tal relação torna-se mais complexa quanto mais nova for a empregada. Em outros momentos, isso

também é apontado quando, por exemplo, a empregada passa a competir, veladamente, com a patroa pelo amor dos filhos desta, pelo fato deles desenvolverem, durante a convivência, afinidades com a figura daquela. Porém, como afirma Rollins (1985, citado por Milkman, Reese & Roth, 1998), a partir de estudos com empregadas domésticas e sua relação com o gênero: “todas as domésticas concordavam com idéia de que as patroas apreciavam certas formas de deferência e certas demonstrações de subserviência” (Milkman et al, p. 148). Enfim, há uma desigualdade/igualdade entre a patroa e a empregada que faz com que ambas vivam em constante pressão (Preuss, 1996).

Um outro ponto de tensão entre ambas é a relação mantida com a figura do homem dentro do espaço doméstico. O homem, em geral, é mantido à parte na relação, com a justificativa de que não tem habilidades para lidar com os assuntos do lar (Preuss, 1996). Com a tensão causada pela figura masculina em uma casa (marido ou filhos da patroa) ocorre um controle da sexualidade da empregada para que ela não venha a ultrapassar o poder da patroa nesse âmbito. Preuss (1996) aponta que, em lares onde os homens estão ausentes, há uma maior aproximação entre essas duas mulheres.

Camargo (1993) mostra, ainda, aspectos ligados às transferências psicológicas na relação patroa-empregada, visto que a empregada pode ver a patroa como mãe substituta, uma protetora, uma madrinha e, por isso mesmo, às vezes, trava relações de conflitos e de afetos, vivendo uma situação de muita ambigüidade.

Milkman et al (1998) apontam que é a desigualdade de renda, entre as classes de mulheres, aumentará o número de contratações de empregadas domésticas. Segundo Rollins (1985):

Se toda relação empregador-empregado é por definição desigual, a relação patroa-doméstica - com suas seculares convenções de conduta, sua histórica associação com a escravidão no mundo inteiro, sua extraordinária acumulação de características feudais e a tradição do empregado ser não só de classe inferior, como também, uma mulher de origem rural, proveniente de um grupo étnico desprezado – oferece-nos um exemplo “puro” e extremo de uma relação de dominação no espaço do lar. (Rollins, 1985, p 8-9 citado por Milkman et al, p.148).

Existem várias formas de contratação do trabalho para as empregadas domésticas. Elas podem ser diaristas, mensalistas residentes e mensalistas não residentes. Cada uma dessas formas de contratação tem suas peculiaridades, como constata Portela (1993) em um dossiê sobre a trabalhadora doméstica no Brasil.

Focalizando as mensalistas residentes com os patrões, observa-se, nessa forma peculiar de contratação, que a autonomia da empregada é reduzida e, com isso, uma série de questões ligadas à escolarização, à sexualidade, à vida afetiva podem estar sendo influenciadas pelo fato de trabalho e moradia darem-se no mesmo espaço.

Quanto às mensalistas residentes (Portela, 1993), a maioria trabalha sete dias por semana com, aproximadamente, 15 horas diárias. Muitas com carteira assinada, mas a maior parte não (Melo, 1998). Segundo PNAD/2001, 75% dos trabalhadores domésticos não possuem carteira de trabalho (IBGE, 2002). As que residem com os patrões são as que mais correm risco de sofrer abusos sexuais e discriminação. O seu lazer está intimamente ligado à família para a qual trabalha, estando à mercê de tal família, muitas vezes, limitando sua vida pessoal. A maior parte dessas trabalhadoras é solteira e tem, apenas, um filho, visto que os evita, através de contraceptivos e abortos, por temerem perder o emprego (Portela, 1993). O lazer da empregada doméstica residente confunde-se com o trabalho e, o trabalho, com o lazer, ficando complicado definir sua jornada de trabalho. É certo que o IBGE (2002) percebe que, no Rio Grande

do Norte, 52% delas trabalham mais de 44 horas semanais. Essa mistura de tempo de lazer e trabalho faz com que a empregada tome, como lazer ou descanso, momentos de trabalho como, por exemplo, cuidar de uma criança que brinca na sala e, ao mesmo tempo, assistir televisão.

O trabalho é uma forma de socialização (Berger, 1983). No serviço doméstico a socialização tem o caráter de ressocialização, pois a menina, quando entra para trabalhar em uma casa, ressocializa-se de acordo com os costumes do lugar. Esse evento afeta a identidade construída junto a grupos primários (pai e mãe), o que, às vezes, acaba produzindo alguns conflitos entre o novo e o antigo lar (Preuss, 1990).

Segundo Preuss (1990), várias tarefas estão associadas à ressocialização. Dentre essas, algumas devem ser desempenhadas conforme o gosto das patroas. São elas: arrumação da casa, vestir-se e falar apropriadamente, servir à mesa, atender uma visita ou um telefonema e a culinária. Cada casa tem suas peculiaridades que necessitam ser apreendidas para um bom desempenho da função de trabalhadora doméstica.

Observa-se que, dentre as atividades domésticas que uma mulher pode desempenhar em sua casa, estão, também: os cuidados com crianças ou idosos, os trabalhos de gestão de recursos, os referentes à sociabilidade da família e os contatos sociais tais como fazer e receber visitas. Fica, normalmente, a cargo das empregadas domésticas, as atividades que requerem mais trabalho físico e manual como as atividades de execução (arrumar, lavar, passar, cozinhar) e os de cuidado com crianças ou idosos (Andrade, 2000).

No trabalho doméstico remunerado, a doméstica, além de estar no espaço privado de outrem, realiza as tarefas que são menos valorizadas na sociedade e numa casa. Como é o caso do serviço de limpeza. Isso legitima o trabalho doméstico como

feminino. Elas ocupam cargos destinados às mulheres com menor qualificação profissional, já que a mão-de-obra do trabalho doméstico especializa-se através da socialização no cotidiano, o qual tem uma importante contribuição para a formação do saber técnico que uma trabalhadora doméstica necessita (Andrade, 2000).

Quando se contrata uma empregada, em geral, como afirma Preuss (1996), busca-se pré-requisitos subjetivos tais como ser carinhosa com as crianças, respeitadora e cumpridora de seus deveres. Muitas vezes, deixa-se de lado o fato da pessoa saber ou não fazer as tarefas domésticas, pois espera-se que saiba, pelo simples fato de ser mulher. Mas, quando a menina não sabe desempenhar bem as tarefas solicitadas, os conflitos entre patroa-empregada começam a surgir. O sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife (1996) chama a atenção para esse fato também, afirmando a importância que tem um treinamento ou uma preparação para o desempenho das funções de trabalho. “Quando a patroa vai contratar uma empregada, ela só pensa se ela é honesta, se é limpinha, se não bebe nem usa drogas...” (Sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife, 1996, p.30). As atividades domésticas são vistas como aptidões femininas e não como atividades profissionais que precisam passar por uma habilitação ou treinamento para que se possa exercê-las bem. O sindicato, ainda, alerta que para a realização de algumas das tarefas domésticas é necessário um conhecimento específico ou características mais adequadas. Entre elas estão: ser alfabetizada, ter noção numérica, conhecer os alimentos e saber como conservá-los, ter noções de higiene, saber utilizar os equipamentos tecnológicos, ser disciplinada, sociável, criativa, ter disponibilidade e força física para algumas tarefas mais pesadas. Porém, nada disso é considerado quando se contrata uma empregada doméstica, mas, muitas vezes, na prática, isso é o exigido.

Há alguns anos, a sociedade vem se conscientizando, com a ajuda de sindicatos e associações, acerca da situação da empregada doméstica. Em 1988, a partir do primeiro encontro de trabalhadores domésticos da América Latina e Caribe, ocorrido em Bogotá (Castro, 1989), foram promovidas discussões no Brasil que auxiliaram no reconhecimento pelo Estado da categoria de empregadas domésticas como profissionais na Constituição de 1988. Dessa forma, rompe-se legalmente com os resquícios da escravidão brasileira, na qual a empregada doméstica era percebida como objeto da família, vivenciando uma situação de conflito e de violência como algo normal e aceito pelo senso comum (Sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife, 1996).

Hoje, reconhece-se os ganhos trabalhistas que tiveram essas trabalhadoras. São eles: carteira assinada, férias anuais, folga semanal paga e licença maternidade. Esses ganhos serviram para dar uma conotação mais profissional à trabalhadora doméstica.

Além desses direitos adquiridos, os sindicatos e associações de trabalhadoras domésticas ainda lutam pela implementação de outros direitos tais como: hora extra, jornada de trabalho de 44 horas semanais, vale transporte, salário família, adicional noturno, seguro desemprego e FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço (Melo, 1998; Sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife 1996). Os sindicatos ainda atuam no sentido de fazer uma campanha contra a discriminação pela qual passa a empregada doméstica, que vai desde o uso do elevador social até aos maus tratos e abusos sexuais. O apoio jurídico e cursos profissionalizantes também podem ser oferecidos com o objetivo de qualificarem essa mão-de-obra (Sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife, 1996). O sindicato de trabalhadores domésticos de Natal, que funciona desde 1999, é pequeno e oferece poucos serviços. Realiza,

principalmente, aqueles referentes ao cumprimento dos direitos adquiridos. Já passaram por seus serviços 300 empregadas, mas apenas 10 estão em dia com as contribuições sindicais. Nenhuma das 300, que por ali passaram, eram menores de 18 anos, segundo informações colhidas com o secretário dessa instituição.

Melo (1998) defende, ainda, que o serviço doméstico é uma porta de entrada no mercado de trabalho urbano, tendo em vista que a maior parte dessa mão-de-obra é composta por meninas e mulheres vindas da zona rural ou interior dos estados.

Quanto à escolarização, é alta a percentagem de trabalhadoras domésticas sem instrução, apresentando a maior taxa de analfabetismo entre os trabalhadores urbanos. Além disso, é um dos setores de pior remuneração dentre os subsetores econômicos (Melo, 1998).

Tal autora afirma, relacionando escolaridade e trabalho doméstico, que:

A análise do nível de escolaridade dos trabalhadores domésticos revela que essa atividade é a principal fonte de emprego das mulheres e homens que têm opções limitadas de inserção no mercado de trabalho dado o seu baixo nível de qualificação. Socialmente o exercício dessas tarefas requer apenas as habilidades que fazem parte do “*ser mulher*” do treino secular do papel feminino: mãe e dona-de-casa (p.19).

Há poucos estudos que investigam a repercussão do trabalho doméstico na vida e na saúde das trabalhadoras, já que eles, de modo geral, são mais de análise de pesquisas censitárias (Hirata, comunicação pessoal 05 de agosto de 2002⁵). São conhecidos estudos sobre a influência do emprego doméstico no sofrimento mental das trabalhadoras (Santana & Almeida Filho, 1994; Santana, Loomis & Newman, 2001) e em relação a suicídios (Santos-Stubbe, 1995). Ao observar esses estudos, percebe-se

⁵ Seminário conferido por Helena Hirata na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, promovido pelo Departamento de Ciências Sociais, entre os dias 05/06/07 de agosto de 2002)

uma vulnerabilidade maior, entre as trabalhadoras domésticas, quanto ao sofrimento psíquico e ao suicídio que entre outras trabalhadoras, com causalidade atribuída por estarem em casas que não são as suas, passando por séries de adaptações na trajetória de suas vidas, trabalhando isoladas e sem ter o produto de seu trabalho valorizado.

Os maiores conflitos atravessados pelas trabalhadoras domésticas relacionam-se com os poderes diferentes que cada um possui – patrões e empregados. Estes podem passar por humilhações e alienações, em seu ambiente de trabalho, por serem pobres ou, no caso das domésticas adolescentes, por serem mulheres e menores de idade.

Para conhecer melhor muitas das implicações do trabalho doméstico na vida de uma mulher que está iniciando suas atividades de trabalho na adolescência, ou até mesmo na infância, foi considerado de suma importância a realização de uma pesquisa que buscasse conhecer sob quais condições o trabalho doméstico efetiva-se, assim como qual o sentido que essa atividade tem na vida das jovens trabalhadoras.

CAPÍTULO III:

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA COM TRABALHADORAS DOMÉSTICAS ADOLESCENTES

3.1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Conhecer as condições de trabalho doméstico realizado por adolescentes residentes na casa dos patrões foi o ponto de partida para a realização desta pesquisa, pois considera-se que essa condição pode oferecer, segundo discussão anteriormente realizada, maiores riscos às adolescentes, em termos de escolarização (abandono e atraso escolar), de relacionamentos interpessoais (isolamento, falta de amigos e namorados), de risco de abusos sexuais e humilhações, dentre outros.

Além disso, na adolescência, o indivíduo está no momento temporal entre a infância e a vida adulta, no qual estão se consolidando vivências e projetos de vida futura. É justamente nessa fase que se busca conhecer como o trabalho doméstico afeta a jovem que o executa, bem como conhecer o sentido desse trabalho em suas vidas, percebendo se esta é uma forma de trabalho exploradora ou não.

O trabalho doméstico é uma realidade presente na vida das mulheres das camadas mais populares da sociedade e, também, na vida de crianças e adolescentes. É, muitas vezes, o destino da mulher que tem escolarização e profissionalização precárias, o que acaba sendo uma reprodução das atividades executadas em suas casas.

Para entender melhor como o trabalho doméstico remunerado estrutura-se na vida de adolescentes trabalhadoras, foi realizada uma pesquisa com a finalidade de se acerrar dessa temática.

Como objetivo, este estudo buscou conhecer as condições de trabalho doméstico realizado por adolescentes, bem como o sentido atribuído a ele na vida dessas jovens. Esse sentido será conhecido a partir de práticas discursivas – teoria metodológica proposta por Spink (2000).

A importância de um estudo dessa natureza está na possibilidade de desnaturalizar uma prática tão comum no universo feminino e que carece de entendimento tanto sobre a ótica da questão de gênero quanto pela da questão do trabalhador adolescente.

Adotou-se, então, a perspectiva do construcionismo social em que tanto o sujeito como o objeto são construções sócio-históricas, sendo essas construções o material de problematização e desfamiliarização (Spink & Frezza, 2000).

O construcionismo tem, como proposta teórico-metodológica, uma combinação interdisciplinar que tenta responder a seguinte questão: como damos sentido ao mundo no qual vivemos? É uma proposta resultante da interação de algumas perspectivas: a sociologia do conhecimento e a psicologia social.

Na perspectiva da sociologia do conhecimento, os teóricos importantes são Berger e Luckman. Eles afirmam que a realidade é construída socialmente, ocupando-se com tudo aquilo que é considerado conhecimento na sociedade, com o que os homens conhecem como realidade em sua vida cotidiana, enfatizando que o conhecimento é da vida comum e não das idéias. Esse conhecimento é o tecido formativo dos significados sem o qual a sociedade não existiria e nem se sustentaria (Berger & Luckman, 1985).

A respeito da perspectiva da psicologia social, Spink & Frezza (2000) colocam, como foco para esta disciplina, o momento da interação, ou seja, o processo de produção de sentidos na vida cotidiana, apontando ainda que a investigação sócio-construcionista preocupa-se com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão sentido ao mundo (interno ou externo) em que vivem (Genger, 1985 citado por Spink & Frezza, 2000).

Ainda dentro da psicologia social, o conhecimento não é algo pronto na cabeça das pessoas e sim algo construído na interação em que ocorre uma desconstrução ou desfamiliarização do que está dado no mundo. Acontece, então, um processo de reflexão sobre aquilo que é familiar ou natural, efetivando-se, assim, a desfamiliarização ou desnaturalização da concepção de verdade como conhecimento absoluto. Ao citar Ibañez (1985), Spink & Frezza (2000) querem ressaltar que a verdade é sempre específica e construída e que se deve buscar viver num mundo sem verdades. Com base no pensamento de Foucault, pode-se dizer que as verdades nunca são absolutas, fixas e imutáveis, elas são colocadas no lugar que nutre e dá vida às contingências dos conflitos e coerções que se armam em torno delas, sendo então, objeto de debate político e de confronto social. A verdade é produzida no poder e pelo poder e, por isso, acabam produzindo efeitos de poder (Meyer, 1996).

Para Spink e Frezza (2000), o construcionismo assume a idéia de que os critérios e conceitos que utiliza para descrever, explicar e escolher entre as opções que se apresentam ao indivíduo são construções humanas, produtos das convenções, práticas e particularidades. Como são convenções socioculturais não podem ser invariáveis por princípio, porém, esse relativismo histórico-cultural torna-se mais claro numa perspectiva de análise do tempo ao longo da história. O que essas autoras querem apontar é que a existência do indivíduo é produto de uma época vivida por ele. Assim

sendo, ele não escapa das normas, das convenções e nem das especificidades ou das peculiaridades sociais que estão permeando o ambiente em que vive. Dentro dessa ótica, a pesquisa construcionista faz um convite a observar as convenções como regras construídas e localizadas historicamente e outro convite à participação do observador nos processos de transformação social.

A análise das situações vividas pelos participantes da pesquisa dar-se-á a partir do discurso produzido na interação dialógica entre pesquisador e pesquisado. Um discurso que está pautado na linguagem é o instrumento que está na base da sociedade.

Na interação dialógica, entre entrevistador e entrevistado, é necessário ter consciência que ela não ocorre igualmente entre os dois, pois cada um fala e escuta de um lugar diferente. Isso está apontado por Minayo (1999) quando afirma que a entrevista ocorre numa situação de interação em que as informações dadas pelo entrevistado podem ocorrer pela natureza da relação com o entrevistador. É um simples dar-se conta de que esse momento de interação dialógica não ocorre despretensiosamente e sem a intencionalidade do entrevistador. Nessa relação, estão inseridos tanto a subjetividade do pesquisador quanto a do participante da pesquisa.

Para Chizzotti (1998), o pesquisador é um ativo descobridor dos significados das ações e das reações que estão nas estruturas sociais. Por isso, entende a pesquisa como um processo de interação e ação que deve provocar uma tomada de consciência, pelos próprios pesquisados, do que seus problemas e condições determinam. A pesquisa permite que o sujeito elabore um conhecimento e produza práticas adequadas para intervenção nos problemas identificados. Práticas que realmente funcionem, já que partiram dos próprios sujeitos.

A partir da linguagem produzida na inter-relação entrevistador-entrevistado, buscou-se os sentidos do discurso produzido pelo pesquisado, focalizando o olhar sobre suas regularidades internalizadas, percebendo as diversas influências sociais e individuais, aí, encontradas. Objetiva-se com isso entender melhor as diversas nuances da temática do trabalho doméstico realizado por adolescentes. Mas também, buscou-se, no discurso, as irregularidades e a polissemia das práticas discursivas, visto que a ruptura com o habitual permite tornar visível os vários sentidos de um discurso (Spink & Medrado, 2000).

Analisando a linguagem e a subjetividade produzidas no discurso é que o conceito de práticas discursivas torna-se uma importante perspectiva para o olhar que se lança a estudar essa temática do trabalho doméstico, pois a prática discursiva é linguagem em ação, ou, ainda, é o modo como as pessoas produzem sentidos e posicionam-se nas relações sociais cotidianas. Essa forma de analisar a linguagem produzida pelas adolescentes permitiu conhecer o sentido dado a sua condição de trabalho e, ao mesmo tempo, conhecer a posição que elas ocupam nas relações sociais (Spink & Medrado, 2000).

Spink & Medrado (2000) ainda apontam que os elementos constitutivos das práticas discursivas são a *dinâmica*, com os enunciados e as vozes que os orientam; as *formas*, através de um estilo de linguagem, aparecendo na forma gramatical do discurso produzido e os *conteúdos*, com os repertórios interpretativos que podem ser definidos em unidades de constituição das práticas, ou seja, nos conteúdos da fala, sendo compostos pelo conjunto de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem.

Essas mesmas autoras, referindo-se à abordagem Bakhtiniana, dizem que nela os enunciados e vozes andam juntos em uma interação dialógica processada na conversação, pois quando se fala, enuncia-se algo e esse enunciado está direcionado à(s) outra(s) pessoa(s). Isso ocorre quando os diálogos são internos, ou seja, mesmo quando não estão direcionados a nenhum interlocutor externo. As vozes, então, são interlocutores presentes nos diálogos. Conhecer essas vozes é compreender quais aspectos do social e do particular estão implicados para formação de um discurso específico e, assim, poder fazer uma análise desse discurso.

A compreensão do sentido dado a um discurso ocorre num confronto de inúmeras vozes (Spink & Medrado, 2000). Usar a linguagem é agir, seja perguntando, justificando, acusando ou produzindo um jogo de posicionamentos com o interlocutor, pois falar é posicionar-se. É nessa ação que o sentido do discurso surge.

Para Bakhtin (citado por Minayo, 1999), o discurso é um fenômeno ideológico. É o modo mais puro e sensível das relações sociais. Define, ainda, o caráter histórico e social da fala, uma vez que tanto sofre os efeitos da luta social como serve de instrumento para a comunicação.

Na perspectiva do construcionismo social, em um discurso ocorre a existência de três tempos que podem estar combinados na forma de um enunciado. São os tempos longos, vividos e curtos. O tempo longo é marcado pela construção histórica e cultural vivida pelo indivíduo entrevistado, ou seja, a história das mulheres na sociedade; o vivido é evidenciado, no discurso, a partir das experiências pessoais, no curso da história individual, que ocorre na socialização secundária (é a trajetória de vida de cada um) e, por fim, o tempo curto que se compõe do material produzido no momento de interação dialógica entre entrevistador e entrevistado (Spink & Medrado,

2000). Ao analisar um discurso não se pode perder de vista os tempos das vozes enunciadas.

Dentro de uma ótica foucaultiana, os discursos são saberes que estão intimamente relacionados ao poder, pois são produzidos e produtores de relações de poder. Os discursos são produzidos historicamente e mudam em função de reagrupamentos e distribuição de poder, indicando que é, dentro desse contexto, que as subjetividades são construídas e reconstruídas constantemente no ambiente social e cultural em que se vive (Meyer, 1996).

Todas essas considerações sobre o discurso ocorrem por ele ser o material trabalhado neste estudo. A palavra é um símbolo de comunicação por excelência, revelando condições estruturais de um sistema de valores, normas e símbolos, sendo transmitida através do representante do grupo escolhido a ser entrevistado, nesse caso, as adolescentes trabalhadoras domésticas (Minayo, 1999).

Então, buscou-se problematizar as condições da empregada doméstica adolescente, percebendo-a como um indivíduo constituído em um meio social e, ao mesmo tempo, produto sócio-histórico que está produzindo subjetividade constantemente.

Portanto, é nesse espaço interacional, entre entrevistado e entrevistador, levando-se em consideração os tempos, as vozes, as formas e os conteúdos de um enunciado, que foram construídos os dados que, analisados, podem aglutinar um conhecimento mais abrangente sobre a temática do trabalho doméstico precoce. Procura-se, assim, conhecer as articulações que o saber produzido pelas entrevistadas faz com o poder existente nas relações sociais que essas trabalhadoras domésticas estabelecem entre os gêneros masculino e feminino e entre patroa-empregada.

Além disso, nesse enfoque metodológico, é dada especial atenção ao tratamento da questão da mulher no tocante ao trabalho, visto que isso vem sendo estudado em grupos de estudos sobre feminismo, feminino, mulher e gênero. Os estudos com caráter metodológicos feministas iniciaram-se por uma necessidade de entender a história da mulher, partindo de sua própria protagonista. Dessa forma, buscava-se romper com a invisibilidade, o silêncio e a conseqüente desvalorização do trabalho realizado por elas (Castro & Lavinhas, 1992).

Mesmo porque, com base nos dados do IBGE, o trabalho doméstico é realizado, em 94% dos casos, por mulheres, sendo, pois, uma realidade predominantemente feminina (IBGE, 2002). Assim, foi adotada a perspectiva de gênero, na execução e análise dos dados aqui construídos. Não somente pelo fato de ser realizada com participantes do sexo feminino, mas, principalmente, porque, a partir das trabalhadoras domésticas, buscou-se compreender como esse trabalho reproduz e reforça as relações de gênero.

Atualmente, no âmbito da pesquisa científica, as questões específicas do mundo feminino já estão sendo incorporadas, principalmente, nas ciências sociais, fazendo com que não se veja mais, tão claramente, a especificidade de uma metodologia feminista. Ela está disseminada na própria forma de fazer pesquisa qualitativa.

Mesmo assim, vale a pena ressaltar o que aponta Madeira (1997) acerca dos estudos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho: “estudos de relações de gênero sempre tiveram por finalidade conhecer a situação dos indivíduos socialmente discriminados, visando propor e sugerir formas de superação desta condição” (p.79).

Para que uma análise de gênero ocorra, segundo Madeira (1997), é necessário que ela deva passar por, pelo menos, três etapas. A primeira delas defende que priorizar a questão de gênero dentro de um estudo é fundamental para a construção de um conhecimento a respeito das relações sociais entre os sexos. A segunda etapa é buscar questões empíricas que respaldam o referencial teórico das questões de gênero e, por fim, a terceira, etapa que consiste no conceito assumido sobre a questão de gênero manifestado na prática cotidiana de fazer pesquisa. Isso é o que se busca fazer neste estudo: fazer uma peça sobre as trabalhadoras domésticas, na qual a questão do gênero esteja presente, podendo levar essa teoria para um modo de fazer pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa buscou fazer uma discussão sobre o trabalho doméstico das adolescentes, aproximando as questões de gênero e levando em consideração que as meninas são sujeitos ativos na construção deste estudo. Aproximou-se, também, da discussão entre gênero e classe a figura da patroa, já que, no trabalho doméstico, a empregada executa a tarefa que, geralmente, é da contratante. Nessa situação, patroas e empregadas estão enredadas no jogo de conflitos e contradições de gênero e de classe (Preuss, 1996).

Dentro das práticas discursivas produzidas na interação entre entrevistador-entrevistado, buscou-se ter noção das condições em que o trabalho ocorre, contemplando a perspectiva de gênero e de classe social, bem como conhecer os sentidos dos discursos sobre o trabalho doméstico produzidos pela empregada doméstica adolescente.

3.2 - A PESQUISA PROPRIAMENTE DITA

A. Participantes

Neste trabalho, adotou-se o critério estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que considera como adolescentes indivíduos de 12 a 18 anos incompletos. Foram escolhidas apenas meninas para participarem da pesquisa. Decisão tomada com base nos dados de que o trabalho doméstico é realizado, em 94% dos casos, por mulheres (IBGE, 2002), sendo então, uma realidade predominantemente feminina.

Tendo em vista os critérios de escolha das participantes, contou-se com a colaboração de 332 jovens, com idade inferior a 18 anos, que responderam a um questionário elaborado para mapear suas condições de trabalho. Contou-se, também, com a participação de 14 jovens trabalhadoras domésticas que residem com os patrões. Essas jovens foram entrevistadas e falaram sobre suas condições de trabalho e qual o sentido que dão a ele.

B. Campo de Investigação

O campo de realização de uma pesquisa é o recorte espacial em que tal pesquisa ocorre. É, pois, a abrangência empírica do recorte teórico que corresponde ao objeto de investigação (Minayo, 1999). Nesta pesquisa, o campo de investigação foi formado por escolas públicas do município de Natal.

Tal escolha foi decorrente de uma dificuldade em investigar as trabalhadoras domésticas adolescentes em seu ambiente de trabalho, devido a limitação de acesso a elas, fato que já vinha sendo apontado na literatura (Unicef 1999). Além

disso, sabe-se que as trabalhadoras domésticas precoces não são organizadas sindicalmente e não estão aglomeradas em um mesmo espaço, como é o caso de operárias de uma fábrica. Não sendo sequer uma categoria organizada pelo sindicato das empregadas domésticas do município de Natal. Cada trabalhadora está em uma casa, na privacidade do lar, dentro dos muros da propriedade privada, o que dificulta a acessibilidade.

Pensou-se, então, em realizar a pesquisa dentro do ambiente escolar. É um espaço onde seria possível encontrar jovens que poderiam estar no trabalho doméstico. Dessa forma, a pesquisa foi efetivada com estudantes a partir de 14 anos, freqüentadoras do ensino de educação de Jovens e Adultos (EJA⁶), do turno da noite, tendo em vista que a escolarização é um dos aspectos mais prejudicados pela modalidade do trabalho aqui estudado (trabalho doméstico). Constatou-se isso nos significativos índices de atraso e evasão escolares. Dessa forma, a pesquisa foi realizada no ambiente escolar e, por isso, algumas empregadas domésticas – por não freqüentarem os bancos escolares – não foram contempladas por esse estudo. Tal recorte foi uma opção metodológica tomada com a finalidade de viabilizar a investigação.

⁶ O Ministério de Educação, através do Conselho Nacional de Educação, teve o projeto de diretrizes curriculares nacionais para educação de Jovens e Adultos aprovada em última versão em 15/05/2000, afirmando que para o ensino fundamental a idade para jovens e adultos ingressarem no curso da EJA só podem ser superiores a 14 anos completados. Abaixo desta idade o aluno deve ser conduzido ao ensino regular, pois a idade mínima para o término da EJA de ensino fundamental é de 18 anos. Esse fator é importante de ser ressaltado, pois com esta idade mínima para entrada no curso da EJA é que limitou-se a idade mínima das meninas pesquisadas.

A EJA em que foi realizada a pesquisa é o de 1º grau, o qual possui 4 níveis. Cada nível corresponde a um ano letivo. O primeiro nível equivale a 1ª e 2ª séries; o 2º nível a 3ª e 4ª séries; o 3º nível a 5ª e 6ª séries e o 4º nível a 7ª e 8ª séries. A EJA de 2º grau não participou da pesquisa, pois a idade mínima para o ingresso nestas escolas é de 18 anos, o que já estaria fora da faixa de adolescência adotada pelo ECA e por essa pesquisa.

A escolha do curso noturno deve-se ao fato das meninas exercerem suas atividades, na maioria das vezes, no período diurno, numa carga horária inespecífica e larga (Saboia, 2000), restando, como tempo disponível, para estudarem, o turno da noite.

A seleção das escolas foi feita a partir de dados, da Secretária Estadual de Educação no ano de 2001, referente ao número de escolas no município de Natal que possuíam a EJA. De posse dessa relação, foram eleitas escolas dos distritos sul e leste para compor o ambiente de realização da investigação, pois, de acordo com dados do IBGE (PNAD, 1999), nesses distritos, está a população de maior poder aquisitivo da capital. Assim sendo, existe, nesses lugares, uma probabilidade maior de contratação de empregadas domésticas residentes nos locais de trabalho, pois, como aponta Milkman et al (1998), quanto maior for as condições financeiras de uma mulher maior também será a chance dela contratar os serviços de uma empregada doméstica que viva em sua casa. Contrariamente, seria a situação de emprego encontrada nos distritos oeste e norte, em que há maior probabilidade das empregadas voltarem no final do dia para suas casas. Por isso, acreditou-se que nas escolas do distrito leste e sul poderiam ser encontradas meninas trabalhadoras domésticas residentes com os patrões com mais facilidade do que nos bairros mais populares do município de Natal.

Os bairros do distrito leste são: Santos Reis, Brasília Teimosa, Rocas, Ribeira, Centro, Petrópolis, Tirol, Mãe Luíza, Barro Vermelho, Alecrim e Lagoa Seca. O distrito sul é composto pelos seguintes bairros: Lagoa Nova, Morro Branco, Neópolis, Ponta Negra, Pintimbu, Jiqui, Mirassol, Nova Descoberta, Candelária, Pirangi, Planalto, Capim Macio, Serrambi e Nova Parnamirim.

De acordo com a relação das escolas estaduais e municipais que oferecem o ensino de Educação para Jovens e Adultos de 1º e 2º graus (Supletivo), obtida na Secretaria Estadual de Educação, existem 83 escolas no município de Natal nessas condições. Como foram escolhidos apenas aquelas dos distritos leste e sul, esse número reduziu-se para 34. A partir daí, fez-se uso do telefone para verificar e confirmar o funcionamento das escolas com o EJA de primeiro grau, campo em que se poderia encontrar meninas com menos de 18 anos de idade, resultando um total de 28 escolas participantes, distribuídas da forma abaixo relacionada:

Escolas Estaduais do Distrito Leste

1. E.E. Clementino Câmara
2. E.E. Tiradentes – ensino de 1º grau
3. E.E. Prof. Stela Gonçalves
4. E.E. Prof. João Tibúrcio – ensino de 1º grau
5. Centro de Estudos Superiores Prof. Felipe Guerra
6. E.E. Mons. Alfredo Pegado – 1º grau
7. E.E. Isabel Gondim – ensino 1º grau
8. E.E. Manoel Dantas – ensino 1º grau
9. E.E. Prof. Josefa Sampaio – ensino 1º grau

Escolas Estaduais do Distrito Sul

1. E.E. Djalma Aranha Marinho – ensino de 1º e 2º graus
2. E.E. Gov. Walfredo Gurgel – ensino de 1º e 2º graus
3. E.E. Maia Neto – ensino de 1º grau
4. E.E. Prof. Antônio Pinto de Medeiros – ensino de 1º e 2º graus
5. E.E. Vale do Pintimbu

6. E.E. Prof. R. Teófilo ensino fundamental e médio - CAIC
7. E.E. Des. Floriano Cavalcanti – ensino de 1º e 2º graus
8. E.E. Prof. José Ivo – Ens. 1º grau
9. E.E. Jerônimo de Albuquerque - 1º grau
10. E.E. Prof. José Fernandes Machado – ensino de 1º e 2º graus
11. E.E. Lourdes Guilherme
12. E.E. Stela Wanderley

Escolas Municipais do Distrito Leste

1. E.M. João XXIII – ensino de 1º grau
2. E.M. Juvenal Lamartine
3. E.M. Santos Reis

Escolas Municipais do Distrito Sul

1. E.M. Prof. Ascendino de Almeida
2. E.M. Prof. Ulisses de Góes
3. E.M. São José
4. E.M. Prof. Josefa Botelho

C. Procedimento de Investigação em Cada Escola

A realização da investigação nas escolas ocorreu em três etapas que foram executadas em alguns dias de visita, isto é, cada uma das etapas abaixo relatadas, pode ter sido efetivada em uma ou mais visitas, dependendo das condições dadas pela escola para realização da pesquisa.

- ♦ A primeira etapa consistiu-se no contato inicial e do levantamento de dados básicos na secretaria da escola. Fez-se contato com a direção ou coordenação da escola com o intuito de explicar os objetivos e procedimentos da pesquisa, pedindo permissão para sua realização e a liberação de espaço.

Também, neste momento, buscou-se o conhecimento, junto à secretaria da escola, da relação de alunos que estavam matriculados no EJA-supletivo. A partir de tal relação, separou-se o nome das alunas com menos de 18 anos numa lista para serem possíveis participantes da pesquisa;

- ♦ A segunda etapa consistiu-se na aplicação do questionário. Sendo assim, retirou-se as meninas de sala de aula, no horário habitual de aula, mediante autorização do professor e da coordenação escolar a fim de responderem o questionário proposto (apêndice A). A aplicação do questionário deu-se após a explicação da temática da pesquisa e do objetivo do questionário, que era fazer um mapeamento da condição de trabalho das adolescentes encontradas.

A aplicação do questionário foi feita pelo entrevistador ou de forma auto-aplicável sob a orientação desse profissional. Em geral, nas turmas dos primeiros níveis (1º e 2º), o questionário era preenchido pelo entrevistador, tendo em vista que muitas meninas ainda não dominavam a escrita. Nessas turmas, do 3º e 4º níveis, o questionário era lido e explicado para elas, que respondiam as perguntas sob orientação do pesquisador.

- ♦ A terceira etapa consistiu-se na realização da entrevista com algumas meninas escolhidas a partir dos questionários respondidos. A entrevista e a aplicação dos questionários foram realizados em dias diferentes, pois era necessário escolher, entre as respondentes, as que seriam possíveis participantes. Mais uma vez foi explicado o

objetivo da pesquisa e solicitado a participação das alunas, não havendo nenhuma rejeição por parte delas. Foi garantido, de acordo com as normas éticas de fazer pesquisa com menores de 18 anos, a preservação de dados de identificação da jovem através da troca de nomes.

A pesquisa realizou-se de Outubro de 2001 a Maio de 2002, ocorrendo uma pausa entre os meses de Dezembro de 2001 e Fevereiro de 2002 referentes aos meses de férias letivas nas escolas.

D. Instrumentos Utilizados

Os instrumentos de investigação utilizados na pesquisa foram um questionário (apêndice A) e um roteiro de entrevista individual, semi-estruturada (apêndice B 2), os quais foram sendo construídos na medida em que se avançava na pesquisa bibliográfica e na fundamentação teórica. De posse disso, buscou-se alcançar objetiva e subjetivamente a construção de dados para análise da realidade sobre o trabalho doméstico executado por meninas adolescentes. Em relação à escolha desses dois instrumentos, concorda-se com Rizzini, Castro & Santor (1999) por afirmarem que a construção qualitativa deve ser incorporada e valorizada na coleta e na análise dos dados, ressaltando, desse modo, uma linha muito tênue entre o quantitativo e qualitativo, ou seja, de que um instrumento, aparentemente mais quantitativo, como um questionário, poder trazer dados e construções qualitativas que, junto aos dados das entrevistas, formam o corpus de análise dos dados desta pesquisa.

Esses mesmos autores ainda apontam para o fato de que o questionário pode ser utilizado em uma pesquisa quando já se tem um conhecimento prévio da temática, deixando a descoberta de relações desconhecidas para o momento da entrevista. Eles acrescentam, ainda, que esse instrumento serve para verificar a ocorrência de certos fenômenos, ou seja, o questionário está muito mais para calcular percentuais de incidência de certos fatos do que para o desvelamento de algo novo, de algo que está oculto ou que é mais complexo. Assim, as entrevistas mostraram-se fundamentais para o conhecimento do novo ou da complexidade da temática do trabalho doméstico na vida das adolescentes.

Com o questionário (apêndice A), teve-se a intenção de identificar as adolescentes trabalhadoras domésticas de uma forma geral e, ao mesmo tempo, saber quais delas realizam o trabalho doméstico e residem na casa dos patrões. Esse grupo, especificamente, participaria da etapa posterior da entrevista.

O questionário consistiu-se numa série de perguntas: abertas, fechadas ou de múltipla escolha. Continha questões de identificação, de informações sobre as condições de trabalho – respondidas apenas pelas adolescentes trabalhadoras, conforme orientação do pesquisador – e, ainda, uma questão acerca dos planos futuros das respondentes.

O questionário foi aplicado nas turmas de 1º a 4º níveis de primeiro grau do EJA, tendo sido preenchido pelo pesquisador ou por colaboradores⁷ nos 1º e 2º níveis e auto-respondido pelas participantes dos 3º e 4º níveis. Esse procedimento foi

⁷ Participaram como colaboradoras desta pesquisa as estudantes do curso de graduação em Psicologia Ana Karina Vasconcelos e Monique Leitão, bolsistas de iniciação científica, realizando contatos institucionais, aplicando questionários e fazendo entrevistas, tendo passado por treinamento prévio sobre o manejo dos instrumentos de pesquisa, - questionário ou roteiro de entrevista – bem como os procedimentos para contato institucional e relacional com as pesquisadas. A participação dessas colaboradoras ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2001.

aplicado nas 28 escolas municipais e estaduais que compuseram o campo de investigação desta pesquisa, totalizando 332 questionários aplicados. Apenas em duas escolas, E.E. Prof. R. Teófilo (CAIC) ensino fundamental médio, e, E.E. Des. Floriano Cavalcanti – ensino de 1º e 2º graus, foram deixados questionários com as coordenadoras que auxiliaram em seu preenchimento pois, nos dias destinados à aplicação de questionário nessas escolas, muitas turmas estavam sem aula. Por essas escolas terem um grande número de alunos, optou-se por não perder os dados e contar com a ajuda das coordenadoras que, por sua vez não se opuseram em colaborar com a pesquisa. É válido salientar que elas foram corretamente instruídas sobre cada item do questionário.

A entrevista, então, foi elaborada como uma conversa intencional e realizada com as adolescentes trabalhadoras domésticas residentes com as patroas. Com esse recurso, aprofundou-se o conhecimento a respeito de como se efetiva as condições do trabalho doméstico e de suas repercussões na vida das adolescentes e, sobretudo, detectou-se, nesse discurso produzido (a entrevista), regularidades, semelhanças, peculiaridades e rupturas com várias vozes que, ali, fizeram-se presentes.

Utilizou-se, aqui, roteiro de entrevista semi-estruturada a partir de nove temas centrais. Porém tal direcionamento não determinou o caminho a ser seguido na entrevista que manteve-se aberta a novas questões que poderiam surgir no momento da interação entre entrevistador e entrevistado. Os nove temas que compõem o roteiro da entrevista são: identificação, história familiar e escolar, histórico do trabalho, condições de trabalho doméstico, condições de vida, relações interpessoais, auto-percepção, saúde e expectativa de vida futura.

Esse roteiro foi baseado em um manual de investigação e ação sobre o trabalho doméstico de crianças da *Anti-Slavery International* (Black, 1997), o qual mostrava de uma forma muito clara os indicadores e os dados importantes a serem conhecidos num processo investigatório acerca do trabalho doméstico de crianças e adolescentes.

O número de entrevistas realizadas foi determinado a partir das escolas estaduais, visto que estavam presentes em maior quantidade. Além disso, as escolas Municipais localizam-se nos bairros mais populares dos distritos leste e sul e, portanto, as empregadas, aí encontradas, poderiam fugir do perfil da trabalhadora doméstica que reside com os patrões. Buscou-se realizar o mesmo número de entrevistas no distrito leste e sul, sendo uma entrevista em cada escola. Então, optou-se, como parâmetro, pelas escolas estaduais do distrito leste, por possuírem uma menor quantidade de escolas (ver relação anteriormente exposta). Tinha-se, inicialmente, um número mínimo de 9 escolas no distrito leste nas quais poderiam-se realizar as entrevistas e, mais nove escolas do distrito sul, que foram as primeiras a serem visitadas (já que elas estão num número de 12).

Se em todas as escolas estaduais do distrito leste fossem encontradas adolescentes trabalhadoras domésticas e residentes com os patrões, o número de entrevista seria de 9. Porém, em duas escolas, dos bairros de Mãe Luiza e Rocas (localidades mais pobres do distrito leste), não foi possível encontrar participantes que se enquadrassem nos critérios estabelecidos; não residiam com os patrões. Portanto, entrevistou-se 7 meninas do distrito leste e outras 7 do distrito sul, totalizando 14 entrevistas, sendo uma em cada escola abaixo relacionada. Vale lembrar que as

entrevistas no distrito sul realizaram-se na medida em que se ia avançando com as visitas nas escolas, até completar as sete de cada distrito.

Essas meninas foram escolhidas a partir do questionário anteriormente aplicado segundo os critérios de serem trabalhadoras domésticas residentes na casa dos patrões – e que tinham condições menos favoráveis de trabalho tais como: ganharem salários mais baixos, trabalharem de dois a três turnos e não possuírem carteira assinada. Entretanto, é importante destacar que, em uma das escolas, uma das meninas entrevistadas possuía carteira assinada e por ser a única aluna, dessa escola, a atender aos critérios de investigação desta pesquisa – trabalhadora doméstica residente – teve sua entrevista validada.

As entrevistas foram realizadas nas seguintes escolas:

Escolas Estaduais do Distrito Leste

1. E.E. Clementino Câmara
2. E.E. Tiradentes – ensino de 1º grau
3. E.E. Prof. Stela Gonçalves
4. E.E. Prof. João Tiburcio – ensino de 1º grau
5. Centro de Estudos Superiores Prof. Felipe Guerra
6. E.E. Manoel Dantas – ensino 1º grau
7. E.E. Prof. Josefa Sampaio – ensino 1º grau

Escolas Estaduais do Distrito Sul

1. E.E. Djalma Aranha Marinho – ensino de 1º e 2º graus
2. E.E. Gov. Walfredo Gurgel – ensino de 1º e 2º graus
3. E.E. Maia Neto – ensino de 1º grau

4. E.E. Vale do Pintimbu
5. E.E. Prof. R. Teófilo ensino fundamental e médio (CAIC)
6. E.E. Lourdes Guilherme
7. E.E. Stela Wanderley

As entrevistas foram gravadas conforme autorização das participantes e depois transcritas para a análise dos discursos produzidos. Uma das entrevistas precisou ser refeita devido a problemas técnicos com o gravador, o que foi consentido, sem problemas, pela a jovem.

Procurou-se, dentro de cada escola, um local privado para a realização da entrevista. Como o ambiente cedido nem sempre era o mais adequado, devido algumas escolas possuírem problemas com espaço, algumas entrevistas foram realizadas na sala dos professores ou no pátio, sem as condições ideais de privacidade. Por esse motivo, as gravações apresentam problemas de ruídos.

Além das 14 entrevistas, foram realizadas mais três. Entretanto, estas últimas não serão apresentadas, visto que duas delas serviram como entrevista piloto e uma por não se enquadrar dentro dos critérios exigidos. No caso desta última, ocorreu, com a trabalhadora doméstica, uma mudança de residência, dessa forma, rompeu-se com uma das condições imprescindíveis para o bom desempenho da pesquisa, por isso, essa entrevista foi preterida.

Desse modo, com os procedimentos utilizados nesta pesquisa, buscou-se conhecer e traçar um perfil das adolescentes trabalhadoras domésticas, assim como abrir um espaço para conhecer quais sentidos do trabalho doméstico são atribuídos por elas.

3.3. ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados obtidos, deve-se levar em consideração a existência de dois instrumentos de coleta de dado: o questionário e a entrevista semi-estruturada.

Os dados dos questionários foram manuseados através de tratamento estatístico, analisando as categorias contabilizadas e fazendo o cruzamento entre algumas informações. A análise foi realizada principalmente com o grupo de trabalhadoras domésticas residentes no local de emprego.

Para a análise dos discursos produzidos através das entrevistas, lançou-se mão da teoria das práticas discursivas proposta por Spink (2000). E para que tal análise pudesse ser operacionalizada, foram eleitas categorias/temas gerais que surgiram a partir dos dados da entrevistas, refletindo os objetivos da pesquisa. Depois, foi realizado um depuramento das categorias através de mapas de associação de idéias (Spink & Lima, 2000).

Spink & Lima (2000) afirmam que “Os mapas têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção lingüística, dos repertórios utilizados e da dialogia implícita na produção de sentidos” (p. 107).

Buscou-se, desse modo, organizar os conteúdos a partir de tais categorias, preservando a seqüência das falas e identificando os processos de interanimação dialógica a partir da visualização esquematizada da entrevista como um todo.

CAPÍTULO IV:
AS CONDIÇÕES E O SENTIDO DO TRABALHO DOMÉSTICO
REMUNERADO

Com a pesquisa realizada foi possível conhecer algumas condições de trabalho doméstico remunerado, e qual seu sentido na vida das jovens pesquisadas. Os dados construídos formaram-se a partir dos seguintes instrumentos de pesquisa: questionário e entrevista semi-estruturada, conforme descritos no capítulo acerca dos aspectos metodológicos de investigação.

Primeiramente, serão apresentados os resultados derivados da aplicação do questionário que, como foi dito anteriormente, foi estruturado em torno dos eixos aqui citados: dados de identificação e condições de trabalho, que irão nortear esta apresentação, enfatizando o grupo de trabalhadoras domésticas residentes. Posteriormente, será dado ênfase aos discursos produzidos pelas adolescentes sobre seu trabalho e como elas se relacionam com a situação da trabalhadora doméstica.

Foram aplicados 332 questionários com adolescentes de 28 escolas públicas de Natal. Esse instrumento foi escolhido com o intuito de fazer um levantamento geral dos tipos de atividades de trabalho desempenhadas por adolescentes, bem como mostrar em quais condições é realizado. A partir dos resultados obtidos, foi possível fazer uma classificação e apontar características das adolescentes, tomando como referência a questão do trabalho doméstico, visto que são as trabalhadoras focalizadas nesta pesquisa. Assim, dividiu-se o grupo total em 4 subgrupos a saber:

1. Subgrupo A: Formado por adolescentes trabalhadores no serviço doméstico e que residem com os patrões (n = 116);

2. Subgrupo B: Formado por adolescentes trabalhadores no serviço doméstico e que não residem com os patrões ($n = 38$);
3. Subgrupo C: Formado por adolescentes que exercem diversas atividades de trabalho diferentes do serviço doméstico ($n = 59$);
4. Subgrupo D: Formado por adolescentes que não trabalham ($n = 119$).

A partir de tal classificação, estruturou-se a apresentação dos resultados, iniciando por uma caracterização do grupo geral de participantes ($n = 332$) e, em seguida, foi focalizado o subgrupo “A” por ser aquele que mais interessa a este estudo.

Por fim, articularemos os dados dos questionários com as entrevistas feitas, exclusivamente, com 14 adolescentes pertencentes ao subgrupo “A”, ou seja, trabalhadoras domésticas que residem no local de emprego. É importante frisar que as adolescentes dos subgrupos “D” só responderam a primeira parte do questionário – identificação – e, por isso, na análise do grupo geral ($n=332$), somente serão analisados os dados de identificação que foram respondidos por todas as participantes.

4.1 QUEM SÃO AS ADOLESCENTES QUE PARTICIPARAM DESTA PESQUISA (GRUPO GERAL DE ADOLESCENTES - N= 332).

a) Subgrupos

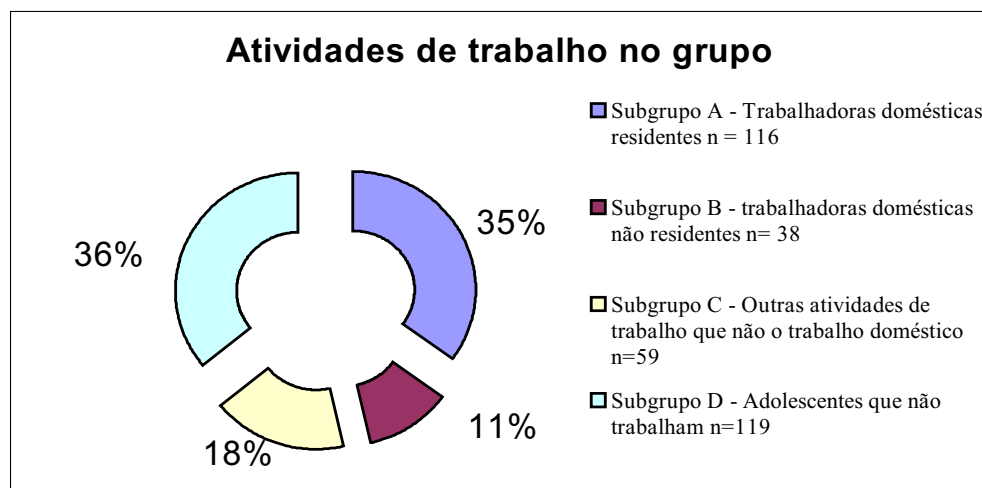


Figura 01

As 332 adolescentes que responderam o questionário estão distribuídas da forma acima relacionada, de acordo com os subgrupos já mencionados anteriormente.

Diante disso, o subgrupo “A” é formado por trabalhadoras domésticas residentes no local de emprego, representando 35% do grupo geral que, mais adiante, será melhor analisado com os dados completos do questionário e, com os dados das entrevistas, por ser este o grupo mais importante da pesquisa.

O subgrupo “B” é composto por trabalhadoras domésticas que não residem com os patrões (11%), ou seja, são jovens que desenvolvem as atividades de trabalho doméstico na casa de terceiros e que, ao fim do dia, voltam para suas casas, podendo morar com os pais, amigos ou parentes.

O subgrupo “C” é formado por meninas que trabalham em atividades diferentes que não do serviço doméstico remunerado (18%). Dentre essas atividades de trabalho, existem garçonetes, vendedoras e outras trabalhadoras do setor de serviços, além de meninas que tomam conta de sua própria casa e que aqui foi considerado como trabalho, pois conforme Cervini & Burguer (1996) essa prática é entendida como uma forma de trabalho, apesar de não produzir bens de consumo e não ter uma remuneração explícita. Esse tipo de atividade promove a reprodução da sociedade e influencia, de forma indireta, os modos de produção capitalistas (Saffioti, 1979), apesar de ter sido apontado por Santana (2000), após realização de uma pesquisa com crianças e adolescentes que estavam inseridas nos afazeres domésticos que essas adolescentes, muitas vezes, não sabem diferenciar o trabalho que fazem de ajuda à família.

O subgrupo “D” é formado por jovens que não desempenham nenhum trabalho, que apenas estudam, representando 36% da amostra.

b) Idade

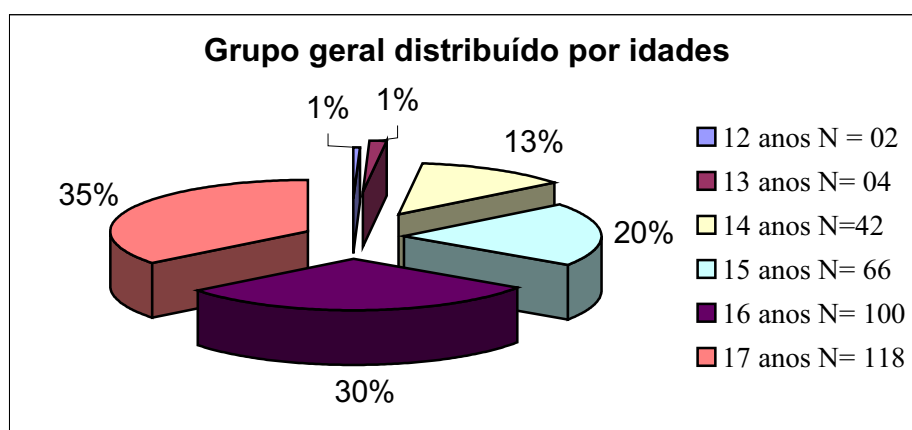


Figura 02

Os dados acima mostram que apesar da legislação regente dos cursos de EJA proibir o ingresso de adolescentes com menos de 14 anos a esta forma de ensino, percebe-se a presença de seis jovens com a idade inferior a acima mencionada nas escolas onde foram aplicados os questionários. Esse dado indica que ocorre um furo na prática da legislação, o que acaba por beneficiar as jovens menores de 14 anos que querem adiantar os estudos. Essas jovens podem estar nessas turmas por dois motivos: ou por que há um erro em suas matrículas ou por estarem assistindo aula como alunas especiais.

Apesar disso, a maior concentração de adolescentes encontra-se na faixa etária entre 15 e 17 anos, contando com 85% do total de participação, conforme já se esperava no momento da escolha de escolas com ensino de EJA (supletivo).

c) Escolaridade:

Este grupo está distribuído entre as séries de 1^a a 8^a de ensino de primeiro grau. No ensino acelerado, cada duas séries equivalem a um nível e, por isso mesmo, essas jovens estão freqüentando do 1^o ao 4^o nível das turmas de primeiro grau dos cursos de EJA.

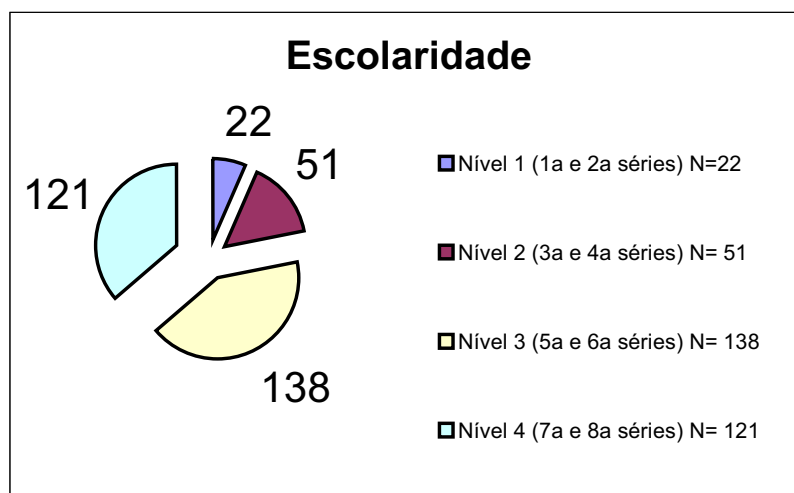


Figura 03

A maior parte das participantes está estudando nas turmas dos 3º e 4º níveis escolares (78%), sendo que quase metade está no 3º nível (42%) e mais 36% no 4º nível. A classe popular, muitas vezes, não tem condições de acompanhar a escolaridade normal, em consequência de diversos aspectos sociais e pessoais, apresentando, então, um atraso escolar que pode ir de 1 a 9 anos. Os motivos podem ser devido a falta de interesse nos estudos, falta de escola no bairro ou cidade em que moravam, mudanças de local de moradia durante o ano letivo, produzindo um afastamento geográfico da escola e, também, pelo fato de trabalharem. Saboia (2000) e o Unicef (1997) apontam que é comum as trabalhadoras domésticas terem um alto índice de atraso escolar e de não freqüência à escola, e que, das 130 milhões de crianças e adolescentes que estão fora das escolas no mundo, 60% estão no serviço doméstico, seja ele remunerado ou não.

d) Local de moradia

Quanto ao local de moradia, essas jovens vivem próximo à escola, justificando a acertada decisão de ter-se escolhido, para a execução da pesquisa, as escolas localizadas nos bairros dos patrões, em vez dos bairros mais populares. Se elas moram com os patrões e estudam, o mais certo é que estudem próximo do local em que moram. Isso é confirmado pelo seguinte dado: 92% das participantes moram em bairros ao redor da escola.

e) Com quem vivem

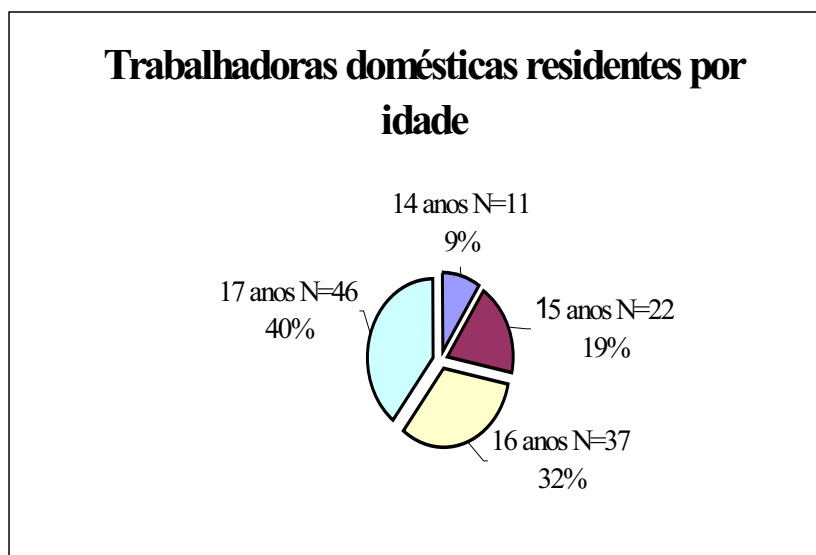
Observa-se, ainda, que entre as adolescentes, 44% do grupo vive com os pais; seja um deles ou os dois, podendo, também, nesse arranjo familiar, viver irmãos ou outros parentes. 23% delas moram com algum parente: tio(a)s, avós, madrinhas, irmãs, irmãos, primo(a)s, entre outros. Existem, ainda, as que moram com os patrões (sem nenhum grau de parentesco) e que compõe 29% do grupo total; dentre essas últimas, estão, em sua esmagadora maioria, as trabalhadoras domésticas que compõem o maior grupo de trabalhadores deste estudo. Isso é fácil de entender, pois as trabalhadoras domésticas residentes confundem o lugar de trabalho com o lugar de vivência.

4.2 - TRABALHADORAS DOMÉSTICAS QUE RESIDEM COM OS PATRÕES (N = 116).

Neste momento, será caracterizado o subgrupo “A” acima referendado, o qual é formado por jovens trabalhadoras domésticas residentes que vivem no mesmo ambiente em que trabalham. Esse grupo é composto por 116 adolescentes com idades variando entre 14 e 17 anos, representando 39% do grupo total de jovens pesquisadas. Esse é o maior grupo de trabalhadores, afirmando a forte presença dessa atividade de trabalho entre as adolescentes das escolas noturnas do curso de EJA – supletivo. O outro grupo que mais se aproxima em quantidade é o de meninas que não trabalham, isto é, 119 jovens.

a) Idade e escolaridade

Figura 04



Dentre essas trabalhadoras, a maior parte situa-se em torno dos 16 e 17 anos, somando 71% das participantes deste grupo. As idades estão distribuídas como demonstrado graficamente, reproduzindo um mesmo padrão do grupo geral como um

todo. Esse dado corrobora com o que afirma Saboia (2000) de que a idade em que se encontra a maior taxa de adolescentes trabalhadores domésticos é por volta dos 16 anos, com uma taxa de emprego de 31, 9%.

Essas jovens, em sua maioria (70%), estão distribuídas nos 3º e 4º níveis escolares, sendo apenas 10 delas alunas da alfabetização.

Quando se fala que o trabalho doméstico tem influência sobre a escolarização, recorre-se ao estudo realizado por Saboia (2000) que aponta o quanto essa atividade eleva o grau de atraso escolar de jovens, inclusive, daquelas que exercem outros tipos de atividades ou daquelas que não trabalham. Os dados aqui apresentados corroboram com essa perspectiva.

Anos de atraso escolar									
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos
Número de jovens	4	15	27	19	27	9	9	5	1

Tabela 02

Pode-se perceber que há um alto índice de atraso escolar entre as trabalhadoras domésticas que residem com os patrões. Isso não quer dizer que somente o trabalho tenha interferência nesse atraso, mas, dentre as que trabalham, encontra-se 43% das jovens com mais de 5 anos de atraso escolar e aproximadamente 12% com mais de 7 anos. A repercussão no estudo é mais comum entre as domésticas residentes, segundo aponta Saboia (2000), tendo em vista que 61% das residentes estão fora da escola. Nesse momento, é inevitável apontar que nas turmas de EJA encontram-se, exatamente, um número maior de trabalhadoras domésticas não residentes, levando a concluir que

ou elas são em menor número na sociedade e por isso aparecem pouco nas escolas, ou estão em outras turmas de escolarização, ou, ainda, que o número de trabalhadoras residentes e estudantes é maior na cidade de Natal, pelo menos nos distritos onde foi realizada a pesquisa.

b) Condições de moradia

Quase todas as adolescentes desse grupo moram perto da escola, sendo 94% moradoras do mesmo bairro ou bairros vizinhos. Todas moram no local de trabalho, podendo exercer essa atividade para familiares – irmã(o)s, primas, tio(a)s e madrinhas – totalizando 18% delas, ou para patrões sem nenhum grau de parentesco (82%).

Quando se pergunta com quem mora, em geral, as jovens referem-se às patroas e não aos patrões, demonstrando que a vinculação de trabalho ocorre mais com uma outra mulher, a dona da casa, o que acaba por corroborar com as informações trazidas por Preuss (1996) de que, nesse trabalho, tem-se uma mulher trabalhando para outra mulher, ou seja, uma mulher que acaba por contribuir e ser responsável pela contratação e reprodução do lugar doméstico da figura feminina. Como o espaço doméstico é reconhecido como feminino (Andrade, 2000), nada mais esperado que o contrato desse trabalho seja realizado entre mulheres.

c) Atividades desempenhadas

Dentre as tarefas desempenhadas na casa por esse grupo, existem as que exercem atividade de cuidado com a casa. Há, ainda, aquelas que exercem atividades de

cuidados com pessoas (crianças ou idosos) e àquelas que exercem os dois tipos de tarefas.

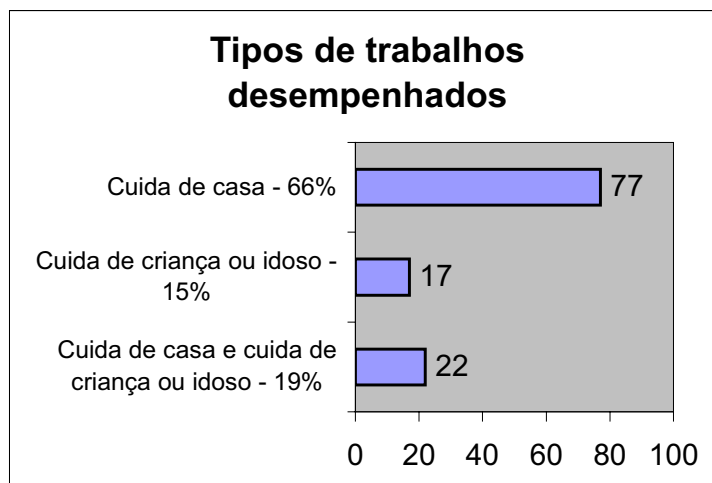


Figura 05

Nota-se um grande número de adolescentes tomando conta da casa, seja cuidando ou não de uma criança ou idoso (n=99). Assim, 85% desse grupo pode estar arrumando, lavando, engomando, cozinhando para que uma família possa reproduzir-se e inserir-se no mercado a fim de produzir bens de consumo ou de troca.

Em relação à jornada de trabalho, detecta-se um grande número de jovens que trabalham de dois a três turnos, sejam eles completos ou não.

	Cuida de casa		Cuida de pessoas		Cuida de casa e de pessoas		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 turno	8	10%	2	12%	-	-	10	8%
2 turnos	41	53,5%	10	59%	17	77%	68	59%
3 turnos	28	36,5%	05	29%	5	23%	38	33%
TOTAL	77	100%	17	100%	22	100%	116	100%

Tabela 03

Conforme apontado na tabela acima, são poucas as adolescentes que trabalham apenas um turno, e quando isso acontece, normalmente é no da manhã ($n=10$). O maior número de meninas trabalha 2 turnos (59%) e 33% delas trabalha até 3 turnos, realizando atividades de trabalho antes e depois de irem à escola. Quando se observa os turnos trabalhados junto com o tipo de atividade que desempenham, flagrantemente, percebe-se que as adolescentes que cuidam da casa tem um maior percentual de trabalho noturno (36%).

O mais grave é que dentro dessa categoria profissional não há definição de jornada de trabalho, o que acaba por dificultar a fiscalização das horas trabalhadas pela adolescente. Diante disso, essa empregada adolescente pode participar do trabalho à noite num horário que por lei é proibido para menores de 18 anos (Art 67, ECA, 1990).

d) Condições de trabalho

Dentre as trabalhadoras, existem 97% que estão sem carteira assinada. Esse número é bem mais elevado do que o apontado pelo sindicato dos trabalhadores domésticos (1996) de 75% de trabalhadoras domésticas com carteira profissional assinada. Apenas cinco, em um grupo de 116 jovens, possuem carteira profissional assinada, fazendo parte do seleto grupo que ganha mais de R\$ 180,00⁸ reais, isto é, das 116 jovens, apenas, 36 (31%) ganham acima dessa quantia.

A média salarial, nesse grupo, gira em torno de R\$126,00 (cento e vinte e seis reais), ou seja, 70% do valor mínimo que um trabalhador teria que receber. Segundo a CLT (Consolidação das leis trabalhistas), outras jovens afirmam receber uma

⁸ Valor do salário mínimo na época da pesquisa

remuneração de trinta e de quinze reais por mês, demonstrando uma prática mais que abusiva, quase beirando ao trabalho escravo.

De um modo geral, as trabalhadoras domésticas que residem com os patrões, quando comparadas com as não residentes (subgrupo “B”), ganham mais. Recebem em média R\$ 20,00 a mais, porém, também trabalham mais no período noturno e estão à disposição durante todo o dia.

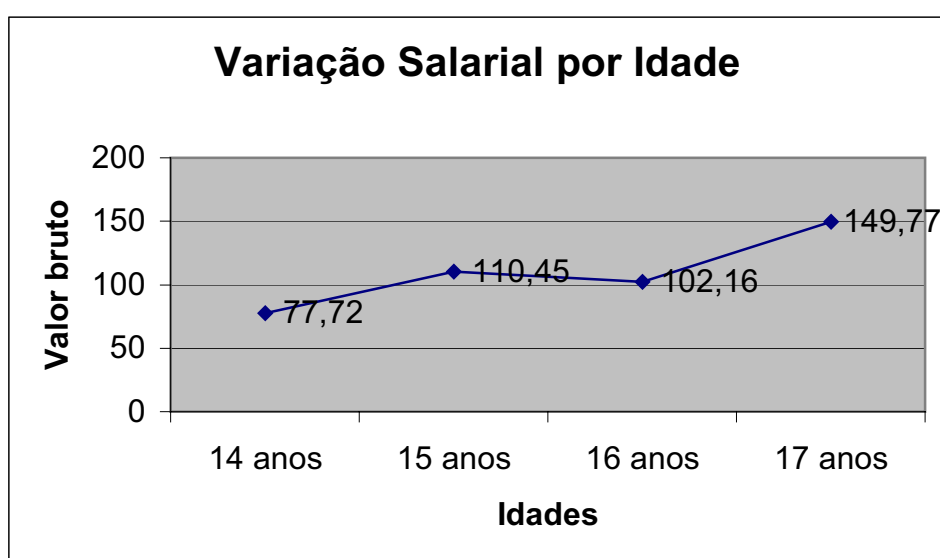


Figura 06

É interessante observar a variação salarial por idade, pois nota-se que quanto menor a idade, menor é a renda. Em média, as jovens de 14 anos recebem um salário de R\$ 77,72, enquanto que as de 17 anos recebem em torno de R\$ 149,77. Isso leva a crer que além de se pagar um salário inferior ao mínimo nacional, quanto menor a idade, menos se paga, levando a concluir que esse salário pode ser ainda menor para crianças que trabalham no serviço doméstico, as quais não foram contempladas nesta pesquisa.

Isso justifica os motivos relatados pelos empresários brasileiros para a aquisição do trabalho precoce, visto que os baixos salários pagos fazem com que o adolescente seja sempre uma saída mais barata para os tomadores de serviço. Isso parece servir, também, às patroas que contratam menores de idade, pois com essa mão-

de-obra tem-se mais possibilidade de passar por cima da lei e explorar os trabalhadores adolescentes. Os jovens além de submeterem-se mais aos baixos salários, trabalham sem proteção e sem benefícios, uma vez que não possuem sindicato para reivindicar direitos e têm baixo poder de contestação, ou seja, possuem muitos deveres e poucos direitos, o que torna a exploração mais fácil e eficaz (Dourado et al, 1999).

e) Profissão futura

Relação de profissões que querem exercer no futuro:

Profissões	Números	Percentual
Não sabe/ não especificou/ não respondeu	14	12%
Profissões relacionadas à escola	27	23%
Profissões de nível superior	38	33%
Profissões de nível técnico ou secundário	27	23%
Profissões artísticas	7	6%
Continuar no trabalho doméstico	4	3%

Tabela 04

Quanto ao trabalho que gostariam desempenhar no futuro, percebe-se um grande número de profissões que estão situadas no curso superior (32,7%), configurando a maioria das escolhas. Os cursos de nível técnico ou secundário vêm logo em seguida, com 24,1% das citações. Observou-se, ainda, um percentual de 23,3% de jovens que gostariam de estar trabalhando no âmbito escolar como diretoras, trabalhadores da escola e, em sua maioria, professoras. Com esse tipo de escolha, nota-se a importância do papel da professora. A adolescente, na ausência da mãe, ou até mesmo da patroa, busca na figura dessa mulher (professora) possibilidades de

identificação. Encontra-se ainda as que querem exercer alguma atividade ligada ao mundo artístico como serem dançarinas, atrizes, modelos ou cantoras. Apesar desse número pequeno, apenas 6% delas, ainda é percebido uma tendência a fantasiar com atividades do meio artístico.

Outro ponto que chama a atenção é o fato de encontrar meninas que queiram continuar no serviço doméstico, demonstrando que essa atividade não é absolutamente negada por todas as jovens. Apesar disso, em sua maioria, imaginam estar em outra forma de atividade. Nesse caso, o trabalho doméstico acaba sendo uma atividade meio e não uma atividade fim, como aponta Lavinias (2000) no artigo sobre as pequenas trabalhadoras.

É importante ressaltar que a maioria das escolhas, profissões de prestígio, por situar-se nas profissões de cursos superiores, são mais difíceis de serem alcançadas por jovens que estão com um alto nível de atraso escolar, como é o caso dessas trabalhadoras domésticas residentes, que apresentam, em média, quatro anos de atraso escolar e vivem sob difíceis condições socio-econômicas.

Talvez o fato de estarem na escola faz com que o horizonte dessas adolescentes amplie e, com isso, elas busquem uma forma de trabalho mais valorizada socialmente, fazendo crer que o trabalho doméstico serve como uma ponte que pode, ou não, ser ultrapassada para outras formas de trabalho. Segundo Melo (1998), de um modo geral, o trabalho doméstico perpetua-se cada vez mais na medida em que não incentiva a escolarização, criando um bolsão de empregos.

Outro aspecto interessante, em relação as profissões que querem exercer no futuro, é que mais de 50% das jovens querem estar em alguma atividade que socialmente seja mais reconhecida como feminina como, por exemplo, as profissões de professora, psicóloga, ginecologista, pediatra, enfermeira, costureira, aeromoça. Nessas

escolhas, revela-se uma continuidade da divisão sexual do trabalho. Poucas escolheram estar trabalhando em profissões mais masculinas como a de policial ou engenheira. Isso é apontado por Madeira (1997) que diz que as mulheres têm uma tendência aos cursos de conteúdo humanístico e que acabam desembocando suas atividades em profissões tradicionalmente desempenhadas por mulheres: seja no magistério, nas artes ou na enfermagem.

Em suma, com base nos dados acima apresentados, é ressaltado que a trabalhadora doméstica que reside com os patrões corresponde o maior grupo de trabalhadores entre os participantes desta pesquisa. Elas trabalham sob condições desfavoráveis, pois ganham aproximadamente 70% do salário mínimo nacional, estando as mais jovens, de 14 anos, ganhando muito menos que isso (42% do mínimo), e 97% não têm carteira assinada. Existe um número elevado de adolescentes que trabalham durante os três turnos, incluindo o trabalho noturno (33%) que é expressamente proibido por lei para menores de 18 anos (ECA, Art. 67, 1990). Além disso, essas jovens possuem, em média, quatro anos de atraso escolar, com 12% do grupo com mais de 7 anos de atraso. Acredita-se que por causa de todos esses motivos, acrescidos da desvalorização social do trabalho doméstico, é que 97% das trabalhadoras pensam em desempenhar outras atividades no futuro, demonstrando que esse trabalho é uma forma de inserção no mercado laboral, mas, apesar disso, as jovens querem sair dele. Todavia, isso só será possível se elas adquirirem qualificação para exercer outras atividades que não a de empregada doméstica. Para tanto, a escolarização ainda parece ser uma porta para a especialização de mão-de-obra.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de entender como as diversas formas de trabalho doméstico estruturam-se na vida de um adolescente e como elas influenciam suas perspectivas para o futuro.

4.3 - QUEM SÃO ESTAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS QUE RESIDEM COM OS PATRÕES E DE ONDE VIERAM (N = 14).

Nesse momento, será dada atenção às 14 entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, uma vez que tinham por objetivo conhecer o sentido que esse trabalho doméstico tem na vida de jovens trabalhadoras, entendendo como ele se relaciona com diversos aspectos de sua vida, conforme foi enfatizado no momento de coleta dos dados.

As entrevistas foram realizadas com 14 adolescentes, cada uma de uma escola diferente, sendo sete jovens pertencentes a escolas do distrito leste e sete, do sul.

As adolescentes estavam com idade entre 14 e 17 anos, conforme a tabela abaixo.

Idade	Quantidade
14 anos	1
15 anos	6
16 anos	4
17 anos	3

Tabela 05

Dentre elas, 78% tem a cor de pele entre morena e negra (n = 10), acentuando uma forte tendência étnica nessa profissão, justificando sua relação com a história escravagista. Tal fato foi afirmado por Bento (1995) quando ressalta que as trabalhadoras domésticas são em maioria negras, com um número três vezes maior que o de mulheres brancas.

Começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, demonstrando a precoce inserção laboral. São empregos arranjados por parentes, irmãs mais velhas que já trabalham na

capital, ou conhecidos da família. O contrato é geralmente feito com a própria jovem ou com sua mãe.

Essas jovens vêm do interior do Estado do Rio Grande do Norte ou da Paraíba para trabalhar e assim conseguir seu próprio dinheiro. Apenas quatro delas têm familiares vivendo na capital, tendo, assim, mais acesso a eles do que as que necessitam ir para o interior. As condições de vida no interior, estimulam as jovens a procurar um melhor emprego na capital do Estado, e, geralmente, não são as únicas filhas que saíram em busca de emprego como empregadas domésticas.

Essa prática, de contratar jovens do interior, é antiga. Hufton (1991) aponta que, desde o século XVIII, 80% das jovens, por volta dos 12 anos, deslocavam-se para as cidades maiores em busca de emprego como domésticas. Vir para a capital não deixa de ser um benefício para as jovens que procuram, nas cidades grandes, melhores condições de vida.

O fato dos pais morarem no interior, muitas vezes, pode ser a própria condição de afastamento da família, passando muito tempo sem vê-los. Elaine (17 anos) afirma que para visitar a mãe tem que passar de três a quatro horas viajando e o tempo de folga, no fim de semana, é muito pequeno para poder visitar os pais. Diz, ainda, que se cansa muito mais viajando no sábado à tarde e voltando na segunda pela manhã, preferindo somente viajar em períodos mais longos, como no carnaval. E com isso, vai-se afastando cada vez mais da família.

Dentre as famílias dessas jovens, nove delas são chefiadas por mulheres, seja porque estão separadas, seja porque estão viúvas. Esse fato corrobora o dado de que nas famílias, chefiadas por mulheres, as crianças começam a trabalhar mais cedo, principalmente, quando são famílias numerosas. Aqui, encontrou-se um número grande de filhos, de dois a doze, sendo uma média de 6 filhos por família. Famílias numerosas

é, também, um dos motivos que aumenta a pobreza e incentiva o trabalho infanto-juvenil, visto que os adolescentes ajudam nos recursos familiares. Por causa disso, os pais estimulam os filhos para a vida laboral (Cervini & Burger, 1996).

50% das mães das meninas analisadas são donas de casa e não exercem nenhuma atividades extra-lar. Os outros 50% (7 mães) trabalham fora de casa, sendo 3 empregadas domésticas, 1 prostituta, 1 merendeira de uma escola, 1 funcionária de um restaurante e 1 trabalhadora rural. Percebe-se, neste caso, uma sub-utilização da mão-de-obra feminina, possivelmente, devido a baixa qualificação profissional das mães. Além disso, todas estão realizando atividades vinculadas historicamente à mulher, atuando como dona de casa ou trabalhando com atividades equivalentes com as tarefas que aprenderam no serviço doméstico. Quanto aos pais, 7 jovens não têm acesso a eles. A maioria deles está afastada de casa, são desconhecidos, ou faleceram. Os que estão presentes são: 3 vendedores, 2 pedreiros, um mecânico e um aposentado.

Afirmam, muitas das adolescentes, que querem trabalhar e ganhar dinheiro para comprar objetos pessoais e não darem mais despesas aos pais. Porém, algumas dizem que necessitam trabalhar não somente para elas, pois precisam ajudar as mães, mandando-lhes dinheiro e diminuindo os custos de sua manutenção. Isso é claramente percebido quando se constata que apenas uma das jovens fica com o dinheiro todo para si por não contar com o apoio de ninguém de sua família, ou seja, praticamente está sozinha no mundo.

Vários autores como Rizzini, Rizzini & Holanda (1995), Cervini & Burger (1996), Madeira (1997) afirmam que, dentre as causas do trabalho para adolescentes, está a pobreza e o mercado de trabalho, fatores sociais e culturais – como a socialização dentro de um grupo – e, além disso, o jovem tem ainda a seu favor, motivando a busca de um trabalho, a necessidade de consumo pessoal.

Resgatamos a fala de Marília (16 anos) quando questionada sobre o motivo que a fez iniciar o trabalho com treze anos de idade.

Porque eu queria as coisas, Eu pedia aos meus pais e eles não podiam me dar. Ai, se eu trabalhasse, eu poderia ter minhas coisas e sem tá perturbando os meus pais ou eles... Eu queria ter meu próprio dinheiro.

A) AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO

O trabalho doméstico é uma realidade para muitas crianças e jovens do interior. Isto se confirma quando se percebe que apenas 4 delas estavam trabalhando pela primeira vez na vida e que algumas já têm irmãs nessa mesma atividade, demonstrando a tradição entre as mulheres da mesma família. Contudo, não se pode deixar de comentar que é uma tradição muito mais imposta por fatores econômicos, que sociais. Apesar disso, a maior parte das jovens (nove) está entre o primeiro e segundo emprego. Porém há quatro delas que já passaram por mais de seis casas num período de 2 a 4 anos, desde que começaram a trabalhar, apontando para uma alta rotatividade que geralmente ocorre nesse tipo de atividade.

Nove delas desenvolvem suas atividades de manutenção e cuidados com a casa e as cinco restantes cuidam da casa e dos filhos dos patrões. Elas trabalham, principalmente, no turno da manhã, acordando às 7 horas. Arrumam a casa, fazem o almoço, podem ir deixar ou buscar as crianças da casa na escola, lavam a louça do almoço, arrumam a cozinha, fazem o jantar. É no horário vespertino que têm um momento de descanso, período que está localizado logo após lavar a louça do almoço e até a hora de começar a preparar o jantar. Esse tempo de descanso, na maioria das

vezes, é usado para assistir televisão, podendo, algumas, dormir ou estudar neste período.

Nove delas ainda trabalham à noite, lavando uma louça, arrumando a cozinha quando chegam em casa depois da aula, confirmando a carga horária extensa e a presença do trabalho noturno entre menores de dezoito anos, o que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art.67, 1994), é proibido por lei. Apenas uma das jovens tem carteira assinada, a qual, curiosamente, trabalha para um fiscal da Delegacia Regional do Trabalho. Esse patrão, a admitiu sob a condição de que estudasse e que, após completar dezoito anos, providenciasse a carteira profissional para a efetuação do registro. A falta da assinatura da carteira de trabalho corrobora com o dado de que no trabalho doméstico os direitos trabalhistas são pouco respeitados. Inicialmente, sete delas estão com a idade inferior a 16 anos e não podem ter suas carteiras de trabalho assinadas, o que revela uma informalidade comum nesse tipo de contratação.

As adolescentes afirmam desconhecer ou conhecer em parte os direitos dos trabalhadores domésticos, porém demonstram um interesse em conhecê-los melhor. Isso torna evidente a necessidade de executar um trabalho de divulgação desses direitos a partir dos órgãos competentes como a Delegacia Regional do Trabalho e sindicato das empregadas domésticas. Assim, uma nova consciência pode surgir, favorecendo a exigência e o cumprimento das leis trabalhistas, mesmo que os direitos dos trabalhadores domésticos sejam bem menores que os dos outros trabalhadores cobertos pela CLT (Sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife, 1996).

Dessa forma, quando se faz uma rápida leitura sobre as condições de emprego doméstico, percebe-se uma taxa de jovens que está trabalhando sem carteira assinada, confirmando a ocorrência do trabalho noturno, sem direito às férias e, algumas

delas, até sem direito à folga semanal. Ganham um salário muito baixo (média de R\$ 105,00), revelando ter-se muito a se fazer em relação a assegurar os direitos adquiridos por essa categoria de trabalho.

Além disso, doze delas nunca tiveram férias ou porque ainda não completaram o tempo de serviço necessário, ou porque não foram concedidas pelos patrões. Muitas vezes, as condições de contratação são tão obscuras que algumas jovens sequer sabem se terão férias quando chegar o prazo adequado. Oito das jovens têm uma folga semanal ou quinzenal, dependendo do caso e da relação com os contratantes. As outras não têm folgas porque não têm condições de viajar para o interior, solicitando-a quando necessário. É muito complicado separar o horário de folga da trabalhadora doméstica quando ela não sai da casa dos patrões, pois parece estar sempre confundindo os horários de prazer e de trabalho, o que é afirmado por Portela (1993) como algo muito comum de ser confundido para as trabalhadoras domésticas residentes.

A trabalhadora doméstica tem muita dificuldade de inserir-se num trabalho que lhe garanta os direitos trabalhistas obrigatórios. Essa situação parece ficar mais grave quando se percebe quais são as condições de trabalho que a adolescente empregada doméstica está submetida e, ainda mais, quando verifica que o sindicato dessa categoria faz muito pouco pelas trabalhadoras dessa faixa etária.

Ainda, quanto ao salário, seis jovens ganham menos de cem reais por mês e uma delas recebe apenas trinta reais. Apenas duas ganham cento e oitenta reais. Paula (17 anos), que ganha setenta reais, diz que aceita o valor de seu trabalho porque gosta dos patrões e pensa que poderia estar numa casa muito pior, na qual a patroa a maltratasse ou a proibisse de ir à escola, fato já ocorrido em sua vida. Já Adriana (14 anos), consciente que ganha muito pouco (30 reais) e não pode fazer quase nada com

esse dinheiro, aceita tal condição porque quer continuar morando em Natal, tendo em vista que está na capital do Estado, longe do controle dos pais. Na cidade, a jovem tem mais liberdade de sair com quem quiser e voltar a hora que desejar.

Odília (16 anos), ganha 150 reais. Ela diz que a patroa justifica o salário abaixo do mínimo com o argumento de que não se paga a menores de idade o mesmo salário do adulto. Diante disso, curiosamente, revela-se uma justificativa para uma prática comum, a de se pagar menos que o salário mínimo à essa categoria.

- É. Um salário mínimo é cento e oitenta. Ela falou que por ser de menor, eu não sei explicar direito, ela falou que por ser de menor não tem direito ao salário integral. Não sei direito, explicar esse negócio.

- E você acha que existe isso mesmo?

- Não, acho que não. É porque eu não sei explicar. Mas um menor não trabalha do mesmo jeito que um adulto, né?

- E o que você acha disso? Uma pessoa que é menor de idade e que trabalha, e ganha menos. O que você acha disso?

- Injustiça, não tem nada a ver. Eu acho que se o menor faz o mesmo trabalho com a mesma eficiência que um adulto, por que não ganhar a mesma remuneração? Por que não ganhar a mesma quantidade de dinheiro como um adulto? Acho injustiça. É, porque faz a mesma coisa que um adulto, trabalha da mesma forma, no mesmo horário, né? Só porque tem menor idade do que o adulto, por que ganha menos? Acho uma injustiça muito grande.

Apesar de ser injusto, as próprias jovens estão imersas dentro da justificativa de que não precisam ganhar o que um trabalhador adulto ganha, pois não têm a responsabilidade da família, já que ainda não são maiores de idade. Como afirma Nicole (15 anos): “*eu acho normal (o que ganha, 100 reais). Assim, para mim que não tem filho, nem nada, sou solteira, só dá para mim*”. Esta frase, além de relatar uma aceitação das suas condições de trabalho, revela, também, uma forma de demonstrar a pouca ambição nesta etapa da vida.

B) O QUE PENSAM SOBRE O TRABALHO

O trabalho doméstico remunerado é marcado por uma concepção de que ele é improdutivo. Não gera nenhum bem com valor de troca, além de ser um trabalho rotineiro e repetitivo, como afirma Adriana (14 anos) *“se possível a gente termina de fazer a faxina de meia noite, porque eles num colabora com a gente. Quando a gente termina o quarto com dez minutos que eu vou lá, mulher, que eu vou lá no quarto, o quarto tá assim (faz gesto com as mãos dizendo que está virado). Principalmente Carol (uma das filhas da patroa). Carol bagunça que só a parte do guarda roupa.. Que eu arrumo guarda roupa e tudo. Isso eu não tinha nem que fazer, isso quem tinha que fazer era elas.”*

Isso demonstra um pouco como deixa de ser gratificante os frutos desse trabalho, tendo em vista que é necessário estar refazendo todas as tarefas recém feitas, nunca podendo ver bem o que acabou de ser realizado. Por isso também, a desvalorização dessa atividade é marcante. Quanto maior e mais filhos tiver a família contratante dos serviços domésticos, mais difícil será manter a ordem do recém organizado, o que Preuss (1996) chama da impossibilidade de se ver o produto do trabalho.

Adriana (14 anos) continua afirmando que é muito estressante ter que realizar a mesma tarefa diversas vezes, assim como ter que parar uma atividade no meio para satisfazer um dos patrões com um copo de água, ou um lanche.

O caráter reprodutivo do trabalho doméstico está muito bem explícito na fala das jovens. Saffioti (1979) afirma que essa forma de trabalho, por não produzir bens com valor de troca, não é valorizada e, muitas vezes, desconsiderada pelo capital.

Todavia, essa atividade do trabalho doméstico remunerado é a que possibilita os patrões produzirem no mercado de capitais, tornando-se imprescindível ao modo de produção capitalista.

Quanto a gostar ou não do trabalho que desempenham, muitas jovens dizem não gostar. Outras afirmam que sim, porém querem no futuro alcançar novas atividades. As entrevistas demonstram que o gostar ou não gostar do trabalho está atrelado ao tipo de relação que desenvolvem com os patrões, principalmente a patroa, demonstrando a importância do ambiente no qual trabalham.

O trabalho doméstico pode ser visto como uma atividade normal e ser vivido de uma forma muito tranqüila, pelas as jovens, apesar de muitas não gostarem de executar as tarefas práticas que lhes são incumbidas. Porém, algumas expressam claramente a falta de gosto de exercer tal atividade. Quando perguntado a Carla (15 anos) sobre a relação estudo e trabalho, a jovem responde que não gosta de trabalhar, mas que sempre gostou de estudar e está se esforçando para passar no terceiro nível do EJA. Além disso comenta:

- Não gosto de trabalhar... se tivesse outro emprego, até que eu gostaria, mas nunca gostei de trabalhar em casa de família

- Por que?

- Eu acho que é... sei lá, por... não sei explicar direito. Por causa do aborrecimento. Essas coisas que a gente tem direito, raiva de alguma coisa no emprego. Eu num gosto. Me estressa demais trabalhar assim, numa casa de família. Eu vivo diariamente estressada lá em casa. Por que é uma perturbação (Carla, 15 anos).

Um dos principais motivos que explica o estresse na casa decorre de ter que ficar sempre arrumando o que acabou de ser organizado e desorganizado, assim como os pedidos incessantes dos filhos dos patrões, muitas vezes chorando, exigindo. Carla confirma o que acabou-se de afirmar: “eles exigem mais do que eu posso fazer”.

Paula (17 anos) afirma que também não gosta de seu trabalho:

É ruim fazer as coisas... queria fazer outras coisas mais interessante de fazer... queria trabalhar em outras coisas, num restaurante, trabalhar assim, ser garçon. Mas legal.

Muitas afirmam que a parte boa do trabalho é ter seu próprio dinheiro, comprar suas coisas, “*coisinhas de mulher*” (Odilia, 15 anos) e algumas apontam a parte financeira como a única coisa boa deste trabalho, valendo ressaltar que apenas duas delas ganham um salário mínimo completo.

Além do dinheiro e da necessidade, o que sustenta essas jovens, nesse tipo de atividade, é a relação que mantém com a patroa. Isso é o que fala Daniela (15 anos) ao afirmar que o dinheiro não é o aspecto mais importante para sua continuação no emprego:

Eu, eu trabalho mas, num é assim. Trabalho na casa dela, mas, num é porque ela me pague, entende? É porque ela me trata superbem. Como eu já falei. Então... eu gosto. Eu gosto de trabalhar lá. Ela me trata muito bem, os filhos dela. Eu já disse mesmo a ela, minha patroa. Que eu num trabalhava lá porque ela me dava dinheiro, porque eu num me importo com dinheiro, num sou uma pessoa assim, mas... eu gosto de lá. Trabalho lá, gosto muito de lá.

Paula (17 anos) afirma que prefere morar na casa da patroa do que na da mãe, dizendo que, com a patroa, sente-se mais cuidada, sente, para com ela, a preocupação das pessoas. Relata um episódio em que sofreu um acidente. Quando informou à patroa que iria tratar-se em casa, o que é uma prática comum entre as jovens que adoecem, a patroa não permitiu que isto acontecesse. Sobre esse evento revela:

Quando ela vinha, assim, trocar as coisas, eu ficava chorando e ela (dizia): Paula, por que você está chorando? – Sei lá, é porque você me trata como se eu fosse uma filha. Ela achou que se eu tivesse ficado em casa, eu não ia ser tratada do jeito que eu fui tratada lá. Ela tirava os curativos, passava remédio, me dava o remédio

na hora certa. Às vezes, quando eu já ia tomar o remédio, ela (dizia): Paula, olha o remédio. E eu (dizia): tô tomando. Ela é muito legal comigo.

Essa mesma jovem relata que o único motivo que a mantém trabalhando para essa família, com o salário que recebe (70 reais), é porque sente-se muito bem tratada, confessando que é muito difícil encontrar patrões como os que tem.

Eles são muito legal comigo, a mulher, o marido e os dois meninos gostam que só de mim (Paula, 15 anos).

Essas falas relatam não somente que as jovens aceitam trabalhar porque são bem tratadas, revelam que esse ambiente favorável de trabalho pode camuflar formas de trabalho em que as jovens não são pagas com um salário mínimo e não têm carteira profissional assinada, ou seja, podem disfarçar relações de poder, dominação e até exploração acerca do trabalho executado.

A rotatividade de emprego é um outro fator freqüente entre as jovens. Elas sempre se remetem a empregos anteriores quando querem falar de situações mais complicadas em suas vidas. Paula (17 anos) afirma, ainda, que, certa vez, quando começou a trabalhar em uma residência anterior, a patroa lhe disse: “*olha, o que você quiser comer, quando você receber dinheiro, você compra e bota na geladeira*” e nesse mesmo dia, ela saiu dessa casa.

Ou como diz Ilana (16 anos) sobre um emprego anterior: “*eu não podia nem assistir... não podia... ela que fazia meu prato e ela não colocava é... Ela colocava bem pouquinho*”.

Nicole (15 anos) informa que não passa mais de dois ou três meses trabalhando na mesma família. Quando indagada sobre o motivo, diz:

Porque, às vezes, eles dizem que é pra mim fazer as coisas, aí, quando é um mês, eles já começam a botar pesado pra cima mim, eu não agüento. Aí, já começam a botar muita roupa, já começam a botar as coisas pra ficar reclamando de mim. Eu faço as coisas, pronto. Mas eles ficam insistindo: não é pra mim se sentar, não é pra mim comer muito, aí fica reclamando. Aí, aquilo vai me chateando também. Aí, eu chego pra eles e digo: - “Eu peço demissão”. Não dá certo, não. Você é muito... Eu não costumo dizer, mas que aquilo está um porre, está. Na casa de família.

Motta (1989) afirma que empregada doméstica tem um “turnover” elevado, tende a abandonar o emprego na medida em que sentem os primeiros sinais de desconforto psíquico. Isso quer dizer que a rotatividade é muito comum na vida dessas trabalhadoras. Por um lado essa mudança de empregos é ruim porque faz com que a jovem tenha que se adaptar a cada casa que chega. No entanto, ao mesmo tempo, é isso que acaba protegendo a empregada doméstica na medida em que ela, ao perceber as dificuldades de trabalho na casa, prefere sair ou abandonar o emprego. O fato de passar todo o dia trabalhando e morando com a família contratada, faz com que, muitas vezes, esteja susceptível às coisas mais desagradáveis.

Apesar da saída do emprego ser sempre uma possibilidade, algumas vezes as jovens suportam e ficam presas a uma realidade de humilhações e de desconfianças.

Carla (15 anos) afirma que já passou por situações complicadas com a patroa, mas sempre se impõe, dizendo o que quer, gerando mais conflito, ela diz: *“eu não nasci para ser empregada doméstica, mas já que eu sou tem que ser do meu jeito”*.

Eliana (17 anos) vive uma situação quase diária de desavenças com o marido da patroa. Ele costuma agredi-la verbalmente, chamando-a de “nega, “rapariga”, “fedorenta”, conforme o diálogo abaixo:

- *Essa nega, além de ser uma empregada é fedorenta.*
Assim, ele acha/ assim, eu me sinto mal, porque ...

- *Você aqui num passa mais do que uma empregada, e você quer mandar aqui.*

- *Se eu mandasse .../ que a casa né dele! - Se eu mandasse aqui, você num tava nem aqui. É por isso que eu ainda tô, por que aqui você num tem nada. - Que ele mesmo num tem nada lá, a casa é no nome dela (patroa) e dos filhos, então, num tem nada.*

Ela continua relatando que trabalhar nesse emprego é ruim, mas ao mesmo tempo é bom. *“é ruim... porque tem gente que trata como se fosse/ eu não queria que ele me tratasse como se eu fosse uma filha, que eu sei que não sou filha, mas pelo menos me tratasse bem”*. Ela afirma isso envolta de choro e muito emocionada.

Gabriela (15 anos), uma das meninas entrevistadas, conta ter uma proximidade afetiva com a patroa pois ela está sempre incentivando-a aos estudos. Sobre o trabalho ela diz:

(é) muito bom. Porque eles são uns patrão assim, porque tem patrão que grita. Sei lá, não é? Mas, eles são muito bom para mim. Eles, bem dizer, quase uns pais para mim. Eu não vou dizer que eles é isso não. Eles me dá as coisas, ajuda minha mãe. Dá sempre assim, as compras, mas só que não é dinheiro não. Ela dá assim porque ela quer. Ela é legal mesmo. São muito legal.

... Todo mundo diz assim que é muito ruim trabalhar, por que tem que se acordar cedo. Mas eu não acho ruim não. Eu acho muito bom. Eu não me acordo cedo não. Eu me levanto oito horas, faço café, faço almoço. Eu acho muito bom.

Marília (16 anos) afirma que tem condições de trabalho muito boas, pois tem carteira assinada (a única das entrevistadas), tem garantido e incentivado o acesso à escola, sendo essa, uma das condições impostas pelos patrões para aceitá-la no emprego. Marília tem folga toda semana e ainda não teve férias por não ter cumprido um ano de trabalho. Comenta que conciliará as férias do trabalho com as escolares.

Além disso, tem uma boa relação com os patrões que a incentivam na busca por melhores opções de trabalho. Ela diz:

tudo, tem uma coisa de bom, porque você trabalhando, você leva mais sério quando alguém gosta de você, você é considerado como se fosse da família. É como se você arranjasse uma nova família, uma segunda família.

De acordo com as entrevistas, percebeu-se que trabalho doméstico pode funcionar como veículo estruturante da vida de uma jovem, desde que seus direitos humanos e trabalhistas sejam respeitados. Tal possibilidade realizada nesses moldes, permite que a atividade profissional na adolescência seja uma fonte de crescimento, visto que permite à jovem buscar melhores oportunidades de trabalho na vida, ganhando mais e tenha seu ofício mais valorizado.

Elas sabem que o serviço doméstico está envolto em muitos preconceitos. Porém, a maior parte diz não ter sofrido nenhum tipo de preconceito apesar de, muitas vezes, evitarem dizer no que estão empregadas, por saberem que podem ser tratadas de maneira diferenciada, como no momento de apresentar-se a alguém numa festa, ou a um pretendente a namorado. Apesar de não terem vivido situações preconceituosas, elas sempre conhecem alguma colega de profissão que já o sofreu. Isso acaba reforçando a idéia de que essa ocupação é desvalorizada tanto pelas tarefas desenvolvidas quanto pelo lugar social ocupado por esse profissional na teia de empregos.

Uma das entrevistadas claramente é tratada com desrespeito por um dos patrões quando a chama de rapariga e “nega”, por ser empregada doméstica. Ela mesma diz que não sofre nenhum tipo de preconceito e não consegue perceber a forma como é tratada pelo patrão, assim como não consegue perceber a dificuldade de assumir para os

amigos do colégio, a profissão que exercita. Ela afirma que sempre diz aos colegas: “*eu moro com uma senhora, vai fazer três anos. Eu moro com ela*”, porém não consegue dizer o que faz lá, a não ser que seja diretamente perguntado. Uma outra jovem quando perguntada se já sofreu algum preconceito, responde que não é completa:

Mas só que às vezes, eu conheço muita amiga, sabe? Aí, elas falaram assim, “Paula, tu mora em São Gonçalo?” ‘É, não sei o que’. Aí, que às vezes, eu desço no Amarante, que eu tenho amiga no Amarante, no Igapó, por ali. Aí, elas falaram: - “Paula, você trabalha, é?” Aí, eu falo, aí, eu sinto vergonha, sabe, de dizer ‘Trabalho’, aí, eu falo: ‘Não, eu moro na casa da minha tia’. Aí, eu tinha mais vergonha de dizer pro meu namorado, mas quando ele me conheceu, eu já trabalhava numa casa, nessa casa que eu passei nove meses. Aí, quando eu saí, eu vim trabalhar nessa. Aí, eu disse a ele que ia trabalhar porque eu precisava pra comprar as coisas pra mim porque a minha mãe não podia me dar. Aí, ele entendeu. Mas, assim, pra algumas amigas minhas eu tenho vergonha de falar que trabalho em casa, como doméstica.

...É um trabalho, assim, tá trabalhando, não tá roubando. Mas, pra falar a verdade, assim, às vezes, eu tenho vergonha de falar.

Ainda há outros casos, como o de Adriana (14 anos), em que o preconceito passa pela desconfiança. A empregada é sempre a primeira suspeita quando desaparece algo na casa em que trabalha. Sua patroa costuma dizer que toda empregada doméstica rouba.

Esse tipo de situação remete à relação entre empregador e empregado. Relações que podem ser favoráveis ou não ao andamento do trabalho e ao desenvolvimento psico-emocional da jovem.

As empregadas estão sujeitas a uma situação de preconceito que perpassa a desconfiança que, muitas vezes, não é algo aberto, mas é percebido nas entrelinhas do discurso das jovens. A qualquer momento podem ser mandadas embora. Sair do emprego não significa apenas estar desempregada, mas, também, ter que voltar

à casa dos pais, no interior, ou ficar desamparadas na capital. Com vistas a diminuir esse desamparo, a lei diz que o contratante dos serviços domésticos de adolescentes deve se responsabilizar pela guarda das jovens. Assim, quando forem demitidas ou saírem do emprego, deverão ser devolvidas aos pais (Dantas, 2000).

Adriana (14 anos) constantemente afirma que vive sendo ameaçada de ser mandada embora, por não ser muito atenta ao serviço. Quando, na verdade, a patroa lhe paga um salário irrisório de trinta reais por mês. Essa jovem tem 14 anos e está no seu primeiro emprego. Diz-se confusa em relação as suas condições de trabalho. Para ela, a maior vantagem de estar trabalhando é poder sair do interior.

Mesmo assim, não é somente de vítima que se faz passar a empregada doméstica. Na verdade elas têm suas armas que, geralmente, são usadas ao serem demitidas, muitas vezes, colocando as patroas na justiça. Isso, na verdade, revela um modo pouco profissional na relação trabalhista do servidor doméstico que, temendo perder o emprego, aceita as mais difíceis condições de trabalho, acumulando uma série de mágoas que, somente são postas em evidência, após ser dispensada, colocando as patroas na justiça.

C) ESCOLA COMO UM LUGAR DE SOCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Todas as jovens desta pesquisa freqüentam a escola, até mesmo porque esse foi o caminho escolhido para encontrar jovens trabalhadoras domésticas. Estar na escola é sustentar a possibilidade, através da formação educativa, de uma mudança em suas vidas.

Isso é o que afirma também Madeira (1997) quando diz que os jovens trabalham porque estão sob uma condição de pobreza e, também, o fazem para manter seu consumo pessoal. Além de que, a possibilidade de trabalhar é o que permite que alguns possam custear seus estudos, pagando livros e cursos.

Algumas das jovens percebem o trabalho como um espaço em que, ao mesmo tempo, ganha-se dinheiro para ajudar a família, comprar coisas para si e favorecer a continuidade dos estudos, caso o patrão permita que a jovem frequente a escola, pois frequentar ou não frequentá-la, depende muito mais de uma concessão do patrão do que de um desejo da adolescente.

Apesar disso, a escola tem outra função muito importante que vai além da capacidade de formação na educação dessas adolescentes. As adolescentes alegam que a escola é o local de socialização por excelência, a partir de onde montam uma rede de relações pessoais, encontrando lá, amigos/colegas, namorados e colegas de profissão, trocando experiências e recebendo conselhos das mais velhas.

Outros lugares de socialização além da escola são as adjacências do local de trabalho como, por exemplo, rua, pátio de edifício, praças, enfim pontos de encontro entre colegas de profissão. Além desses, há, também, o bairro e cidades em que vivem os pais das adolescentes.

Na verdade, caso não frequentassem a escola, o círculo de amizades dessas meninas reduziria muito, impossibilitando-a de conhecer novas pessoas, pois estaria todo o dia dentro da casa dos patrões, relacionando-se, apenas, com pessoas dessa família e, por isso mesmo, sempre em relações desiguais de poder, visto que exerceriam a função de empregadas.

O fato de desenvolver novos relacionamentos na escola pode gerar um conflito com os padrões, pois quando a jovem começa a aumentar as amizades, há uma tendência dela sair mais vezes para festas ou chegar tarde da escola, uma vez que “ficam conversando” além do horário escolar. Eliana (17 anos) afirma:

(Depois que começou a estudar) Começou a pegar amizades, assim, com as pessoas e que me chamam para as festas. Que eu num ia (antes). É por isto que ela (patroa) acha ruim de eu sair. É porque eu num saía.

Essa fala aponta que a possibilidade de socialização que ocorre dentro da escola, acaba trazendo novos hábitos na vida dessa jovem, refletindo no relacionamento com a patroa, que passa a reclamar de saídas noturnas. Quando a dona da casa consegue impedir que a jovem saia, alguns conflitos aparecem. Gabriela (15 anos) quando decide sair, desafiando a vontade da patroa, declara que a postura dela começa a mudar, passando a controlar suas saídas. Diante disso, resta à Gabriela usar a escola como pretexto para sair de casa, podendo, dessa forma, namorar e conversar com amigos durante o horário das aulas.

É freqüente o trabalho tornar-se incompatível com o estudo e muitas jovens, que tiveram outro emprego, relatam essa incompatibilidade. Nesse caso, as jovens, quase sempre, optavam pelo emprego. Trabalho e estudo tornam-se inconciliáveis por ser necessário, à empregada doméstica, estar sempre à disposição da família, principalmente, quando ela cuida de crianças pequenas, que não podem ficar sozinhas em casa até a hora da mãe/patroa chegar. Muitas vezes, essas jovens sujeitam-se a faltar aula, por precisarem trabalhar no turno da noite, horário em que a patroa recebe visitas ou oferece recepções.

Apesar disso, dentre as entrevistadas existe uma jovem que participa ativamente do seu processo escolar, sendo a representante da sala e uma das melhores alunas, participando de todas as atividades do colégio. Essa mesma jovem parece ter encontrado uma forma menos conflituosa de encarar sua profissão, pois trabalha na casa de uma mulher idosa e diz que, muitas vezes, sente como se cuidasse de sua avó ou, brincando de boneca. Isso parece uma forma de fugir dos preconceitos impostos pelo social, internalizando que, na verdade, não é uma empregada doméstica, podendo continuar acreditando nos seus sonhos de formar-se e casar-se no futuro.

D) EU SOU UM BICHO DE SETE CABEÇAS

A adolescência é a fase da vida em que as entrevistadas encontram-se. Isso é percebido no momento em que se observa o comportamento dessas jovens nas escolas, e, também, na forma de vestir. Através das perguntas: “o que é ser adolescente para você?” e “Como você se percebe?”, buscou-se entender e traçar um perfil dessas jovens, trazendo tanto as características dessa fase, como as das próprias jovens.

Elas afirmam que a adolescência é uma fase de curtir a vida, tempo de fazer amizades, de namorar, de “começar a ter um monte de coisas” (Paula, 17 anos). Outras dizem que ser adolescente é diferente de ser adulto, que é não ser casada, não ter filhos. É um momento da vida em que a jovem ganha mais liberdade de fazer coisas que antes (na infância) não podia. Elas têm a liberdade de sair mais de casa e, também, como diz Fernanda (15 anos): “*é bom ser adolescente e fazer todas as coisas que quer*”.

O grau dessa liberdade depende muito no caso das trabalhadoras domésticas residentes, do ambiente em que está inserida, já que a patroa é a pessoa

responsável por essa jovem em sua casa. Por ser responsável, a patroa acaba controlando o horário de chegada em casa e as amizades da jovem trabalhadora. As jovens, quando desobedecem, são ameaçadas de serem mandadas de volta para o interior, e, ainda, de terem seu comportamento relatado à mãe. Dessa forma, a patroa age como uma espécie de vigia e guardiã da sexualidade da trabalhadora.

Isso é apontado por Preuss (1996) quando diz que a questão da sexualidade é uma fonte de desconforto para as patroas ao mesmo tempo em que é uma fonte de poder para a empregada. A adolescente revive esses conflitos da adolescência nos padrões, podendo apresentar-se de maneira sedutora para os homens da casa. Ele afirma o seguinte:

A sexualidade emerge, portanto, como um dos campos do jogo em que, especificamente, as patroas se empenham em neutralizar a empregada pois trata-se de recurso importante que eventualmente chega a ser mobilizado nas disputas sociais. A estratégia mais eficiente usada pelas patroas consiste na interdição da expressão da sexualidade da empregada e tentam fazê-lo combatendo as oportunidades em que possa aflorar.

Não foi observado, na fala das jovens a percepção do medo da patroa de que elas possam seduzir os homens da casa. Este controle da sexualidade ocorre muitas vezes de modo disciplinar, buscando montar um perfil dócil para esta jovem que quando não afronta a patroa é boa e educada, mas que quando não obedece as normas da casa, passa a sofrer por isto. Eliana (17 anos) diz que discute muito com o marido e os filhos da patroa, pois eles se metem em sua vida, dizendo o que deve ou não fazer, então ela reage com a seguinte frase:

Eu tenho dezessete anos, eu acho que eu já sei o que é bom para mim, né? Eu sei definir o que é ruim e o que é bom.

Daniela (15 anos) aponta para uma grave situação vivida na adolescência que é o problema com drogas e com gravidez. Muitas de suas amigas vivenciaram tais problemas, principalmente, o da gravidez. Diante disso, ela se sente uma heroína por não ter entrado no mundo dos vícios, por ser uma trabalhadora que busca ajudar a mãe a comprar uma casa. Percebe-se com essa fala a função que o trabalho tem de evitar que os jovens passem por situações prejudiciais à vida. Essa idéia é muito parecida com o pensamento vigente no começo do século XX, em que o trabalho é a alternativa para combater a vadiagem (Rizzini, 1997), além de ser algo enobrecedor, ou como diz a jovem: algo que transforma em herói quem o executa.

Marília (16 anos) resume, em sua fala, quatro aspectos importantes na adolescência, são eles: escola, família, lazer e relacionamentos, dizendo:

Ser adolescente é estudar, é curtir a família. É o tempo para curtir a adolescência. Andar sempre com os amigos, sair com os amigos... é assim, se divertir.

É importante isso ser ressaltado, pois quando se é uma empregada doméstica que reside com os patrões corre-se o risco de ter os direitos negados como o acesso à escola – para estar mais tempo à disposição da família dos patrões – à família, aos amigos e ao lazer. Saboia (2000) aponta que esse tipo de trabalho pode ferir os direitos dos adolescentes quando lhes são negadas coisas como: direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e proteção no trabalho. Este último direito pode ser infringido no momento em que ocorre exploração do trabalho, ou quando, ainda, ocorre em situações adversas, sem obediência das leis trabalhistas e com ausência de formação e desenvolvimento profissional. Essa exploração pode dá-se, principalmente, pelas próprias características do trabalho doméstico como são

apontadas por Preuss (1996), que é isolado na unidade doméstica e invisível do ponto de vista econômico, psicológico e ideológico, além de ser muito desvalorizado socialmente.

Dessa forma, definir o que é ser adolescente é poder entender como são essas jovens e, também, entender os conflitos existentes relacionados às gerações da patroa e da empregada.

Para se auto-definirem, as jovens usam palavras como: simpática, vitoriosa, calma, não estressada, compreensiva, boa, educada, carinhosa, legal, meiga, bonita, alegre e maluquinha, bem como chatas, que não gostam de se olhar no espelho, visto que têm uma dificuldade com o corpo, o que é próprio da adolescência também. Pensam que são magras ou gordas demais, e, algumas vezes, a forma com que é tratada pelas pessoas na casa em que trabalha pode corroborar para diminuir sua auto-estima.

Eliana (17 anos) conta uma situação de como é uma luta diária se afirmar como um ser humano:

“uma vez, ela (patroa) atendeu o telefone e disse: “ah, eu tô sozinha em casa”. Ai, eu falei para ela se por acaso eu era um sofá, se eu era uma estante que ela num tava me vendo, eu disse a ela que eu era gente, que eu num era ninguém não. Disse a ela que eu estava lá e que era gente”.

Ou, ainda, como afirma Carla (15 anos) que se sente angustiada e não sabe explicar o que é: *“às vezes, eu tô quieta e às vezes, pinta uma angústia, uma raiva... semana retrasada, eu não vim para a aula, por que tava muito angustiada. Tava sem força para fazer nada, ai, me deitei, comecei a chorar”*. Isso demonstra uma tendência depressiva nessa jovem, que tem uma história familiar cheia de abandonos e desencontros, trabalhando numa casa de família por necessidade financeira. Ela se sente uma pessoa sozinha, não podendo contar com ninguém. Tal jovem foi a mais

comprometida emocionalmente das entrevistadas, fazendo lembrar o que os psicólogos haitianos definem como comprometimento das meninas trabalhadoras domésticas dessa região, na qual a timidez e desatenção estavam em destaque, além de alguns sintomas relacionados às condições de trabalho como medo, ansiedade, depressão, passividade, distúrbios alimentares e de sono (Unicef, 1997).

Este estudo aponta que o perfil da doméstica entrevistada foge um pouco desse aspecto mais depressivo, mas que em determinadas situações, dentro de determinados contextos de vida, o emprego doméstico pode ser uma fonte de sofrimento psíquico, tendo em vista que moram na casa dos patrões, impossibilitadas de manter uma privacidade, restringidas no ir-e-vir, com afastamento do convívio familiar e podendo estar com dificuldades de dar continuidade aos estudos, devido ao cansaço que o trabalho provoca. Essas características são também apontadas por Santana & Almeida Filho (1994) que inferem, em seus estudos sobre trabalho doméstico e sofrimento psíquico, que as trabalhadoras mais novas são as mais vulneráveis.

Chama-se a atenção para os estudos de Santos-Stubbe (1995) apontando que o grupo profissional das empregadas domésticas apresentam alto risco de suicídio. Entre as empregadas entrevistadas, 20% das que tentaram suicídio relataram que um dos motivos para a tentativa é a violência sexual e, muitas que foram violentadas, afirmam que isso ocorreu quando ainda eram crianças.

Anderfuhren (1999) conclui, de seu estudo com trabalhadoras domésticas, que a saúde dessa trabalhadora está sujeita a estresse e manipulação, aplacadas, somente quando ela tiver a capacidade de construir uma distância mental que a preserve das desventuras sofridas na casa da patroa, assim como da estigmatização social ligada ao trabalho doméstico.

Dentre as características acima apontadas, chama atenção a dicotomia ser boa e educada X ser chata. Essas duas características apontam dois modos diferentes de relação entre patrões e empregadas domésticas. De um lado está: *“eu sou boa e educada”* (Gabriela, 15 anos). Fala de uma jovem que não apresenta nenhuma forma de conflito com a patroa, uma vez que faz tudo o que ela deseja, não chega tarde em casa, não tem muitos amigos e quando acaba a aula, vai imediatamente para casa, pois sabe que a patroa não gosta que ela demore. Reconhece isso como um cuidado para com sua pessoa, tendo a patroa como boa, por dar-lhe emprego e permissão para estudar. Essa forma, além de ser mais tranqüila, é um modo de dominação que tem no aspecto disciplinar seu grande poder. A dona da casa nunca brigou ou gritou com ela, ao contrário, sempre conversou e explicou o porquê de querer as coisas desta ou daquela forma. Então tudo se resolve. Nessa adolescente foram observadas características de timidez e submissão mais forte.

Do outro lado, têm-se a seguinte fala: *“ser uma pessoa chata.”* Eliana (17 anos) ouve essa expressão constantemente. Para ela, isso se justifica pelo fato de não *“gostar que ninguém se meta em sua vida”*. Portanto, revela uma série de conflitos em sua casa, como discussões que são verdadeiros *“bate-bocas”*, bastando sentir que alguém está querendo submetê-la a coisas que ela não concorda. Ela afirma que reage dessa maneira porque, na maior parte do tempo, é maltrada. Essa jovem chorou muito durante sua entrevista e parece estar, a todo momento, lutando para não ser dominada e subjugada pelos patrões. Ela diz:

Ôi, é assim, eu, se eu fosse daquelas pessoas bestas, fazendo tudo ali tudo, toda certinha como dizem, eu num tava nem estudando, acredita?...

E quando perguntado porque isto ocorre, ela responde:

Ah, porque ela num gosta, porque se eu saio, ela reclama, acha ruim. Se eu chego tarde do colégio, se alguém vê, às vezes, eu fico/saio do colégio, às vezes, eu fico lanchando. Se alguém vê... disser a ela. No outro dia ela fica: “É! Chegou num sei que hora. Tava aonde?” Essas coisas.

Isso demonstra que quando a jovem não é tão submissa, ou não atende prontamente aos desejos da patroa, os conflitos podem começar a existir. O fato de freqüentar a escola, ter amigos, manter um namoro, sair durante a noite para divertir-se, pode gerar discórdia entre ambas, evidencia o quanto a liberdade para a trabalhadora doméstica fica comprometida em nome de um “cuidado” alegado pela dona da casa. Mas, na verdade, não se pode olhar essa questão de forma ingênua, pensando que uma patroa faça isso apenas pelo bem da jovem trabalhadora. Na verdade, a proteção que diz ter, justifica um jogo de poderes entre as duas, em que a empregada acaba cedendo as vontades dela.

E) TRABALHO DOMÉSTICO PODE TER DOIS SEXOS?

Os aspectos que reforçam que o “lugar da mulher é em casa” é o que mantém este tipo de trabalho, é o que justifica que se contrate trabalhadores domésticos mulheres, ou seja, é percebido dentro do processo de socialização em que as mães, irmãs ou outras mulheres do núcleo familiar mais próximo ensinam a desenvolver tarefas como cozinhar, arrumar a casa e, muitas vezes, quando, essa jovem já tomava conta de sua casa, antes mesmo de começar a vida laboral. Segundo Madeira (1997), a execução de afazeres domésticos na casa dos pais é o que prepara a jovem para este tipo de atividade.

Marília (16 anos) afirma que:

Eu sempre gostei de ficar em casa, ajudando a minha mãe. Um dia eu cresci mais e, preferi arrumar algum lugar pra trabalhar, pra ter meu próprio dinheiro. Eu sempre pensava assim.

Odília (16 anos) fala muito bem como aprendeu a desenvolver as tarefas:

Com a minha mãe, né. Aprendi com a minha mãe, acabou me ajudando muito, né. Questão de comida, que eu não sabia fazer comida, né, ela me ensinou, né, como fazer, como limpar a casa, limpeza, essas coisas tudo aprendi com a minha mãe, mas não é o mesmo gosto dela, né. Ela me ensinou o gosto dela, né, e eu aprendi com minha mãe, né, vendo minha mãe. Até que minha mãe comentava que quando eu tinha cinco anos, eu ficava atrás dela, pegava vassoura, vê, pegava a vassoura e varria a casa com cinco anos, tão pequenininha (ri), ela falou que eu saía andando com a vassoura e caía. E aprendi com ela.

Além disso, essa tarefa pode ser passada para as muitas mulheres da mesma casa, começando pela mãe e passando para as filhas mais velhas, depois, para as outras na medida em que as mais velhas precisam sair de casa.

(aprendi) em casa mesmo. Minha mãe trabalhava, minha irmã mais velha tava na casa, aí, eu sabia que quando ela saísse, eu ia ter que fazer, né? Ai, ela casou. Casou com dezesseis anos, e na época, eu tinha onze, doze. Ai, tive que fazer, já sabia como fazer.

O ensino das tarefas também pode ser passada pela patroa no momento de contratação.

Logo quando eu cheguei aí, eu não cozinhava, eu não sabia, mas depois, eu vi... ela foi dizendo: “olha Eliana, você vai ter que procurar aprender, porque, quando chegar no final de semana, eu saio logo cedo. Então tem que ficar uma pessoa pra arrumar a casa e para fazer o almoço. Ai, ela foi dizendo como era, eu fui vendo e fui aprendendo.”

Odília (16 anos) explica como o homem exime-se de exercer a atividade doméstica, porque, em geral, essa profissão mexe com a virilidade masculina. É algo

transmitido através do convívio com as mães e com as esposas, perpassando para os filhos.

Os homens, hoje, ainda são muitos preconceituosos. Porque o homem não cuida da casa que é dele? E, às vezes, o homem não aceita ser tratado, assim, a esposa, por exemplo, pede pra ele fazer alguma coisa e eles não querem.

Acrescenta dizendo que é muito comum, no mundo masculino, frases como essa: “*não, porque lugar de homem não é na cozinha*”.

Com base nessa perspectiva, “de que lugar de homem não é na cozinha”, é que todos os contratos de emprego doméstico são realizados entre as mulheres. Os homens não costumam interferir nesse campo, a exceção é morarem sozinhos, como afirma Preuss (1996). Assim sendo, esse autor declara que o trabalho doméstico contratado continua reproduzindo a divisão sexual do trabalho, já que efetiva um pequeno envolvimento do marido na manutenção da casa, de seu domínio privado. Se a tarefa doméstica é uma coisa de mulher, nada mais coerente com esse pensamento que a esposa, a dona da casa, lance mão da responsabilidade de tudo que concerne à empregada, inclusive, pagando de seu próprio salário as despesas com trabalhadores domésticos, uma vez que isso é uma responsabilidade dela.

Anderfuhren (1999) aponta que as trabalhadoras domésticas pouco mencionam os patrões, muitas vezes, nem sabendo em que trabalham. Eles são mencionados quando há algum caso de assédio, variando desde observações grosseiras, até tentativas de estupro.

Muitas jovens entrevistadas mantêm uma relação de distância com os patrões homens, pois têm vergonha de pedir ou perguntar alguma coisa a eles. Eles tampouco se relacionam com as empregadas ou dirigem-se a elas. A relação entre o

patrão e a empregada doméstica parece ser muito delicada, podendo ir desde à frieza e à não comunicação até ao abuso, tendo em vista que o campo da sexualidade está presente entre os dois. Nenhuma das jovens entrevistadas afirmou passar por uma situação de abuso sexual, mas, às vezes, afirmam que pode haver um abuso de confiança. Evidentemente, concorda-se com Anderfuhren (1999) quando atesta que o mais comum entre as jovens que passam por uma situação como a citada é ficarem em silêncio. Contudo, o momento de uma entrevista individual é insuficiente para detectar esse tipo de relação entre patrão e trabalhadora. Apesar disso, uma das jovens relata que o irmão de uma ex-patroa apaixonou-se por ela, porém não houve correspondência de sua parte. Por causa disso, saiu do emprego, devido a impossibilidade de continuar convivendo com o rapaz. Outra jovem declara que, em um emprego anterior, passou por uma difícil situação, pois, sempre que a patroa saía de casa, seu patrão tentava seduzi-la, proferindo galanteios e promessas tais como: *“linda; trocaria tudo por você”*. A jovem não cedeu, informou o ocorrido à patroa que, por sua vez, não acreditou nela, terminando por demiti-la. Isso prova o quanto pode passar por situações humilhantes uma empregada doméstica.

Esse tipo de situação é um dos maiores riscos que corre uma empregada doméstica, principalmente, aquelas que residem com os patrões, uma vez que o homem tem livre acesso ao local de moradia e à adolescente. Assim sendo, Preuss (1996) atesta que as mulheres controlam a sexualidade das empregadas, para que elas não despertem o interesse dos filhos e do marido.

Além disso, o trabalho doméstico é visto como feminino. Por mais que no discurso se diga que tanto “faz homem como mulher” realizá-lo, em geral, é mais executado por mulheres. É como diz Paula (17 anos).

Qualquer um pode mesmo (executar o serviço doméstico), porque hoje em dia tem homem que faz coisa melhor que a mulher, na cozinha. Assim, na maioria dos restaurantes, tem que ter um veado no meio pra tá fazendo as coisas. Aí, eu acho que é dos dois. Na minha opinião.

O que chama atenção nesse discurso é o fato do homem poder executar as tarefas domésticas, porém, com isso, perde sua masculinidade. Tendo em vista os papéis que homens e mulheres desempenham dentro de uma casa na contratação de uma empregada doméstica é que se declara que o trabalho doméstico ainda só tem um sexo, o feminino, já que são mulheres que foram contratadas por outras mulheres para desempenhar uma função socialmente feminina.

F) O QUE QUEREM PARA O FUTURO

É certo que nenhuma dessas meninas querem continuar a ser empregada doméstica. Muitas são as atividades que despertam o interesse delas. Todas almejam no futuro mudar de profissão. Isso é evidenciado naquelas que não sabem ou não definiram no que vão trabalhar, como afirma Elaine (17 anos):

Os meus planos? É assim...às vezes, eu digo: ai, meu Deus, eu queria... já, eu queria enriquecer pra mim deixar esta vida. Eu queria enriquecer e deixar de trabalhar na casa dos outros.

O trabalho doméstico, para todas as jovens entrevistadas, é algo no qual elas não querem estar trabalhando no futuro. Ele funciona como uma ponte para outros tipos de atividades, pois ao mesmo tempo em que as meninas estão estudando e buscando novas condições de vida, estão ganhando seu próprio dinheiro. Para elas o salário recebido pode ajudar a pagar um curso técnico ou profissional, como no caso de

Gabriela (15 anos) que deseja cursar enfermagem e acredita que o trabalho por ela desenvolvido pode ajudar a pagar este curso. De um modo geral, elas buscam algo melhor para suas vidas.

Dentre as profissões encontra-se as de professora (3), operária de fábrica, auxiliar de enfermagem, secretária (2), enfermeira ou médica, atriz ou cantora, trabalho no turismo, costureira e duas querem continuar trabalhando no emprego doméstico.

Muitas percebem que a única coisa que pode atrapalhar a obtenção dessas profissões é deixarem de estudar e, a maioria esclarece que o trabalho doméstico pode ajudar muito mais que atrapalhar, tendo em vista que podem ter seu próprio dinheiro para pagar possíveis cursos. Mesmo assim, duas delas reconhecem que esse trabalho pode atrapalhar, em certa medida, os estudos.

A situação de pobreza em suas famílias é o que impulsiona essas jovens ao trabalho, mas, mesmo assim, elas continuam ajudando a família com o dinheiro que ganham, seja para a compra de uma casa, seja para garantir uma velhice mais tranquila aos pais.

Dentre as adolescentes, percebe-se um espaço importante para o casamento e os filhos, mas a concretização desse sonho está ligada a obtenção de uma profissão melhor ou ao término dos estudos. Porém duas jovens afirmam, veementemente, que arranjar namorado é o que pode haver de mais forte para atrapalhar a obtenção de seus sonhos profissionais. Inclusive, uma afirma que se engravidasse, seus planos de futuro acabariam:

Agora, se no meu destino acontecer uma coisa que não aconteceu, engravidar, é? Atrapalha, vai atrapalhar muito porque eu vou perder uma grande

oportunidade na minha vida, ou seja, minha vida em sociedade, estudar, ser uma cidadona ou concluir meus estudos. Eu vou ter que me entregar, né? Me entregar a este filho, eu vou ter que cuidar desse filho. E eu não tô ainda preparada. Eu acho que se acontecer, se vir a ocorrer, acontecer, vai dificultar muito a minha vida, vai atrapalhar todos os meus planos.

Apesar desse trabalho não ser uma atividade agradável, ser desvalorizado e estar sujeito a alguma situação constrangedora, de um modo geral, há, ainda, um certo respeito por ele, pois é, através dele, que a jovem viabiliza sua saída da cidade e do interior, ganha seu próprio dinheiro, ajuda sua família e, por fim, pode dar continuidade aos estudos na capital. Por outro lado, esse respeito não neutraliza o anseio por uma melhor forma de trabalho, como afirma Marília (16 anos) que pretende estudar até obter uma profissão melhor:

Não que eu não goste, mas se eu pensasse, se eu estudar, eu poderia ter uma profissão que eu ainda não gostasse. Eu ia mais gostar de outra profissão.

O fato de serem ainda jovens e estarem em seu 1º ou 2º emprego, reforça a crença de que esse trabalho seja percebido como uma ponte para outras atividades, com novas oportunidades. Porém, se dentro do emprego doméstico continuarem acontecendo situações de desrespeito às leis trabalhistas, se forem negados os direitos de cidadão e da adolescência, assim como se persistirem as dificuldades do acesso ou continuidade dos estudos, é muito difícil que a jovem consiga qualificar-se para um tipo de mão-de-obra especializada, necessária numa outra forma de trabalho.

Em suma, diante dos resultados reconhecidos, percebe-se que o trabalho doméstico pode estar vinculado a condições humanas desfavoráveis, ao desenvolvimento cognitivo e emocional da jovem que o executa. Todavia, nem sempre está ligado a esse aspecto, tendo em vista que ele pode sim, servir como uma ponte para que a menina saia do interior, onde tem menos condições de vida e sobrevivência, tendo

acesso a bens e a condições melhores na casa dos patrões. Para que esse trabalho desenvolva-se de uma forma melhor, é preciso que a jovem executante dessa atividade esteja num ambiente em que possa gerar uma relação de afeto e respeito mútuo com os patrões, assim como ter assegurado todos os seus direitos trabalhistas.

Para tanto, é fundamental a realização de um trabalho de conscientização tanto das trabalhadoras – quanto a seus direitos – como dos patrões, para que ambos possam viver num ambiente mais profissional e menos ambivalente afetivamente. Ao pensar nessa possibilidade de intervenção é que este trabalho ganha mais sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, foi possível observar alguns pontos já ressaltados no decorrer da revisão bibliográfica e na apresentação dos resultados. Observamos que o trabalho doméstico é muito comum entre as adolescentes estudantes do ensino noturno em Natal. Observou-se, também, que a mão-de-obra feminina das camadas populares tem uma forte presença nesse tipo de atividade. Dentre as trabalhadoras, percebemos que o trabalho doméstico, na vida de uma adolescente, apresenta tanto aspectos positivos quanto negativos. Entendemos que tais aspectos estão diretamente ligados ao tipo de relação que se estabelece entre patroa-empregada. Na contratação da trabalhadora doméstica, dois pontos são primordiais: um que diz respeito aos aspectos legais e trabalhistas tais como possuir carteira assinada, ganhar o salário mínimo, ter direito às férias e folgas semanais, estar livre do trabalho noturno, ter acesso à escola e a socialização (redes de amigos). O outro ponto importante diz respeito à qualidade da relação estabelecida entre a adolescente trabalhadora doméstica e a patroa/adulta.

Remetemo-nos ao objetivo deste estudo acerca das condições e o sentido do trabalho doméstico. Em relação às condições em que o trabalho é realizado pelas adolescentes, pode-se dizer que apresentam uma conotação negativa. Ao passo que, para o sentido, a vivência do trabalho possui uma conotação positiva para elas. Sendo assim, percebemos que as condições do trabalho doméstico são desfavoráveis na maior parte dos casos com baixos salários, sem garantia de direitos trabalhistas, como carteira assinada, direito às férias e folga semanal e, por isso, configura-se, no nosso ponto de vista, como uma forma de trabalho explorador.

Outro aspecto importante que faz com que essa exploração efetive-se é a forma como patroa e empregada relacionam-se, tendo em vista que essa relação pode estar camuflando uma relação hierarquizada de classe, gênero e geração, ou seja, uma relação de dominação. Isso porque, quando a jovem é bem tratada numa casa, ela passa a estabelecer uma relação afetiva que isenta de punição o não cumprimento das leis trabalhistas por parte dos patrões. Essa relação, quando se estabelece de forma amigável, passa a ser mais importante para a adolescente trabalhadora do que o cumprimento de seus direitos trabalhistas. Do lado dos patrões, parece que o tratamento “sendo da família” é a forma mais “barata” de contratar serviços domésticos sem arcar com as responsabilidades legais.

Em termos da qualidade da relação, esta é considerada boa quando a jovem submete-se aos patrões, às normas da casa e à disciplina implantada. Assim posto, a empregada vive na condição de refém de sua própria submissão, tendo em vista que quando apresenta comportamentos de insubmissão, ela sofre represálias, estabelecendo conflitos com os patrões que sempre controlam horário de chegada e de saída, folgas e amizades.

Não estamos com isso defendendo que a relação entre patroa e empregada deva ser conflituosa. O que queremos é problematizar o fato de que, muitas vezes, esse tipo de relação pode disfarçar formas maiores de exploração, que podem ser justificáveis ou desculpáveis pelo bom trato que é dado à jovem adolescente. Isso é muito comum quando elas se colocam como sendo “quase da família” ou “quase uma filha”.

Retomando o que foi dito anteriormente, notamos que as condições de trabalho das adolescentes são negativas, mas o sentido que elas lhe atribuem, a despeito

das condições, é positivo, e um dos fatores determinantes dessa condição é a “boa” relação estabelecida especialmente com a patroa.

Outro ponto observado na nossa investigação é que o trabalho doméstico remunerado reforça as diferenças entre homens e mulheres, uma vez que a contratação de uma empregada ajuda a manter o homem fora da esfera doméstica, reforçando as desigualdades que passam de geração à geração. Patroas e empregadas, de gerações diferentes, vivenciam relações hierarquizadas, pouco democráticas quando se trata da autoridade do adulto frente ao adolescente.

Apesar do caráter de exploração apresentado pelo trabalho doméstico de adolescentes, e da camuflagem das relações sociais desiguais, ele, também, aponta um aspecto positivo. Segundo as adolescentes é um trabalho que possibilita a saída da jovem do interior do Estado, onde muitas vezes passa por situações de vida difíceis, de extrema pobreza e desarrajo familiar. Com esse trabalho, a adolescente tem a oportunidade de contribuir no orçamento familiar, pois muitas enviam dinheiro aos pais. Assim, a jovem passa a administrar sua renda e seus gastos pessoais, não onerando a família, tornando-se autônoma. Há também a possibilidade da adolescente crescer profissionalmente para outros ramos de atividades, podendo trabalhar e estudar ao mesmo tempo, já que a frequência a escola pode ser um canal aberto para a especialização da mão-de-obra adolescente. A escola também tem uma função muito importante: socializar a jovem trabalhadora, amenizando o isolamento social em que vive a empregada doméstica. Dessa forma, poderíamos dizer que o sentido do trabalho produzido pelas jovens entrevistadas é mais positivo do que negativo, isto é, o trabalho doméstico explora a jovem trabalhadora, mas, apesar disso, é entendido como uma possibilidade de ganhar dinheiro e mudar de vida. Quando bem respeitados os direitos

trabalhistas e humanos da trabalhadora, ele realmente pode servir como uma forma digna de trabalho que possibilita a passagem para algo mais qualificado. Quando apenas os aspectos negativos sobressaem, acaba por reproduzir a pobreza e a desvalorização ligada a essa forma de trabalho.

A entrada do trabalho doméstico na vida das adolescentes é desvalorizada e impregnada de preconceitos tanto por parte da sociedade como pelas próprias jovens. Constata-se isso quando elas têm dificuldade de assumir o emprego em que trabalham. Sentem vergonha – por mais que não seja reconhecido como preconceito – na medida em que representa uma continuidade da vida que elas mesmas desvalorizam. Isso também é percebido no momento em que a grande maioria não pretende permanecer nessa forma de trabalho, desejando outros empregos que possam trazer mais dinheiro e/ou valorização social.

Dentre os eixos de gênero, raça, classe social e geração, pelos quais podemos entender o trabalho doméstico, destacamos que essa forma de trabalho é uma importante reprodutora de relações de gênero, tendo em vista que é um tipo de atividade em que a mulher é contratada para substituir uma outra (a patroa), perpetuando, desse modo, o lugar da mulher como o de mantenedora e reprodutora do espaço privado. Isso favorece a manutenção do homem fora do espaço doméstico, já ressaltado anteriormente. Outro aspecto relevante é que as empregadas domésticas entrevistadas querem, como projeto de vida futura, desenvolver outro tipo de atividade de trabalho que não o serviço doméstico. Entretanto, ainda, valorizando as profissões reconhecidas como femininas tais como professora, enfermeira, psicóloga, pediatra, costureira, aeromoça, atriz, garçonete, secretária, entre outras. Isso reforça a tendência de que as

mulheres desenvolvem atividades menos valorizadas socialmente dentre as profissões, independente de pertencerem a cursos de nível superior ou técnico.

O aspecto étnico é muito relacionado com o de classe. Nota-se isso quando destacamos que a maior parte das trabalhadoras domésticas são morenas e negras e pertencem à classe mais popular da sociedade. Além disso, há um forte preconceito ligado à figura da empregada. São resquícios do período escravagista. Daí, a forte ligação histórica entre o trabalho e a história da escravidão no Brasil.

As trabalhadoras domésticas deste estudo são adolescentes que passam por uma série de mudanças físicas, emocionais e sociais que interferem em seus desenvolvimentos. Iniciaram o trabalho em uma idade precoce, muitas vezes na infância, o que acaba atribuindo, aos aspectos afetivos, uma força ainda maior na relação com a patroa. Muitas vezes, a adolescente transfere os conflitos que passaria com os pais para a figura da patroa reproduzindo os atritos, próprios dessa fase de vida, na medida em que a patroa assume o papel substituto de mãe/cuidadora.

Acreditamos ter avançado no estudo sobre as empregadas domésticas adolescentes, apesar de reconhecer que muito ainda há para se conhecer. Percebemos que, para um estudo mais abrangente, precisaríamos ter acrescentado mais perguntas ao questionário, aprofundando as condições de trabalho das jovens. Questões como com quantos anos começou a trabalhar, quantos empregos já tiveram, quanto tempo estão no emprego atual. E, ainda, questões que buscassem saber a profissão dos pais e dos patrões para ver até que ponto as identificações projetivas ocorriam na escolha de uma profissão para o futuro. Hoje, percebemos que teria sido interessante ampliar nosso questionário, com o intuito de enriquecer os dados da discussão proposta, além de oferecer mais subsídios à pesquisa. Contudo, fizemos um bom mapeamento das adolescentes trabalhadoras domésticas que residem no local de emprego em Natal.

Consideramos também de suma importância que, em um estudo posterior, seja possível acompanhar o cotidiano da trabalhadora doméstica, observando as práticas e os aspectos relacionados ao trabalho. Seria relevante, também, investigar as posturas e comportamentos das patroas para melhor entender como esse tipo de trabalho estrutura-se em suas vidas.

Outro aspecto importante é a relação entre trabalho doméstico e saúde mental. Para tanto, talvez, fosse importante acompanhar o sujeito por um tempo mais longo. Com isso, os aspectos emocionais ligados ao trabalho poderiam ficar mais claros, propiciando o conhecimento do tipo de relação e do vínculo que o sujeito mantém com seus familiares e como isso se configura no processo de identificação com os padrões.

Mesmo tendo em vista isso, este trabalho, ora apresentado, mostra-se como marco inaugural, no Estado do Rio Grande do Norte, acerca do estudo com trabalhadoras domésticas adolescentes, podendo contribuir com as políticas de proteção ao trabalho adolescente defendidas pelo Ministério do Trabalho. Para tanto, destacamos a importância de se pensar na promoção de trabalhos que viabilizem uma conscientização junto à trabalhadora adolescente, pois é sabido que as escolas podem ser um meio eficaz de propagação de conhecimento sobre os direitos que o trabalhador adolescente possui. Além disso, cremos ser fundamental a realização de um trabalho de conscientização junto à sociedade, para que possa entender melhor a existência do trabalho de crianças e adolescentes. Assim, poder repensar as práticas e suas formas de efetivação é um modo de implementar modificações no modo de contratação do serviço doméstico, tornando-o menos explorado, mais profissional e humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, N. (1997). Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In N. Aguiar (Org.), *Gênero e ciências humanas*. Coleção gênero, 5. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Ventos.
- Anderfuhren, M. (1999). *A comida do rico às vezes não dá saúde! Condições de vida e saúde das empregadas domésticas do Recife*. Texto apresentado para o segundo congresso internacional, mulher, trabalho e saúde. Riode Janeiro: mimeo
- Andrade, M. A. G. (2000). *Para estudiar la relación entre el trabajo doméstico y la salud de las mujeres*. (texto não publicado).
- Arais, C. H. (1994). *Trabalho e escola noturna, uma experiência de ensino fundamental para trabalhadores*. Dissertação de Mestrado da UFC: Faculdade de Educação: Fortaleza/CE.
- Ariès, P. (1981). *A história social da infância e da família* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Araújo, V. C. (1996). *Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade*. Edufes: Vitória.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro; relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo* (9ª reimpressão, S. Milliet, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Becker, D. (1999). *O que é adolescência*. (13ª ed.). Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense.
- Bento, M. A. S. (1995). A mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, 3 (2) 479-487.
- Berger, P. (1983). Algumas observações gerais sobre o problema do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 23(1), 13-22.**
- Berger, P & Luckman, T. (1985). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes (texto original publicado em 1966).
- Black, M. (1997). *El trabajo doméstico iInfanto/juvenil: manual de investigation y acción*. Anti-Slavery International.
- Bourdieu, P (1996). Novas reflexões sobre a dominação masculina. In M. J. M. Lopes, D. E. Meyer & V. R. Waldow, *Gênero e saúde* (pp. 28-40). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bruschini, C. (1990). *Mulher, Casa e Família: Cotidiano nas Camadas Médias Paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice.

- Campanha de Combate ao Trabalho Infante-Juvenil (Org.). (1998). *Um Registro de Experiências*. Catálogo do UNICEF/FUNCI. Ceará: Autor.
- Camargo, H. M. (1993). Família e empregada doméstica. *Viver Psicologia*, 1 (6), 14-20.
- Campos, H. R., Dimenstein, M. & Francischini, R. (2001). Trabalho infante-juvenil: impacto sobre a educação através de índices de evasão e repetência escolares. In Z.M.A.P.D.P.(Coord.), *Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida: explorando fronteiras*. Editora Alínea: Campinas/SP.
- Castro, M. G. (1989). Empregadas domésticas: a busca de uma identidade de classe. *Cadernos do CEAS*, 123, 49-58.
- Castro, M. G. & Lavinas, L. (1992). Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In A.de O. Costa & C. Bruschini (Orgs), *Uma questão de gênero* (pp. 216-251). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Cavalcanti, R. Da C. (1988). Adolescência. In N. Vitiello et al, *Adolescência Hoje*. São Paulo: Roca.
- Cervini, R. & Burger, F. (1996). O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In R. Cervini e F. Burger, *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Chizzotti, A. (1998). *Pesquisas em ciências humanas e sociais* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Combes, D. & Haicault, M. (1986). Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In A. Kartchevsky-Buport et al., *O sexo do trabalho* (pp. 23-44). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cordeiro, J. C. D. (1993). Prevención en la adolescencia. (163-167). *Psicopatología* 13 (4). Madrid.
- DaMatta, R. (1990). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Dantas, M, C. (2000). *A adolescente empregada doméstica*. Texto mimeografado produzido pela auditora fiscal do trabalho da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte, no dia 14/09/2000.
- Del Priore, M. (1997). *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- _____ (2000). *Mulher do Brasil colonial*. Série repensando a história. São Paulo: Contexto.
- Diniz, A. (1994). *Correndo atrás da vida*. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/UNICEF. Belém: CEJUP.

- Donzelot, J. (1986). *A Polícia das famílias* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Dourado, A., Dabat, C. & Araújo, T. C. de (1999). Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco (pp. 407-436). In M. Del Priore (Org.), *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Erikson, E. H. (1987). *Identidade: juventude e crise* (2ª Ed., A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Estatuto da Criança e do adolescente (1994). São Paulo: Saraiva.
- Ferreira, A. B. de H. (Org.). (1995). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: Folha de São Paulo.
- Fonseca, C. (1997). Ser mãe, mulher e pobre. In Del Priori (Org.), *História das mulheres no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Contexto
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, J. C. (1970). Ordem médica e Norma familiar. Artes Médicas.
- Freyre, G. (1984). *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (23ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. (Texto original publicado em 1933)
- Gouveia, T. & Camurça, S. (1997). O que é gênero. *Cadernos SOS Corpo Gênero e Cidadania*. Recife: SOS Corpo.
- Grampe-Casnabet, M. (1991). A mulher no pensamento filosófico do século 18. In G. Duby & M. Perrot (Orgs.), *A história das mulheres no ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*, vol 3, São Paulo: Ebradil; Porto Alegre: Edições Afrontamento.
- Guatarri, F. & Rolnik, S. (1986) *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Günther, I. De A. (2000). Adolescência e Projeto de vida. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, 86-96.
- Góes, J. R. & Florentino, M. (1999). Crianças escravas, crianças dos escravos. In M. Del Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (pp. 177-191). Rio de Janeiro: Contexto.
- Gomez, C. M. & Meirelles, Z. V. (1997). Crianças e adolescentes trabalhadores, um compromisso para saúde coletiva. *Caderno de Saúde Pública*, 13 (2) 135-140.
- Hirata, H & Kergoat, D. (1994). A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas* 2(1), 93-100.
- Huften, O. (1991). Mulheres, trabalho e família. In G. Duby & M. Perrot (Orgs.), *A história das mulheres no ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*, vol 3, São Paulo: Ebradil; Porto Alegre: Edições Afrontamento.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1992). *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio* - PNAD/1991. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1996). *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio* - PNAD/1995. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1997). *Indicadores Sobre Crianças e Adolescentes: Brasil, 1991 – 96* (Apresentação de Simon Schwartzman, Agop Kayayan). Brasília, DF: UNICEF, Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1999). *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2002). *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio* - PNAD/2001. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte [IDEMA/RN]. (1999). *Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Norte*. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Natal: Autor
- Kartchevsky-Buport, A. et al. (1986). *O sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kergoat, D. (1986). Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In A. Kartchevsky-Buport et al, *O sexo do Trabalho* (pp. 79-94). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1996). Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In In M.J.M. Lopes, D. E. Meyer & v. R. Waldow, *Gênero e saúde* (pp. 19-27). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Knobel, M. (1983). A adolescência e o tratamento psicanalítico de adolescentes. In A. Aberastury e Col., *Adolescência* (pp. 111-142). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lavinas, L. (2000). As Pequenas Trabalhadoras. *Revista Época*, 01/05/2000. Editora Globo.
- Lobo, E. S. (1992). O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In A. de O. Costa & C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero* (pp. 252-265). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Louro, G. L. (1996). Nas redes do conceito de gênero. In M.J.M. Lopes, D. E. Meyer & v. R. Waldow, *Gênero e saúde* (pp. 7-18). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madeira, F. R. (1997). A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In F. R. Madeira (Org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* (pp. 45-133). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.

- Margulis, M. (2001). Juventud: una aproximación conceptual. In S.D. Burak (Org.), *Adolescencia y Juventud en América Latina* (pp. 41-56). Cartago: LUR – Livro Universitário Regional.
- Mauro, M. L. F., Giglio, J. S. & Guimarães, L. A. M. (1999). Saúde mental do adolescente trabalhador. *Série Saúde Mental e Trabalho*, Vol 1, 135-159.
- MEC (Org.). (2000). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Documento submetido ao Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica e aprovado em 10.05.2000.
- Melo, H. P. (1998). *O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Texto para discussão no 565, Rios de Janeiro: IPEA.
- Meyer, D. E. (1996). Do poder ao gênero: uma articulação teórica-analítica. In M.J.M. Lopes; D.E. Meyer & V.R. Waldow. *Gênero e saúde* (pp. 41-62). Artes Médicas: Porto Alegre
- Milkman, R., Reese, E. & Roth, B. (1998). A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 4(7), 143-167.
- Minayo, M. C. S. (1999). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO
- Ministério do Trabalho/OIT (1999). *Investigação dos Comprometimentos do Trabalho Precoce na Saúde de Crianças e Adolescentes*. Relatório Final de Pesquisa, não-publicado. Brasília.
- Mota AB. (1989). Emprego doméstico: revendo o novo. *Caderno CRH*;(16):31-50.
- Neves, D. P. (1999). *A perversão do trabalho infantil. Lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto.
- OIT (Org.). (1996). *El trabajo infantil: que hacer?* Documento submetido a reunião tripartita Oficiosa da oficina internacional del trabajo: Genebra.
- OIT (Org.). (1999). *Convênio sobre la prohibicion de las peores formas de trabajo infantil y la accion inmediata*. Convencion 182. 87ª Reunión: Genebra.
- Oliveira, E. M. (1999). *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Portela, A. P. (1993). *O novo perfil da trabalhadora doméstica brasileira. Relatório Final*. Conselho Nacional dos Trabalhadores domésticos. Recife: SOS. Corpo.
- Preuss, M. R. G. (1990). Emprego doméstico: um lugar de conflito. *Cadernos do CEAS* (128), 41-45.
- Preuss, M. R. G. (1996). Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. *Coletâneas da ANPEPP*, 53-65.

- Rizzini, I. (1997). *O Século Perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais.
- Rizzini, I. (1999). Pequenos Trabalhadores do Brasil In M. Del Priori (org.), *História das crianças no Brasil* (pp. 376-406). São Paulo: Contexto.
- Rizzini, I., Castro, M. R. & Sartor, C. D. (Orgs.). (1999). *Pesquisando... guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio e Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rizzini, I, Rizzini, I. & Holanda, F. R. B. (1995). *A Força da infância não está no trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula.
- Saboia, A. L. (2000). *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica* (versão preliminar). IBGE
- Saffioti, H. (1979). *Emprego Doméstico e capitalismo*. Petrópolis:Vozes
- _____ (1984). *Aplicabilidade da dialética marxista nos estudos das relações entre homens e mulheres nas sociedades de classe*. Trabalho apresentado no GT: mulher na força de trabalho da ANPOCS, segundo ano: (mimeo).
- _____ (1992) Rearticulando gênero e classe social. In A.de O. Costa & C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero* (pp. 183-215). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- _____ (1994). Pós-fácio: Conceituando gênero. In H. I. B. Saffioti & M. Muñoz-Vargas (Orgs.), *Mulher brasileira é assim* (pp. 71-183). Rio de Janeiro: Rosa dos ventos
- Santana, M. V. (2000). *Trabalho Doméstico Precoce: uma questão de gênero*. Monografia de Especialização em Psicologia. UFRN (mimeo)
- Santana, V.S. & Almeida Filho, N. (1994). O emprego doméstico e o sofrimento mental. *Saúde Mental em Revista*, 2, 9-28.
- Santana, V. S., Loomis, D. P., & Newman, B. (2001). Trabalho doméstico, trabalho assalariado e sintomas psiquiátricos. *Revista de Saúde Pública*, 35 (1).
- Santos-Stubbe, C. dos (1995). Suicídio como fator de alto risco entre as empregadas domésticas do Rio de Janeiro. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44 (10), 519-527.
- Scott, J. W. (1989). *Gênero: uma categoria útil de análise*. Recife/PE: S.O.S CORPO – Gênero e Cidadania.
- Secretaria de Inspeção do trabalho (Org.). (2000). *Portaria N° 07, de 23 de Março de 2000*. Acessado em 01 de outubro de 2000 do World Wide Web: <http://www.mtb.org.br>.

Sindicato dos trabalhadores domésticos do Recife (Org.). (1996). *O Valor do trabalho doméstico*. Sindicato dos trabalhadores domésticos da área metropolitana da cidade do Recife. Recife: SOS. Corpo.

Spink, M. J. P. (org.) (2000). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. & Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. In M. J. P. Spink (org.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.

Teles, L. (1998). Dependência de empregada: o espaço da exclusão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, 14 (2), 117-267.

UNICEF (Org.). (1997). *Situação Mundial da Infância 1997*. Brasília: Unicef.

UNICEF (Org.).(1999). Child Domestic work. Inocenti Digest, 5:20. Disponível na página: <http://www.unicef-icdc.it>

UNICEF (Org.). (2000). *Situação Mundial da Infância 2000*. Brasília: Unicef

Vitiello, N. (1988). Caracterização biológica da adolescência. In N. Vitiello et al, *Adolescência hoje*. São Paulo: Roca.

Zagury, T. (1999). *Encurtando a adolescência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record.